

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM ESTUDOS LINGÜÍSTICOS**

KAREN MUNIZ FERIGUETTI

**POR UMA ABORDAGEM COGNITIVA DA PRESSUPOSIÇÃO:
MODELOS COGNITIVOS IDEALIZADOS E PROPAGANDAS**

**VITÓRIA
2008**

KAREN MUNIZ FERIGUETTI

**POR UMA ABORDAGEM COGNITIVA DA PRESSUPOSIÇÃO:
MODELOS COGNITIVOS IDEALIZADOS E PROPAGANDAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Estudos Lingüísticos do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Estudos Lingüísticos, na área de concentração Estudos sobre Texto e Discurso.

Professor Orientador: Dr^a. Adrete Terezinha Matias Grenfell.

VITÓRIA
2008

Karen Muniz Feriguetti

POR UMA ABORDAGEM COGNITIVA DA PRESSUPOSIÇÃO: MODELOS COGNITIVOS IDEALIZADOS E PROPAGANDAS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Lingüísticos do Centro de Ciências Humanas e Naturais, da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Estudos Lingüísticos.

Aprovada em 20 de maio de 2008.

Comissão Examinadora

Prof^a. Dr^a. Adrete Terezinha Matias Grenfell
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientadora e Presidente da Sessão e da Comissão Examinadora

Prof^a. Dr^a. Maria Lúcia de Almeida Leitão
Universidade Federal do Rio de Janeiro
Membro Titular Externo da Comissão Examinadora

Prof. Dr. José Augusto Carvalho
Universidade Federal do Espírito Santo
Membro Titular Interno da Comissão Examinadora

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

F356p Feriguetti, Karen Muniz, 1967-
Por uma abordagem cognitiva da pressuposição: Modelos
Cognitivos Idealizados e Propagandas / Karen Muniz Feriguetti. –
2008.
124 f. : il.

Orientador: Adrete Terezinha Matias Grenfell.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Espírito
Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Filosofia. 2. Lingüística. 3. Pressuposição (Lógica). 4.
Cognição. I. Grenfell, Adrete Terezinha Matias. II. Universidade
Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e
Naturais. III. Título.

CDU: 80

Ao Único que é digno de receber.

Aos meus progenitores e padrasto, pelo
carinho e pela guarida.

Aos meus, Júnior e André, afetosamente,
sem palavras.

À minha orientadora Adrete,
amiga e leal companheira.

À Virgínia Beatriz,
simplesmente.

[...] os limites da minha linguagem são os
limites do meu mundo.

Ludwig Wittgenstein

Esta dissertação foi realizada neste espírito:
“Um ao outro ajudou e ao seu próximo disse: ‘Sê forte’.”

Isaías: 41, 6

AGRADECIMENTOS

Muitas mãos têm participação efetiva num trabalho de dissertação, no que tange a este, algumas (muitas) generosas mãos devem ser agradecidas.

Em primeiro lugar, às divinas mãos do Deus Desconhecido, mais que um monumento erguido.

Em segundo lugar, às calorosas mãos, provinda de apaixonante orientação, da Professora Adrete Terezinha Matias Grenfell.

Em terceiro lugar, às prestimosas mãos de Eduardo, de Otávio e de Mariana, que doaram auxílio e abdicaram do tempo da vida comum do lar com Adrete.

Não devo menos às mãos certeiras da Professora Hilda Oliveira Olímpio e do Professor José Augusto de Carvalho, importantíssimas figuras da nossa Academia, pelas intervenções necessárias, por ocasião da qualificação deste trabalho.

Mais algumas memoráveis mãos, dessa vez em ordem aleatória de execução, mas em igual intensidade na emoção, Arlene, que se tornou irmã, Kátia, Celi, Joseane, Mônica, Luciana, Ruth, Tatiany, Elaine, Enoch, Marcela, Ilioni, Ludmila e Emanuely, colegas da primeira turma do Mestrado em Estudos Lingüísticos, participantes deste memorável momento.

Às mãos sempre sempre estendidas das queridas amigas Celi, Ilione e Ruth.

Às mãos generosas da Professora Heloísa Moulin de Alencar e da colega de trabalho Lúcia Maria Ribeiro Fajóli, a ambas meu carinho e respeito.

Às mãos amigas e intercessórias dos meus ex-alunos de graduação, que acompanharam e sofreram parte deste trabalho.

Às sensíveis mãos-ouvido do Dr. Rui Perini.

Soraya, Andréa, André, Marcita e Simone pelas calorosas mãos amigas; Sidney, Márcio e Ângela Maria pelas mãos na massa; Sidney e Márcio, mãos necessárias para as digitalizações de importantes textos e figuras e Ângela Maria, uma grande mão na tradução.

Às competentes e dedicadas mãos das funcionárias de Secretaria Elba Nusa Calmon e Sandra dos Reis Abrantes Nunes, tornando esta jornada mais leve e despojada.

E, finalmente, mas não menos importante, ao toque de Midas das mãos da Professora Maria Lúcia Leitão de Almeida, Examinadora Externa deste trabalho.

Agradeço, ainda, Sebastiana, minha vovó, Maria, minha tia, Laís, minha irmã, Mazinho, meu cunhado, Caíco e Luquinha, meus sobrinhos, Aldinha e Zilma, Lu, Saulo, Josefa, Ildilene, Angelita, Jureni, Manoela, Juvenila, Anderson, por apenas existirem em minha vida, pois o toque dessas suaves mãos já é suficiente para imprimirem, neste trabalho, suas mãos.

RESUMO

Este trabalho apresenta duas abordagens da pressuposição: a abordagem formal e a realista experiencial. Fez-se, em primeira instância, a resenha de autores de ambas as vertentes, assinalando e ressaltando autores tais como Frege (1892), Russell (1905), Strawson (1950) e Austin (1962), na filosofia, Ducrot (1977, 1981 e 1987), na lingüística, ao que concerne ao formalismo; também Lakoff (1980 e 1987) e Fauconnier (1994), ao que concerne ao realismo experiencial. No que tange ao formalismo, serão apresentados os postulados que regem os estudos que consideram a língua/linguagem em sua imanência em seu sentido mais restrito, porém, na defesa de um tratamento que privilegie os processamentos cognitivos da linguagem em seu uso, pretende-se acolher a hipótese levantada em Marmaridou (2000), de que a pressuposição aciona Modelos Cognitivos Idealizados e introduz espaços mentais. Em segunda instância, aplicam-se os postulados teóricos à propaganda da 58ª SBPC, na revista científica de nome Ciência Hoje, num exemplo representativo de descrição definida, demonstrando-se, com uma análise contrastiva, as possibilidades teóricas das abordagens levantadas. Comprova-se, amiúde, não só a hipótese defendida em Marmaridou (2000), mas também a possibilidade de uma terceira via às vicissitudes do estudo da pressuposição, o tratamento unificado, conforme preconiza Fauconnier (1994).

Palavras-Chave: Filosofia. Lingüística Formal. Lingüística Cognitiva. Modelos Cognitivos Idealizados. Espaços Mentais.

ABSTRACT

This work presents two approaches of presupposition: The formal and the cognitivist ones. Initially, a paper was done taking the authors of both segments, focusing and underlining names such as Frege (1982), Russel (1905), Strawson (1950) and Austin (1962), in the philosophy, Ducrot (1977, 1981, 1987), in the linguistic, concerning to formalism; also Lakoff and Fauconnier, concerning to the experiential realism. Connected to this proposal we have the discussion of the semantic or pragmatic character of the presupposition, always present in the formal linguistic thought. In relation to the formalism, postulates that guide the studies of the langue/language in its immanence, in its more restrict sense, will be presented. In turn, concerning to the cognitivism of existential realistic basis, which defend a procedure that takes into account the language cognitive process in its use, we took the hypothesis brought by Lakoff and Fauconnier that the presupposition triggers cognitive models thoughts and introduces mental spaces, as also proposes Marmaridou. In a second moment, we applied the theoretical postulates to the propaganda of the 58 SBPC, of the scientific magazine entitled "Science Today", in a representative example of a definite description, showing, through a contrastive analysis, the theoretical possibilities of the approaches presented here. We provided not only the hypothesis defended by Marmaridou but also the possibility of a third via to the vicissitudes of a formalist study, the unified treatment, according to Fauconnier, facing the formalism that quarrels with the semantic and pragmatic character of the presupposition.

Key-words: Philosophy, Formal Linguistic, Cognitive Linguistic, Idealized Cognitive Models, Mental Spaces.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Componente Lingüístico x Componente Retórico.....	59
Figura 2 -	A descrição semântica - implícito → pressupostos vs subentendidos.....	59
Figura 3 -	Interpretação semântica.....	71
Figura 4 -	Moldura Comunicativa	85
Figura 5 -	Princípio de Acesso	88
Figura 6	O Espaço Mental	89
Figura 7 -	Projeção em Espaços Mentais	90
Figura 8	Projeção da referência	90
Figura 9 -	Propaganda da SBPC.....	102
Figura 10 -	MCI de evento.....	112
Figura 11 -	MCI de evento científico.....	113
Figura 12 -	Moldura Comunicativa - Cena da propaganda.....	116
Figura 13 -	Projeção da referência - O maior evento científico	116

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	13
1.1	A CONSTRUÇÃO DOS SENTIDOS: FORMALISMOS x FUNCIONALISMOS	13
1.2	A APRESENTAÇÃO DO TRABALHO.....	15
1.3	A JUSTIFICATIVA.....	17
1.4	UMA HIPÓTESE COGNITIVISTA.....	17
1.5	A FORMULAÇÃO DO PROBLEMA.....	17
1.6	A METODOLOGIA DE TRABALHO.....	18
2.	A PERSPECTIVA FORMALISTA.....	19
2.1	A ABORDAGEM FILOSÓFICA.....	19
2.1.1	A pressuposição sob o enfoque da lógica formal.....	20
2.1.1.1	Pressuposição, referência e sentido - as origens do conceito.....	20
2.1.1.2	Pressuposição, descrição definida e denotação.....	28
2.1.2	A pressuposição sob o enfoque da filosofia analítica.....	33
2.1.2.1	Pressuposição, uso lingüístico e referência.....	33
2.1.2.2	Pressuposição, atos de fala e condições de felicidade.....	39
2.2	A ABORDAGEM DA LINGÜÍSTICA FORMAL.....	44
2.2.1	Pressuposição semântica e pressuposição pragmática – duas faces do mesmo fenômeno?.....	44
2.2.1.1	O tratamento semântico da pressuposição.....	46
2.2.1.2	O tratamento pragmático da pressuposição.....	48
2.2.1.3	O tratamento semântico-pragmático.....	49
2.2.2	A contribuição de Oswald Ducrot.....	50
2.2.2.1	Ducrot e as fontes filosóficas.....	51
2.2.2.2	Os procedimentos de implicação–pressuposição e subentendido	55
2.2.2.3	A descrição lingüística - Componente Linguístico x Componente Retórico.....	57
2.2.2.4	A Teoria Polifônica da enunciação.....	63
2.2.3	Outros métodos de análise: uma saída gerativista pela via fonológica.....	69
4.	A PERSPECTIVA COGNITIVISTA.....	74
4.1	UMA TEORIA, UMA HISTÓRIA	74
4.1.1	Os postulados filosóficos que subjazem à lingüística cognitiva.....	75
4.1.2	Gestalt Teoria.....	79
4.1.3	Postulados Teóricos da Lingüística Cognitiva.....	80
4.2	DOMÍNIOS COGNITIVOS.....	81

4.2.1	Domínios Cognitivos estáveis.....	82
4.2.1.1	Modelos Cognitivos Idealizados	82
4.2.1.2	Moldura Comunicativa	84
4.2.1.3	Esquemas genéricos	85
4.2.2	Domínios Cognitivos Locais	87
4.2.2.1	Espaços Mentais	87
4.3	O TRATAMENTO COGNITIVISTA DA PRESSUPOSIÇÃO – UMA TERCEIRA VIA ÀS VICISSITUDES DA PERSPECTIVA FORMALISTA.....	91
4.4	UM PERCURSO, UMA TEORIA – POR UMA ABORDAGEM COGNITIVISTA DA PRESSUPOSIÇÃO	98
5.	ANÁLISE CONTRASTIVA - MÉTODOS E APLICAÇÃO.....	101
5.1	A PERSPECTIVA FORMALISTA.....	102
5.1.1	A Lógica Formal.....	102
5.1.2	A Filosofia Analítica.....	105
5.1.3	A Semântica Argumentativa de Ducrot.....	107
5.2	A PERSPECTIVA COGNITIVISTA.....	111
6.	CONCLUSÃO.....	118
7.	REFERÊNCIAS.....	121

1 INTRODUÇÃO

1.1 A CONSTRUÇÃO DOS SENTIDOS: FORMALISMOS x FUNCIONALISMOS

Pode-se dizer que há tempos duas grandes correntes de pensamento dominam os estudos lingüísticos: o formalismo e o funcionalismo. Não se pode dizer que todo formalismo seja também objetivista, como não se pode dizer que os cognitivismos de toda ordem sejam funcionalistas, mas se pode repetir a metáfora que Salomão (1997) tomou a Piatelli-Palmarini (1983) “[...] de um lado o **crystal** (imagem da invariância e da regularidade de estruturas específicas); do outro, a **chama** (imagem da constância de uma forma global exterior, a despeito da incessante agitação interna). [...]” (PIATELLI-PALMARINI, 1983 apud SALOMÃO, 1997, p. 23). Isto é, de um lado, língua/linguagem como produto acabado, lapidado, portadora dos sentidos, logo, esses mesmos sentidos, de seus elementos podem ser apreendidos; de outro lado, língua/linguagem em seu uso, encarada também como processo, ponta do iceberg, guia ou pistas desses mesmos sentidos, tendo em vista as complexas operações cognitivas que subjazem ao seu uso.

Observa-se, porém, que existe uma extensa tradição de estudos centrada no significante (MIRANDA, 1999), ou seja, apoiados na forma, portanto, girando em torno das relações lingüísticas formalmente expressas, muito embora questões de uso possam também ser amplamente avaliadas. Embora costumem ser avaliadas (as relações lingüísticas) em face de seu acontecimento, ou em face de sua estrutura, língua e realidade vêm sempre dicotomizadas na tradição formal vigente, que apóia o sentido no significante. Isso ocorre pela especificidade do pensamento objetivista cartesiano, por muito tempo dominante, que se pauta pela separação entre razão e corpo, entre linguagem e realidade. Esse pensamento é coluna que sustenta, invariavelmente, formalismos de muitas ordens e corrobora, no campo da lingüística, a visão da **gramática como estrutura**. Diferentemente, os pilares da corrente cognitivista escudam-se na integração entre mente e corpo e no papel primordial da experiência na organização do pensamento. Assim, escudada nesse postulado filosófico básico e integrada na esteira dos funcionalismos de toda ordem, encontra-se a abordagem da **gramática como fenômeno**, na qual se insere o

cognitivismo de Lakoff (1980, 1987) e Langacker (1987), por exemplo, atuante em Bekerley e em San Diego (SALOMÃO, 1997).

Essa configuração atual dos estudos lingüísticos tem mudado radicalmente o estudo da produção dos sentidos e, a reboque, tem questionado a tradição, não só lingüística, mas também, e especialmente, a tradição filosófica, tradição essa que promove sustentáculo aos estudos lingüísticos não só formais como também funcionais. Não é possível se escusar de dizer que a natureza das relações entre linguagem e mundo traz à baila (ou ao baile) questões desde sempre intrincadas, tais como, a referência, a verdade e a existência, as quais influenciam diretamente no estudo da construção dos sentidos, presente em determinados fenômenos semânticos. Com a gradual formação e absorção desse campo pela tradição lingüística, essas questões – outrora inseridas nos estudos filosóficos, mas ainda hoje de seu interesse – recaíram nos estudos semânticos. Como as referidas questões compõem o quadro de estudos do sentido, passaram a constar na agenda dos estudos de fenômenos, tais como, a paráfrase, a dêixis e especialmente a pressuposição.

No que tange à pressuposição, pode-se então evocar um vasto escopo de estudo que abrange da filosofia à lingüística. E não se poderia deixar de dizer que o fenômeno, no campo da lingüística, foi alvo de estudos que privilegiavam tanto a forma quanto o uso, mas é mister dizer que em termos de pressuposição também existe uma extensa tradição filosófica e formal nos seus estudos, especificamente pautada nas questões supracitadas. Se, por sua vez, os estudos formais são mais extensos, e por que não dizer, mais intensos, o cognitivismo, inserto nos funcionalismos (SALOMÃO, 1997), tem contemplado o estudo do fenômeno pressuposicional, e, enquanto determinadas correntes dos estudos formais se digladiam por determinados fenômenos, dentre eles o pressuposicional, reivindicando para os mesmos um caráter semântico ou pragmático ou mesmo semântico-pragmático (CANÇADO, 2005; DUCROT, 2005; ILARI, 2000), os estudos cognitivos já ultrapassaram essa etapa, visto que seu corpo de doutrinas (filosófico-lingüístico) aglutina, invariavelmente, forma e sentido, semântico e pragmático, revelando o discurso efetivamente atestado (JESUS e MIRANDA, 2003). Para o cognitivismo, a pressuposição é um dos inúmeros processamentos lingüísticos, em

que pese implicações sociais, lingüísticas e cognitivas, em que operam, concomitantemente, fatores de ordem semântica e de ordem pragmática.

Tendo em vista essas especificidades, esta pesquisa se desenvolverá em dois arcos que se integram: a discussão da natureza do fenômeno pressuposicional, pontualmente, nas duas instâncias de estudo, formal e funcional, e a abordagem de determinados aspectos processuais do fenômeno, especificamente do modo que a teoria cognitivista o compreende. Assim, puderam ser encampados três diferentes momentos da pressuposição: as teorias desenvolvidas na filosofia, as teorias desenvolvidas basicamente na lingüística, desde um ponto de vista formalista, e as teorias desenvolvidas na lingüística cognitivista, desde um ponto de vista realista experiencial. Podem-se avaliar três saltos teóricos significativos: o filosófico, o semântico-discursivo e o cognitivo.

1.2 A APRESENTAÇÃO DO TRABALHO

Com este trabalho, espera-se apresentar um percurso possível dos estudos sobre a pressuposição, desde os estudos fregeanos até a proposta de um tratamento unificado, empreendida por Fauconnier (1994) abarcada por Marmaridou (2000). E em defesa de uma abordagem cognitivista, levanta-se uma hipótese especificamente cognitiva, não geral, já testada e aqui aferida num exercício contrastivo de análise.

Os capítulos tomarão corpo com base na linha de raciocínio já descrita e serão delineados conforme segue adiante. Inicialmente, apresenta-se, ainda nesta introdução, a formulação do problema, a hipótese a ser defendida, bem como a metodologia utilizada para a pesquisa que aqui se delineia.

Em seguida, tomando-se os postulados filosóficos e lingüísticos que sustentam os estudos da pressuposição, desenvolver-se-á, inicialmente, a abordagem formalista, assim, o segundo capítulo expõe as bases filosóficas do conceito, sua origem e como o conceito se desenvolveu teoricamente, nas fronteiras da filosofia.

O capítulo três é reservado aos estudos de Ducrot (1977, 1981, 1987), que descreve a pressuposição como um tipo de implícito lingüístico. Aborda-se nesse capítulo o

percurso da teoria ducrotiana, no que diz respeito à pressuposição, desde seu pensamento inicial, até a proposta de uma Teoria Polifônica, quando a pressuposição será avaliada também em termos discursivos e em termos de confronto de duas vozes que se sobrepõem: a do posto e a do pressuposto. Ducrot (1977, 1981, 1987) alcança um diferencial importante dentro dos estudos pressuposicionais, visto que avalia não só o aspecto semântico-discursivo/argumentativo da pressuposição, mas também o aspecto pragmático-discursivo do fenômeno.

O quarto capítulo realiza uma revisão dos postulados que são sustentáculos filosóficos e teóricos da Lingüística Cognitiva, uma saída às vicissitudes encontradas pela abordagem formalista, que se divide entre dar um tratamento ora semântico, ora pragmático, ora semântico-pragmático, apoiados, entretanto, na dicotomia cartesiana. Em contrapartida Fauconnier (1994), seguido por Marmaridou (2000), defende, com base nos postulados cognitivistas, a possibilidade de conceder tratamento unificado à pressuposição, o que leva a crer que essa discussão se torna estéril e superada nos limites do cognitivismo. Ainda nesse capítulo, será desenvolvida a hipótese: a pressuposição ativa modelos cognitivos idealizados e abre espaços mentais. Cabe ressaltar que essa hipótese foi desenvolvida e sustentada por Marmaridou (2000) e cabe ressaltar ainda que os subsídios teóricos advindos dos estudos pressuposicionais cognitivistas também apoiarão o exercício de análise.

A referida hipótese será testada numa análise de um único texto propagandístico, exemplar de ocorrência da pressuposição, acionada pela descrição definida. Essa análise, empreendida no capítulo cinco, terá um caráter contrastivo, visto que tanto as abordagens formais quanto a abordagem cognitivista serão testadas. No que tange à abordagem cognitiva, buscar-se-á compreender a proposta de tratamento unificado da pressuposição e buscar-se-á também compreender os aspectos cognitivos envolvidos no processamento lingüístico, tendo em vista a hipótese já aventada.

No capítulo seis desenvolve-se a conclusão, com base em tudo que foi exposto, apoiando-se na abordagem cognitivista, tanto para o tratamento unificado do fenômeno quanto para a ampliação analítica proporcionada pela aplicação das

premissas cognitivas ao fenômeno pressuposicional, bem como a comprovação de uma hipótese cognitivista.

1.3 A JUSTIFICATIVA

A pressuposição é assunto complexo e amplo. O tema vem sendo apontado e discutido desde Frege (1892 [1978]) até os dias atuais, mas o que se observa é que ainda hoje não há consenso no tratamento do fenômeno.

Conforme já defendido, polemiza-se entre um tratamento semântico e/ou pragmático, sem que um ou outro se sobreponha como o mais adequado dos tratamentos. Questiona-se então se está no âmbito dos estudos formalistas o melhor e mais abrangente enfoque dessa ocorrência. Diante da possibilidade de uma terceira via, a postulação cognitivista para o tratamento, o desafio se faz: entender o funcionamento de um dos mais intrincados e instigantes fatos de linguagem: a pressuposição lingüística.

Em razão disso, buscou-se fazer um percurso desde sua abordagem na filosofia, com sua discussão inicial em Frege (1892 [1978]), até a abordagem cognitivista com a proposta de Fauconnier (1994).

1.4 UMA HIPÓTESE COGNITIVISTA

A pressuposição aciona Modelos Cognitivos Idealizados e abre Espaços Mentais.

1.5 A FORMULAÇÃO DO PROBLEMA

Duas perguntas precisam ser feitas:

(a) Existe possibilidade ao tratamento formal da pressuposição lingüística, que ou oscila entre o tratamento semântico e pragmático ou meramente os reúne?

(b) Em face disso, pode-se considerar a pressuposição fato ligado exclusivamente ao aspecto formal de linguagem ou fato que se liga aos processamentos da cognição/linguagem humana?

1.6 A METODOLOGIA DE TRABALHO

Neste trabalho, realiza-se um percurso que compreende desde a filosofia até a vertente cognitivista dos estudos da linguagem. Assim, foram realizadas resenhas de autores estudiosos do assunto, com o intuito de demonstrar os modos de análise presentes na perspectiva formalista, bem como na perspectiva cognitivista, e, a partir das resenhas teóricas, aplicar tais conhecimentos a um texto midiático, estabelecendo um contraste entre as correntes formalista e cognitivista.

Dentro dos limites da filosofia, foram resenhados autores clássicos, tais como, Frege (1892 [1978]), Russell (1905 [1989]), Strawson (1950 [1975]) e Austin (1962 [1990]), visto que o fenômeno pressuposicional, como tanto outros fenômenos semânticos, foi primordialmente pensado na Filosofia da Linguagem. Dentro das fronteiras da lingüística formalista, resenha-se aqui Ducrot (1977, 1981, 1987), que trabalhou a pressuposição numa vertente semântico-pragmática, numa linha discursiva, circunscrita à argumentatividade, aplicando o modo estruturalista de análise. Dentro dos limites da lingüística cognitiva, foram abordados postulados relativos ao realismo experiencial e foram trabalhados autores, tais como, Lakoff (1987) e Lakoff e Johnson (1980, 1999), para o estudo da Teoria dos Modelos Cognitivos Idealizados e Fauconnier (1994), para o estudo da Teoria dos Espaços Mentais. Dentro do aspecto cognitivista, pode-se demonstrar que a pressuposição pode ser tratada de modo unificado, em seus aspectos semânticos e/ou pragmáticos, desde que considerada como processo da mente na produção de sentidos, e, pode-se demonstrar, ainda, que é possível aplicar postulados cognitivos no estudo do fenômeno.

Aplicam-se os postulados teóricos resenhados ao texto midiático e testa-se a hipótese aventada pela vertente cognitiva de que a pressuposição dispara Modelos Cognitivos Idealizados e introduz os espaços mentais, comprovando a possibilidade de tratamento unificado do fenômeno, tendo em vista os processos mentais que subjazem ao uso lingüístico.

2. A PERSPECTIVA FORMALISTA

2.1 A ABORDAGEM FILOSÓFICA

Muitos fenômenos de sentido engendrados pela língua foram tratados dentro da filosofia clássica, como uma espécie de tradição intelectual dominante; dentre esses, pode-se incluir a pressuposição. A apresentação mais longínqua da observação do fenômeno pressuposicional, alcançada por esta pesquisa, encontra-se nos estudos de Pedro de Espanha¹ e na teoria dos exponíveis, com os estudos da gramática de Port-Royal², tanto o primeiro quanto a segunda observaram a sua ocorrência (DUCROT, 1981; ILARI e GERALDI, 2004), mas é preciso dizer que a cunhagem do termo é posterior a esse tempo.

De um modo genérico, a pressuposição, considerada um fenômeno inferencial³ de linguagem para a apreensão e sustentação dos sentidos, é recorrente e observável, como todo fenômeno. Conforme afirmado anteriormente, a base teórica do desenvolvimento do conceito é filosófica e, para sua estruturação e cristalização, do modo como o conhecemos contemporaneamente, teve contribuições de Frege (1892 [1978]) e de Russel (1905[1989]), dentro da filosofia lógica. Ainda nos limites da filosofia, pode ser tomado à filosofia analítica da Escola de Oxford, um dos suportes teóricos à vertente Pragmática⁴ da Lingüística, tendo em vista a primazia concedida

¹ Pedro de Espanha, escolástico do século XIII, quem primeiramente observou a emissão de mais de um juízo em determinados pensamentos (PAULI, 1997).

² A Gramática de Port Royal, ou Grammaire Générale et Raisonnée, foi escrita por Antoine Arnauld, em 1660, nessa gramática encontra-se o espírito racionalista cartesiano, fundamental apoio histórico aos lingüistas mentalistas (PAULI, 1997). A teoria dos exponíveis, proposta nessa gramática, defende que certos enunciados contêm mais de um juízo (ILARI e GERALDI, 2004):

(a) Celi continua desligando a geladeira;

(a') Celi desligava a geladeira. (num tempo anterior à enunciação);

(a'') Celi desliga a geladeira. (no tempo da enunciação)

³ Especialmente para a filosofia, e mais posteriormente também para a lingüística, existe um tipo de construção de sentido, denominada **inferência**, que pode ser extraída da oração acabada, são quatro: a **pressuposição** (que será neste trabalho estudada em detalhes) o **acarretamento**, a **implicatura** e o **subentendido**. O **acarretamento** é um implícito em que a verdade de uma sentença depende da verdade da outra, por isso não resiste aos contextos de negação, esses contextos levam à não manutenção da inferência, diferentemente da **pressuposição**, conforme será visto adiante (CANÇADO, 2005). A **implicatura**, por sua vez, é um tipo de implícito em que se diz mais do que está lingüisticamente colocado, é também suprida pelo contexto, o qual interfere efetivamente na compreensão e interpretação dos dados lingüísticos (LEVINSON, 1983). Proposto por Ducrot (1977), o **subentendido** é um elemento não expresso, que se acha implicado na interpretação semântica e suprido pelo contexto de uso.

⁴ Cabe ressaltar que a referida disciplina foi concebida dentro da Semiótica, mas teve influência de Strawson, na década de 50; Austin e Searle, na década de 60, estudiosos tributários da corrente da filosofia Analítica de Oxford (ARMENGAUD, 1999; KOCH, 2004).

ao uso, fundamento básico que permeia essa escola filosófica, com Strawson (1950 [1875]) e Austin (1962 [1990]).

A Lógica foi importante para o estabelecimento do conceito **pressuposição** e seguir um fio condutor a partir desse momento pode esclarecer alguns pontos cruciais para o entendimento de como o conceito foi inicialmente assentado, a saber, sob o ponto de vista filosófico. Assim, optou-se por denominar de abordagem filosófica a essa primeira parte do percurso, que se constitui: (a) do paradigma formal no que tange à perspectiva da língua e (b) das questões teóricas relacionadas à verificabilidade e à referência, e sua variante, as condições de felicidade. Essa abordagem entende a língua em suas relações intrínsecas (sujeito/predicado=juízo), tendo em vista a imanência, e em suas relações extrínsecas (língua/realidade=verificabilidade(s) tendo em vista a referência). Foge à segunda forma de entendimento, o filósofo Austin (1962 [1990]), pois contesta o preceito de que a língua representa ou aponta a realidade, entretanto, ainda encara a língua desde um ponto de vista formalista.

2.1.1 A pressuposição sob o enfoque da lógica formal

2.1.1.1 Pressuposição, referência, verificabilidade e sentido - as origens do conceito

Conforme explanado, o conceito de pressuposição já vinha sendo embrionariamente pensado na filosofia, mas o termo foi proposto, cunhado e assentado em Frege (1892 [1978]). Segundo Henry (1992) “É na obra de Frege, em um artigo publicado na *Zeitschrift für Philosophie und philosophische Kritik* e consagrado à análise das relações entre *sentido* e *referência* que a noção de *pressuposição* viu-se investida de um valor, tanto teórico quanto concreto, que marca o começo de sua elaboração” (HENRY, 1992, p. 11). Desse modo, o marco do desenvolvimento conceitual do fenômeno é o referido artigo.

Nesse artigo, para desenvolver o conceito, Frege (1892 [1978]) estrutura e desenvolve outros conceitos que têm relação direta com o fenômeno pressuposicional, tais como, referência, verificabilidade (condição e valor de verdade) e sentido. Ao trabalhar o postulado da pressuposição em face, por exemplo, da

referência, defende que a linguagem, em seu uso costumeiro, deve poder se ligar à realidade e que, a priori, os nomes⁵ (sejam eles próprios ou frases complexas) precisariam ter referentes expressos no mundo, para que houvesse um emprego normal⁶ da proposição⁷. O desenvolvimento do conceito de referência foi um dos aspectos que conduziu Frege (1892 [1978]) a destacar determinada inferência da totalidade da frase, à qual denominou pressuposição, e que viria a se transformar num importante conceito para os estudos do sentido. Esse destaque dará sustentação a todas as reflexões posteriores sobre o conceito, já que o que se encontra pressuposto pode instaurar a referência ou não, e pode instaurar a verificabilidade ou não, tendo por contraponto a realidade. Nos limites da Lógica, isso pode também significar a instauração ou não da continuidade dos sentidos e das condições para o emprego lógico das proposições.

Para estruturar as questões que concernem à referência, Frege (1892 [1978]) avalia nomes próprios ou expressões, e também avalia sentenças assertivas completas, que expressam um pensamento⁸, com um primeiro raciocínio que o leva a questionar se a substituição de uma expressão por outra na sentença levaria à mudança de sentido e, por conseguinte, se essa mudança afetaria o pressuposto e, como em uma reação em cadeia, afetaria também a referência. Esse primeiro questionamento conduz à formulação do valor de verdade para o estabelecimento da condição de verdade, ambos relativos às proposições/sentenças.

Segundo Ilari e Geraldi (2004), tendo em vista a oração acabada, Frege (1892 [1978]) formula duas dimensões dessas orações: “[...] **o valor de verdade** (o fato de

⁵ Os nomes próprios são os termos referenciais ou designativos por excelência, são os particulares designados, ou mesmo termos simples, como **Abelardo**, **40**, em contraposição aos termos gerais que podem ser aplicados desde um sentido genérico, tais como **homem** ou **mulher**. Assim, “Neste contexto fica claro que por **sinal** e por **nome**, entendi qualquer designação que represente um nome próprio [...]. A designação de um objeto singular pode também consistir em várias palavras ou sinais. Para sermos breves, chamaremos cada uma destas designações de nome próprio” (FREGE, 1892 [1978], p. 62, grifo nosso).

⁶ Possibilidade de uso da sentença, com sentido, em oposição ao uso *non sense*, ou ao uso ficcional, no que concerne ao seu contraponto com a realidade. Por exemplo, uma sentença como: Papai Noel trabalha dia e noite para entregar os presentes no Natal, jamais poderia ser dita com seriedade, em determinados contextos, nesse caso, os contextos não-ficcionais.

⁷ Há controvérsias, dentro da filosofia, ao que se pode entender por proposição. Aqui, entender-se-á por proposição, toda emissão de um juízo, composta pela díade sujeito/predicado.

⁸ Para Frege (1892 [1978]) o pensamento é o que denota a referência. Assim, o pensamento está ligado à referência e ao sentido por meio do sinal, considerando-se a proposição (díade sujeito/predicado) como a elaboração do pensamento.

ela ser verdadeira, ou falsa, nas circunstâncias em que se apresenta) e as **condições de verdade** (as exigências que os fatos precisam satisfazer para que a oração seja declarada verdadeira)” (ILARI e GERALDI, 2004, p. 21, grifo nosso). O valor de verdade constitui-se da possibilidade de uma sentença poder ser verdadeira ou falsa, em determinados contextos. A condição de verdade, por sua vez, constitui-se da possibilidade lógica de uso de uma determinada sentença em determinados contextos, relacionando-se, mais especificamente, às condições de emprego lógico que uma sentença pode alcançar. Também Koch (1984) afirma que

Ao discutir a questão da referência das proposições, Frege estabelece, como referência de uma proposição, o seu valor de verdade. Desse modo, substituindo-se uma parte da proposição por uma expressão que possua o mesmo valor de verdade, toda a proposição manterá o valor de verdade, isto é, a mesma referência (KOCH, 1984, p. 49).

O raciocínio levantado por Frege (1892 [1978]) se firma em que, ao mudar a expressão que aponta para uma determinada referência, pode-se tomar uma por verdadeira e a outra por falsa. O questionamento principal que conduz esse raciocínio baseia-se na referência: “É possível que uma sentença como um todo tenha tão-somente um sentido, mas nenhuma referência?” (FREGE, 1892 [1978], p. 68). Nesses termos, não se pode negar ou afirmar nada sobre algo que não exista⁹. Na verdade, há um valor, um peso, relativo ao sentido, para os utentes, ao se expressar um pensamento, que faz com que haja a busca de um referente para a proposição, pois “O pensamento perde valor para nós tão logo reconhecemos que a referência de suas partes está faltando” (FREGE, 1892 [1978], p. 68).

A partir desse raciocínio, o valor de verdade pode instaurar a plausibilidade, tendo em vista a referência, no que tange ao pressuposto existencial, e pode anular ou manter o material pressuposto, no que concerne ao emprego dito normal do pensamento. O filósofo defende que o estabelecimento do sentido esteja atrelado ao valor de verdade, valor específico, que afetará de perto o pressuposto, valor que, a saber, trará a referência, ou não, em sua carga, pela pressuposta existência. Dentro dessa perspectiva, determinados raciocínios podem levar à falsidade lógica e conseqüentemente à mudança de *status* do pressuposto, fornecendo ainda outro

⁹ Isso é considerado paradigmático na Lógica, a capacidade que a língua pode ter de se correlacionar com a realidade, com conseqüências imediatas para o sentido.

aspecto para a busca do referente, que só vem ao caso quando e somente quando há a investigação do valor de verdade. Isso diz respeito ao dito emprego normal da proposição, o que os lógicos também denominam de emprego sério. Sob essa perspectiva, atrela a referência ao valor de verdade, postulando que só haverá referência onde o valor de verdade puder ser aplicado. Formula para tanto um conceito para esse valor: “Entendo por valor de verdade de uma sentença a circunstância de ela ser verdadeira ou falsa. Não há outros valores de verdade” (FREGE, 1892 [1978], p. 69).

Desse modo, com vistas ao pressuposto, o valor de verdade possibilita a referida plausibilidade, quando for o caso de se aferir a verdade ou a falsidade das sentenças. Frege (1892 [1978]) coloca que se a referência de uma sentença é seu valor de verdade, ele deve ficar inalterado quando substituído por uma expressão ou sentença que tenha o mesmo valor de verdade. Assume para tanto, uma lógica bivalente, e denomina, para todos os efeitos, um valor de o verdadeiro e o outro de o falso, afirmando que só há essas duas esferas para uma sentença: “Toda sentença assertiva, **em face à referência de suas palavras**, deve ser, por conseguinte, considerada como um nome próprio, e **a sua referência, se tiver uma**, é ou o verdadeiro ou o falso” (FREGE, 1892 [1978], p. 69, grifo nosso).

No entanto, se não houver a identificação da referência, não se poderá aferir nem a verdade, nem a falsidade, caso típico dos referentes inexistentes no mundo real. A solução de Frege (1892 [1978]), então, para os pressupostos existenciais que não concretizam a sua referência, os referentes ficcionais, como no caso do Ulisses virgiliano, ou do Orlando, woolfiano, por exemplo, fariam parte de um terceiro valor, nem falso nem verdadeiro, assume, assim, diante dessa perspectiva, uma lógica trivalente. No entanto, o estudioso considera, para efeito de pressuposto, tanto a lógica bivalente (o verdadeiro/o falso) quanto a lógica trivalente (falso/verdadeiro/nem verdadeiro/nem falso), pois, na concepção do filósofo, as variações de sentido podem ser toleradas fora da ciência, mas precisam ser por ela devidamente explicadas. Conforme Henry (1992), foi para explicar que a linguagem ordinária pode, em termos de conhecimento, “[...] conduzir ao erro, à ilusão ou à demagogia, que Frege introduz a noção de pressuposição” (HENRY, 1992, p. 64). Na verdade a solução fregeana demonstra que a língua permite que se criem ficções, que se dê vida a seres que não

existem, mas que passam a existir depois que a língua fornece-lhes a existência¹⁰.

Ao examinar as sentenças subordinadas pleiteia que, na grande maioria dos casos de subordinadas, as referidas sentenças não se constituem de um pensamento completo, mas que essas sentenças são parte desse pensamento. Pode acontecer inclusive de essa referência estar ligada ao pensamento, e não só referir, efetivamente, mas também designar. É o caso da célebre sentença:

(1) *Quem descobriu a forma elítica das órbitas planetárias morreu na miséria.*

Nas palavras de Koch (1984),

[...] toda essa parte inicial pode ser encarada como um **nome**, que tem como **referência** um ser determinado – Kepler –, **não constituindo, portanto uma sentença à parte, mas não fazendo também, parte do conteúdo** [...], devendo ser considerada como **pressuposto** (KOCH, 1984, p. 49, grifo nosso).

Assim, ao pleitear o valor de verdade de nomes e sentenças, expulsa para a exterioridade os sentidos, e sob esse aspecto sobrepõe o que se encontra expresso pelo sinal e pelo pensamento ao que se encontra no sentido e na referência, evocando para isso tanto o valor de verdade quanto a condição de verdade expressos pelo sinal e pelo pensamento.

Conforme colocado por Frege (1892 [1978]), um pensamento se estrutura pela díade sujeito/predicado, e no caso da oração (1), o sujeito irá constituir, logicamente, por meio da subordinada, o que é pressuposto, restando ao predicado, o material posto. Ilari e GERALDI (2004) sustentam que

Frege observou no fim do século passado que, ao indagar sobre a verdade ou falsidade de orações como [...] O descobridor da forma elítica da órbita dos planetas morreu na miséria. [...] aponta de maneira bastante precisa para a necessidade de desdobrar [...] em dois enunciados distintos:

a. Existiu alguém que descobriu a forma elítica da órbita dos planetas.

¹⁰ Do ponto de vista do emprego, a existência factual é necessária, e Frege (1892 [1978]) usa a lógica bivalente (falso/verdadeiro) para o emprego da sentença, quando há a possibilidade de existência do referente e usa uma lógica trivalente (falso/verdadeiro/nem falso nem verdadeiro) se o referente não existir de fato. Nesse caso o que está em pauta é a resistência do pressuposto à negação, ou seja, a manutenção do pressuposto em vista do teste.

b. Esse alguém morreu na miséria (ILARI e GERALDI, 2004, p.61).

Por inferência lógica, raciocina-se: o que se encontra expresso pelo sinal (superfície lingüística) e vem asserido, é que esse alguém, a saber, Kepler, morreu na miséria.

Frege (1892 [1978]) defende que para a sobrevivência do pensamento, ou do material asserido (sujeito/predicado), *in totum*, é necessária a manutenção do pressuposto e, para que esse pressuposto seja essencialmente mantido, é preciso que realmente a subordinada referencie/designe um objeto. Se a asserção for negada e o pressuposto não subsistir, toda ela fica invalidada para o emprego dito normal. No entanto, se o designado de fato existir, a asserção mantém o seu valor de verdade existencial e a condição de verdade é estabelecida, mesmo que a relação predicativa, engendrada pelo pensamento, não mantenha sua verdade para com os fatos. Em outras palavras, a manutenção do pressuposto fundamenta a verificabilidade (valor e condição de verdade) e sustenta qualquer continuidade lingüística que o possa preceder, no que tange em especial às condições de emprego. Assim, mais grave que afirmar que Kepler morreu na miséria, sem que isso tenha de fato ocorrido, é anular a existência do próprio Kepler no discurso e se afirmar, costumeiramente, algo a respeito de alguém que não existe. Se a base for o pressuposto de existência, a pressuposição se manterá tanto na asserção quanto na asserção contrária (sua negação), em termos de valor de verdade e da lógica bivalente:

(2) quem descobriu a forma elítica das órbitas planetárias não morreu na miséria, ou

(3) não houve alguém que descobriu a forma elítica das órbitas planetárias.

A discussão girará em torno do valor de verdade enquanto pressuposto de existência, numa lógica bivalente: houve alguém que descobriu a forma elítica das órbitas planetárias? Assim, pergunta-se:

(4) quem descobriu a forma elítica das órbitas planetárias morreu na miséria?

Dúvida que também pode fazer suscitar o pressuposto. E esse pressuposto estará

totalmente assentado, em princípio, no valor de verdade, tendo já por assente essa existência como *pressuposta*, assim:

Além de apontar para o desdobramento, Frege fez na mesma ocasião duas considerações fundamentais: em primeiro lugar, observou que quando negamos [...] [O descobridor da forma elíptica da órbita dos planetas morreu na miséria], a negação afeta o conteúdo *b*, mas não o conteúdo *a*; em segundo lugar, considerando que a negação afeta os conteúdos declarados de uma sentença e que *a* não é afetado pela negação de [O descobridor ...], concluiu que *a* não é um conteúdo declarado. Ao conteúdo *a* Frege aplicou o nome de **pressuposição** iniciando uma linha de discussão que constitui hoje um dos capítulos da Semântica Lógica (ILARI e GERALDI, 2004, p.61).

A partir de então, pleiteia-se a negação do material asserido, bem como o questionamento desse material como testes para aferição do que se encontra pressuposto. No sentido que expõe Ilari e Geraldi (2004)

Seguindo o uso de Frege, diremos aqui que uma frase pressupõe outra toda vez que tanto a verdade como a falsidade da primeira acarretam a verdade da segunda (ILARI e GERALDI, 2004, p. 61).

Isso significa a manutenção da continuidade significativa, não só em termos do pensamento expreso, mas também em termos da referência, pois aqui estão duas frentes relacionadas: a manutenção semântica e a manutenção do emprego lógico.

Frege (1892 [1978]) propõe ainda outro princípio, o da substitutividade (substituir uma sentença por outra de mesmo valor de verdade). Para Meyer (1982) “A frase declarando o sentido de uma outra frase pode assim ser proposta para o seu lugar, pois ela é-lhe idêntica. [...] A significação é identidade, por isso substitutividade [...] da referência” (MEYER, 1982, p. 14). Frege (1892 [1978]) propõe que a substitutividade, em termos de valor de verdade, deve manter o sentido global das sentenças. Na concepção fregeana, para a manutenção do pressuposto, é necessária a manutenção do pensamento, em termos de seu sentido, como um todo, caso contrário, a sentença complexa se transforma num outro pensamento, o valor de verdade será outro e, logicamente, o pressuposto será outro. Koch (1984) assinala que “[...] se substituíssemos a primeira expressão [Aquele que descobriu a órbita elíptica dos planetas] por outra como **aquele que descobriu a América**, por exemplo, alterar-se-ia o valor de verdade da proposição” (KOCH, 1984, p. 49). Assim, para que a referência e o pressuposto sejam mantidos pelo princípio da

substitucionalidade é necessário que o valor de verdade permaneça o mesmo. Com isso, percebem-se duas coisas: (a) a manutenção ou não do pressuposto na substituição pode manter ou cancelar significativamente o sentido global de sentenças; (b) o pressuposto conduz o sentido, portanto sustenta o direcionamento do pensamento, bem como as condições de emprego lógico.

Para Frege (1892 [1978]), essa propriedade de a linguagem natural não garantir totalmente a referência ocorre por causa de uma imperfeição, por isso defende a criação de uma linguagem logicamente perfeita, na qual o sinal introduzido, como nome próprio, teria assegurada sua referência. A partir disso, atrela, necessariamente, o valor de verdade à referência, para manutenção ou não da pressuposição, atingindo, conseqüentemente, o todo proposicional ou assertivo. Mantém o seu raciocínio inicial de substituição, e coloca que as subordinadas podem tanto expressar um pensamento quanto expressar uma referência, no que tange ao valor de verdade, visando a referida substitucionalidade. Quando a sentença exprime um pensamento, parte de outro, a sentença só terá uma referência se se tomar não só o sinal como semelhante (como $a=a$, FREGE, 1892), mas também como verdadeiro o fato em questão, melhor dizendo, também com verdadeiro o fato pressuposto.

Como se pode notar, a pressuposição coloca em pauta a sustentação, ou não, do pensamento, em sua significação global, ou da existência, tendo em vista a manutenção de determinados valores lógicos, tais como a referência, o valor de verdade e a condição de verdade. Frege (1892 [1978]) conclui que, tanto o sentido, pensamento aludido pela sentença, quanto a sua referência, aferida por meio da verificabilidade, são importantes para determinar o valor cognitivo¹¹. Para tanto, nessa relação, será importante desvelar o pressuposto, pois será ele que desdobrará o sentido de uma frase complexa.

No entender de Meyer (1982), todo o sentido do trabalho de Frege (1892 [1978]), dentro dos estudos da Filosofia da Linguagem, resume-se em “[...] saber qual deve ser então a forma lógica das proposições. Foi ao estudo dessa questão que Frege se dedicou” (MEYER, 1982, p. 14). No fim, os postulados fregeanos tiveram um único

¹¹ O valor cognitivo é o sentido da sentença.

objetivo: tomando-se por base a forma lógica da proposição, estudar as nuances de sentido. Desta feita, toma-se o que está pressuposto pela asserção como material de análise, como uma forma de inferência para o estabelecimento do sentido, tendo em vista que não se encontra propriamente contido no que vem lingüisticamente expresso, uma espécie de procedimento que expurga da asserção determinados elementos. A concepção em pauta estabelece que o que vem pressuposto encontra-se em oposição ao que está contido, ou de outro modo, posto¹², pois o pensamento aludido encontra-se excluído do que vem asserido. Esse postulado tornou-se emblemático de todos os estudos que envolvem a pressuposição, sendo aceito e desenvolvido inclusive dentro da abordagem lingüística. Ducrot (1977), por exemplo, que desenvolveu a noção de implícito na língua, o tem por assente.

2.1.1.2 Pressuposição, descrição definida e denotação

Segundo Ilari e Geraldi (2004), muitos dos principais desenvolvimentos da Semântica Moderna, devem-se aos estudos de Frege (1892 [1978]) e o assentamento inicial do conceito de pressuposição é das contribuições mais valiosas. Seus postulados vêm sendo retomados, refutados, contraditos, mas jamais ignorado, mais especificamente na história do fenômeno pressuposicional e mais genericamente na história da semântica. Muito embora não seja a pressuposição a noção central de suas reflexões (HENRY, 1992), contrariamente a Ducrot (1977), que o toma por noção central, basilar, investe-se de importância retomá-lo, pois, além de Frege (1892 [1978]) tê-lo praticamente o cunhado, o fenômeno é de incontestável importância e teve um desenvolvimento teórico sem precedentes, já que devido à contribuição fregeana, descobriu-se nele um dos principais fenômenos que estabelecem a construção dos sentidos. Os postulados de Frege (1892 [1978]) foram o ponto de partida para o início de uma cadeia de reflexões filosóficas¹³, da qual faz parte Russell (1905 [1989]). Enquanto o primeiro iniciou e impulsionou os estudos do fenômeno, o segundo,

¹² Enquanto Frege (1892 [1978]) aplicou o nome de pressuposto ao conteúdo inferenciado, Ducrot (1977) aplica o nome de posto ao que vem expresso lingüisticamente e considera o pressuposto como uma forma de implícito, como se verá mais adiante.

¹³ É preciso lembrar que essa cadeia de reflexões iniciadas por Frege (1892) afetou não só a filosofia, mas terminou por afetar também a lingüística, impulsionando os estudos da Semântica Formal.

reformulou-o¹⁴, engendrando a Teoria das Descrições Definidas, contribuindo com a noção de escopo¹⁵ da negação para a pressuposição.

Em seu célebre artigo *On Denoting*, presente na obra *Logic and Knowledge – essays*, Russell (1905 [1989]) defende que denotar está mais próximo de significar do que propriamente designar ou mesmo referenciar; afirma que para Frege (1892 [1978]) “[...] são os **significados** (grifo do autor) dos constituintes de um complexo denotativo que entram em seu **significado** (grifo do autor), não a **denotação dos constituintes** (grifos nossos)” (RUSSELL, 1989 [1989], p. 6). Assim, a denotação tem relação direta com o significado e com as diversas ocorrências nas quais as expressões denotativas podem figurar.

Russell (1905 [1989]) defende ainda que podem ocorrer três casos de denotação: “[...](1) uma expressão pode ser denotativa e não denotar nada [...]; (2) uma expressão pode denotar um objeto definido; [...] (3) uma expressão pode denotar de maneira ambígua; [...]” (RUSSELL, 1905 [1989], p. 3). Destaca algumas expressões como eminentemente definidas e passíveis de realizarem a descrição do objeto, as quais denomina descrições definidas: tudo, nada, algo, um(a) e o(a). No estudo do comportamento lógico dessas expressões, Russell (1905) propõe operar no nível das variáveis e sugere que se tome $C(x)$ como a proposição, em que (x) é um constituinte, e enquanto variável, totalmente indeterminado, operando com as seguintes possibilidades: (a) $C(x)$ é sempre verdadeira; (b) $C(x)$ é algumas vezes verdadeira; e (c) não é verdade que $C(x)$ é falsa é sempre verdadeira. Lança, assim, a sua Teoria das Descrições Definidas.

Com isso, diferentemente de Frege (1892 [1978]), pleiteia o princípio da definição contextual e da referência direta, a reboque, uma lógica bivalente, em que só existe

¹⁴ Pagani (1996), por exemplo, pensa que Russell (1905 [1989]) não abordou o fenômeno pressuposicional *per se*, já que sequer cita o termo pressuposição. Essa leitura é perfeitamente possível e bem original, inclusive, entretanto, apesar da concordância com Pagani (1996) tomar-se-ão, para este trabalho, as considerações de Russell (1905 [1989]) como um desenvolvimento, no que diz respeito ao fenômeno pressuposicional, já que retoma Frege (1892) num aspecto primordial para o fenômeno: a referência; e desenvolve toda uma teoria que o afeta diretamente: a Teoria das Descrições Definidas.

¹⁵ No que diz respeito a operadores lingüísticos, o escopo é a atuação desse operador sobre um determinado domínio, o que seria nada mais que a abrangência desse operador numa estrutura lingüística, com vistas ao que se encontra conotado, assim: (a) Karina elogiou até Ilione e (b) Até Karina elogiou Ilione se revestem de sentidos bem diversos.

ou o falso ou o verdadeiro, pautados na existência real do objeto e no uso dito sério. Por outro lado, as variáveis seriam puramente contextuais, num raciocínio de substituição dessas variáveis em que toda proposição que está envolvida numa relação X é Y , obedece ao seguinte raciocínio (LEVINSON, 1983; SOUZA, 2000):

- (a) Deve haver ao menos um único X , com a propriedade expressa pelo sujeito X ;*
- (b) Deve haver no máximo um único X , com a propriedade expressa pelo sujeito X ;*
- (c) Esse X deve ter a propriedade expressa pelo predicado Y .*

Significa dizer que toda forma proposicional composta de X é Y deve ser uma conjunção dessas três asserções, operando numa lógica simbólica de atribuição de propriedades. Assim, no célebre exemplo tomado a Russell (1905 [1989]):

- (5) O atual Rei da França é sábio.*

Tem-se:

- (a) Há um Rei da França que é sábio;*
- (b) Não há mais ninguém que seja Rei da França;*
- (c) Não há mais ninguém que seja Rei da França e é sábio.*

Assim, expressões como tudo e correlatas estariam, em sua essência, denotando entidades, com base explicitamente nos raciocínios e valores lógicos assumidos, traçados via representação simbólica, já expressões como um(a), o(a), inobstante, agem diferentemente do ponto de vista da denotação. As referidas expressões pressupõem duas coisas distintas: um(a) pressupõe a existência de uma determinada predicação, sempre que a proposição é usada; em outras palavras, a denotação não tem significado por si própria, novamente a significação é um acontecimento proposicional, definido contextualmente; por outro lado, o(a) pressupõem além de existência, unicidade. Em termos lógicos poderia ser expresso pelo seguinte raciocínio:

- (a) Um(a) e O(A) X pressupõe que existe X ;*
- (b) O(A) X pressupõe que existe um único X .*

O filósofo explicita que determinadas expressões denotativas expressam um significado e denotam uma denotação, mas podem também expressar um significado e não denotar nada. Entretanto, essas expressões não representam um objeto, são vazias, não podem ser utilizadas logicamente, porque não existe o referente expresso no mundo que as torne verdadeiras para que elas sejam uma ocorrência lingüística plausível. Ao enunciá-las, inferencia-se a sua verdade ou falsidade, pela busca da existência do referente, realizando-se o pressuposto pela afirmação de existência desse objeto, provinda dessa verdade ou falsidade dentro das possibilidades lógicas, ligadas ao real. Na verdade, tem-se significado sem denotação, mas não existe valor de verdade, diga-se bem, no sentido lógico, sem o referente. Nas palavras de Russell (1905 [1989]):

Se dissermos ‘o rei da Inglaterra é careca’, este pareceria não um *enunciado* complexo ‘o rei da Inglaterra é careca’, **mas acerca do homem real** (grifo nosso) denotado pelo significado. Porém, considere-se agora ‘o rei da França é careca’. Pela paridade de forma, esta também deveria ser a denotação da expressão ‘o rei da França’. Mas esta expressão, apesar de ter um **significado** (grifo do autor), não tem, certamente, **denotação** (grifo nosso), pelo menos em qualquer sentido óbvio (RUSSELL, 1905 [1989], p. 7).

Denotar e significar seriam a mesma coisa, conforme já dito, mas porque a referência inexistente mundanamente não tira da proposição sua significação e sentido, pois não produz, pelo pressuposto, o ato de denotar apesar de, pelas relações lógicas da própria língua, a proposição produzir sentido (nesse caso a relação sujeito/predicado). Diante disso, ela (a proposição) não poderia ser usada no sentido dito normal ou sério apregoado pelos lógicos. Assim, a existência necessariamente não está atrelada à existência real para produzir significado, mas a existência real é necessária para as condições lógicas. Diferentemente de Frege (1892 [1978]), que faz uso da mediatização para a referência, Teoria da Referência Mediatizada, pode-se dizer que Russell (1905 [1989]) faz uso de uma Teoria da Referência Contextualizada, daí sua opção pela lógica bivalente, operando com o falso e/ou o verdadeiro. Haja vista a de Russel ser exclusivamente bivalente.

Segundo Levinson (1983), a Teoria das Descrições Definidas, ajudou a resolver um problema denominado ambigüidades de escopo (*scope ambiguities*), esse, considerado, o grande legado russelliano. Russell (1905 [1989]), com esse postulado, ajudou a resolver problemas concernentes ao alcance da negação, fato que age

diretamente no que vem pressuposto. Assim, a sentença:

(6) *O Rei da França é sábio.*¹⁶

em sua negação:

(7) *O Rei da França não é sábio.*

Deve ser considerada, na concepção de Levinson de duas formas: “[...] ou se presume [no sentido de pressupõe] que há um Rei da França e se afirma que ele não é sábio ou (menos costumeiramente) o que se nega é que seja simultaneamente verdade que há um Rei da França e que ele é sábio” (LEVINSON, 1983, p. 214).

O problema do escopo da negação é o problema do alcance da negação, com vistas à pressuposição, então, nesse caso, dependendo do escopo, a verdade do pressuposto se mantém ou se anula, caso se opere com um escopo amplo ou com um escopo restrito. Assim, a negação de escopo amplo “[...] permite que usemos [...] [O rei da França não é sábio] para negar que o rei da França exista [...]” (LEVINSON, 1983, p. 215) anulando o pressuposto da existência real; ou, de outro modo, se a negação for de escopo estreito, “[...] apenas nega que o predicado se aplique a ele”, ou seja, nega a sapiência real (LEVINSON, 1983, p. 215), o que mantém o pressuposto existencial.

Russell (1905 [1989]), na defesa de uma pressuposição existencial, por meio das descrições definidas, situa o pressuposto numa espécie de implicação da existência de fato. Pode-se observar que

Como Frege, Russell considera a linguagem natural enganadora e pensa que apenas a lógica mostra, graças a um formalismo adequado, **as relações unívocas** que a utilização quotidiana do discurso supõe (MEYER, 1982, p. 24, grifo nosso).

Crê, na verdade, como Frege (1892 [1978]) o crê também, que a linguagem natural seja um problema sério para o sentido e para a referência, o que procura resolver

¹⁶ Exemplo que consta em Levinson (1983) e assim traduzido por Luís Carlos Borges e Aníbal Mari.

propondo a referida Teoria das Descrições, na qual está presente uma lógica intrínseca, que recorre a substituições simbólicas, numa espécie de cálculo, mas, ao mesmo tempo, é contextualmente situada e não mediatizada. Com o auxílio dessas substituições, traduz as sentenças comuns, para que espelhem a sua forma lógica, e, sob essa perspectiva, assim como Frege (1892 [1978]), está empenhado numa espécie de limpeza das indesejáveis interferências da forma gramatical. Para Russell (1905 [1989]) a pressuposição regularia não somente as condições de emprego lógico do enunciado, mas também as possibilidades particulares de uso de determinados enunciados, bem como a existência no que tange à referência.

2.1.2 A pressuposição sob o enfoque da filosofia analítica

2.1.2.1 Pressuposição, uso lingüístico e referência

Diferentemente de Russel (1905 [1989]), que se foca em ocorrências, circunscritas ao dado lingüístico relacionado ao seu contexto, num padrão único e unívoco da ocorrência lingüística, apenas, Strawson (1950 [1975]) remete-se à ocorrência lingüística em dois níveis de análise, tanto circunscrita à língua, quanto circunscrita ao uso, em outras palavras, remete-se à ocorrência do dado lingüístico em sua realização, mapeando do dado lingüístico ao dado elocutivo, isto é, da sentença à expressão:

[...] passarei a empregar, em vista da brevidade, a locução 'uma expressão', para referir-me a uma expressão que possui função referencial individualizante e a locução 'uma sentença' para referir-me abreviadamente a uma sentença que começa com tal expressão. [...] As distinções em questão são entre:

- (A1) uma sentença,
 - (A2) uma utilização de uma sentença,
 - (A3) uma elocução (*utterance*) de uma sentença, e, de maneira correspondente, entre:
 - (B1) uma expressão,
 - (B2) uma utilização de uma expressão,
 - (B3) uma elocução (*utterance*) de uma expressão
- (STRAWSON, 1950, p. 270-271).

Strawson (1950 [1975]) é um dos pensadores que se encontra circunscrito à filosofia analítica da Escola de Oxford, que irá mais tarde influenciar a Lingüística na

formação da Pragmática¹⁷, uma das viradas lingüísticas¹⁸. Essa área de estudo, a Pragmática, estará focada no uso da língua, em que o sentido estará não só nas relações intrínsecas à própria língua, como também na sua ocorrência, socialmente contextualizada.

Na realidade, Strawson (1950 [1975]) encontra uma nervura na teoria russelliana, que tenta atrelar a condição de verdade com vistas ao pressuposto de existência real para a referência, buscando um artifício que minimize questões semânticas importantes no que tange aos sentidos: pode-se ter sentido, em termos lógicos, divorciado dos fatos reais? Como tratar os sentidos diante da falta do referente expresso no mundo? Questões que também perseguiram Frege (1892 [1978]) e que ele resolveu apoiando-se ora numa lógica bivalente ora numa lógica trivalente, mas para qual Russell (1905 [1989]) propôs uma lógica somente bivalente, e é nesse ponto que reside o problema para Strawson (1950 [1975]).

Na visão de Levinson (1983), a pedra de toque da proposta de Strawson (1950 [1975]) é o fato de separar as *sentenças* dos *usos* que delas se faz. Ao realizarem sentenças que podem tanto ser falsas como ser verdadeiras, tem-se que a verdade ou a falsidade não se encontram propriamente nas sentenças, mas em sua realização, ou em sua enunciação. Assim, não são as sentenças que são verdadeiras ou falsas, mas os enunciados, os proferimentos *in situ*. Com base nisso pode-se afirmar que o inovador na proposta de Strawson (1950 [1975]) como contraponto a Russell (1950 [1989]), seria a sua divisão triádica, vista mais acima, entre a ocorrência lingüística (o dado lingüístico em si mesmo), a realização lingüística (o proferimento) e a utilização lingüística (o proferimento em contexto). Nesse ínterim entre o dado lingüístico e a utilização lingüística também estariam as implicações lógicas. Logo, prefere dizer que uma asserção é usada para exprimir uma proposição

¹⁷ Koch (2004) relata que: “A **Teoria dos Atos de Fala** surgiu no interior da Filosofia da Linguagem, tendo sido, posteriormente, apropriada pela Lingüística Pragmática. Filósofos da Escola de Oxford, tendo como pioneiro J. L. Austin seguido por Searle, Strawson e outros, entendendo a linguagem como forma de ação (‘todo dizer é um fazer’), passaram a refletir sobre os diversos tipos de ações humanas que se realizam através da linguagem: os **atos de fala**, **atos de discurso** ou **atos de linguagem**” (KOCH, 2004, p. 17, grifo da autora). Para uma outra visão teórica, ainda mais ampla, e não distante disso, nos liames principalmente da pressuposição, ver Levinson (1983), confira também Armengaud (1999) para uma panorâmica abrangente das origens da **Pragmática**.

¹⁸ A **Pragmática** e os **Cognitivismos** são considerados marcos que geraram grandes mudanças no que tange à ciência Lingüística (KOCH, 2006; LACERDA, 2004).

verdadeira ou falsa a dizer que uma sentença é simplesmente verdadeira ou falsa, por uma substituição de variáveis ao modo da lógica simbólica.

Ao divisar esses componentes, outras definições vêm-se desdobrando. O conceito de verdade e falsidade, bem como o conceito de significação trazem em si os germens da pragmática: “A significação (pelo menos em um sentido importante) é uma função da sentença ou da expressão; mencionar e fazer referência, verdade ou falsidade, são funções da utilização da sentença ou da expressão” (STRAWSON, 1950 [1975], p. 272). Assim, torna-se unívoco com Frege (1892), pois admite que “A significação de uma expressão não pode ser identificada ao objeto a que se faz referência mediante sua utilização numa ocasião” (STRAWSON, 1950 [1975], p. 273), o que ainda sugerem vantagens para o proclamado **Atual Rei da França**, que por hora, num sentido strawsoniano, tem sentido e significação, e engendra o pressuposto, como uma espécie de inferência pragmática, que nasce não dessa pseudo-relação de verdade e falsidade existencial, mas da enunciação e de seus usos propriamente ditos.

Segundo Levinson (1983), Strawson (1950 [1875]) consegue perceber que uma relação pressuposicional não pode ficar circunscrita somente aos dados lingüísticos e ao pressuposto de existência real numa análise existencial estéril. Essa relação observada da perspectiva lógica, a partir desse ponto de partida, tem um sentido incomum, pois, para ele, é necessária uma aplicação sistemática das subdivisões inicialmente propostas, e uma avaliação de uma pretensa possibilidade de utilização de uma sentença:

A questão de saber se a sentença é ou não significativa é a questão de saber se existem hábitos, convenções ou regras de linguagem tais que a sentença poderia, logicamente, ser utilizada para falar acerca de alguma coisa; aquela questão, por conseguinte, é totalmente independente da questão de saber se a sentença foi utilizada dessa maneira numa ocasião particular (STRAWSON, 1950 [1975], p. 274).

Num sentido próprio, que poderia estar embutido no que concerne à lógica, a questão é se haverá, de fato, significação no que se estiver assertando, não só a partir do que se está assertando, mas também, tomando-se por análise, quando, onde e o porquê está se assertando. Isso pode afetar de modo sutil o que se pressupõe numa proposição, bem como os efeitos de sentido que a proposição

poderá ter, levando-se em consideração não só o que está lingüisticamente assertado, tendo em vista a aplicação dos elementos propostos, mas também a escala de verificabilidade (verdade/falsidade) em que se insere.

Dessa perspectiva, Strawson (1950 [1975]), depreende duas inferências que revelariam alguns efeitos de sentidos, a primeira delas, a crença num rei da França, que conduz à segunda, a existência ou não do rei da França. A pressuposição regeria uma relação ainda lógica em que implicaria, no sentido mesmo de pressupor:

E é nesse ponto que a distinção que tracei antes pode nos auxiliar. A sentença 'O rei da França é sábio' é certamente significativa; mas isso não quer dizer que qualquer utilização particular que dela seja feita é verdadeira ou falsa. [...] O fato de que a sentença e a expressão, respectivamente, sejam significantes é exatamente o fato de que a sentença **poderia** ser utilizada, em certas circunstâncias, para dizer algo verdadeiro ou falso, e de que a expressão **poderia** ser utilizada, em certas circunstâncias, para mencionar uma pessoa particular; e conhecer a significação de uma e outra é conhecer que tipo de circunstâncias são essas (STRAWSON, 1950 [1875], p. 275).

Com base nisso, Strawson (1950 [1975]) reitera que é de uma circunstância que se trata, quando se enuncia O rei da França é sábio no reinado de Luís XIV, podendo-se falar de um atual Rei da França, e, a partir da elocução da sentença, passando por sua utilização, chega-se aos pressupostos que dela se poderia retirar, a saber, pressupostos que podem ser não só de existência como também particularizantes (ou de referência). No entanto, trata-se de outra circunstância enunciá-la no século XX, trata-se, assim, de outra *elocução*, em outra utilização, que pode, por sua vez, afetar diretamente os valores lógicos implicados em sua enunciação, ou melhor, os pressupostos de sua enunciação, eliminando-se a possibilidade de particularização, retirando a possibilidade de um atual Rei da França, mas não uma possível atitude de crença nessa existência.

O uso, em seu sentido estrito, pode influenciar o estabelecimento do pressuposto, por interferir em valores lógicos, tais como o valor de verdade para as condições de verdade e a referência, mas também em valores pragmáticos, tais como o uso e suas implicações sociais e contextuais. Na concepção de Strawson (1950), "**Uma parte do caráter significativo** das expressões do tipo que estou discutindo consiste em que elas podem ser utilizadas, numa variedade imensa de contextos, para fazer

referência individualizante” (STRAWSON, 1950, p. 278, grifo nosso). Em outras palavras, existe uma diferença entre apontar um indivíduo ou um objeto único no mundo, ao se utilizar uma expressão, e fazer uso de uma expressão para fazer uma referência individualizante. No primeiro caso o pressuposto de existência para a condição de verdade pode se anular, e para Strawson (1950 [1975]) se constitui estranho uma sentença com sentido, mas sem significação, ou *nonsense*, como no caso da sapiência ou da calvície do rei de França, emitida no século XX; e, no segundo caso, ele se mantém e realiza uma particularização, casos de entidades genéricas, universais, que são alçadas ao *status* de individuais.

Seguindo essa linha de raciocínio, Strawson (1950 [1975]) afirma que, com grande frequência, as classes de expressões que se prestam ao papel de referenciadoras são: pronomes demonstrativos singulares, nomes próprios singulares, pronomes pessoais e impessoais no singular, frases que começam com o artigo definido por um substantivo qualificado ou não, no singular (que podem ser as descrições definidas russellianas). Essas expressões engendram o pressuposto de existência. Afirma também que existe um modo particular de uso dessas expressões a que ele denominou de utilização referencial individualizante. Isso pode trazer elementos interessantes para a pressuposição, visto que esse modo de utilizar essas expressões, particularizando, diferentemente do que pleitearia Russell (1950 [1989]), muda de modo significativo, em termos de pressuposto, o que está colocado na superfície lingüística.

Desse modo, Strawson (1950 [1975]) propõe dois exemplos, distinguindo entre afirmar:

(8) *A baleia abalroou o navio.*

E afirmar:

(9) *A baleia é um animal mamífero.*

Enquanto na segunda realização tem-se a baleia enquanto ser, de modo referencial não particularizante, pois, na verdade, não se trata de uma baleia imaginária, mas

também não se trata de uma baleia particular; na primeira, vem marcado que se trata de uma baleia particular. Isso muda sensivelmente o pressuposto, que pode se constituir em um pressuposto particularizante, enfim, constituir-se numa referência, tendo em vista uma baleia específica e em um pressuposto meramente de existência do ser *baleia*. Duas formas de pressuposto que afeta de modo diferente o sentido das frases acima. O equívoco de Russell (1905 [1989]), segundo Strawson (1950 [1975]), foi pensar que fazer referência ou mencionar era o mesmo que denotar, não distinguindo B1 de B2, anteriormente exposto. Numa lógica strawsoniana, tem-se o artigo definido como um sinal de que se está diante de uma referência individualizante o que pode não implicar, mas pressupor, na existência mundana do que vem individualizado pelo artigo ou, ao menos, a crença nessa existência.

Strawson (1950) esclarece que:

Um dos principais objetivos para os quais utilizamos a linguagem é o de enunciar fatos a respeito de pessoas, coisas e acontecimentos. Se desejamos preencher esse objetivo, devemos contar com algum meio de antecipar a pergunta: 'Acerca de que (de quem, de qual) você está falando?' bem como a pergunta: 'O que você está dizendo acerca disso (dele ou dela)?' A função que nos permite evitar a primeira pergunta é a função referencial (ou identificadora). A função que permite antecipar a segunda é a função atributiva (ou descritiva, classificatória ou adscritiva) (STRAWSON, 1950 [1975], p. 279).

E, quando se fala desse delinear pragmático, fala-se de seu correlato lógico no sentido que o filósofo quis dar à questão da utilização e da elocução, no que tange à referência. Assim, "[...] a satisfação de condições contextuais que podem ser enunciadas de forma mais ou menos precisa é algo exigido *convencionalmente* ou num sentido mais amplo da palavra, *logicamente* [...]" (STRAWSON, 1950 [1975], p. 280).

Strawson (1950 [1975]) propõe não somente avaliar expressões, mas também avaliar as diversas distinções dentre os níveis propostos para uma sentença e o que isso implicará logicamente, busca conservar elementos de uma lógica perpassada pelas questões que o uso e o contexto impõem, não voltados somente para descobrir se esta ou aquela expressão realiza um pressuposto de existência ou particularização, mas interessa-se pela plausibilidade do acontecimento de linguagem, com vistas ao

pressuposto, junto aos contextos em que se realizam (num amplo escopo da palavra).

Strawson (1950 [1975]) faz parte do grupo de filósofos que entende a pressuposição como condições de emprego lógico-contextual das proposições. No entanto, como se pode notar, o emprego e também a produção de sentido já têm cores pragmáticas, em especial, porque o sentido não está propriamente na língua, mas também naqueles que se expressam por meio dela, bem como em que contexto esses falantes a usam. Strawson (1950 [1975]) afirma que

Com efeito, falar acerca da significação de uma expressão ou de uma sentença não é falar acerca de sua utilização numa ocasião particular, mas, sim, falar de regras, hábitos e convenções que governam em todas as ocasiões [...] Nesse sentido especial de 'significar', são as pessoas que significam não as expressões (STRAWSON, 1950 [1975], 273).

Conclui-se que a pressuposição, no pensamento strawsoniano, é abordada de um ponto de vista lógico-contextual, conforme já dito, pois o seu pensamento encontra-se numa zona limítrofe, em que importam as questões lógicas, mas importam também as questões de uso, com vistas ao falante. Postulado caro aos pragmaticistas de plantão.

2.1.2.2 Pressuposição, atos de fala e condições de felicidade

Se em Strawson nota-se forte inclinação no que diz respeito ao uso e ao contexto, em Austin (1962 [1990]) essa inclinação se reverbera com mais intensidade, pois, para esse estudioso a linguagem, em seu uso, é um modo de ação. Esses filósofos, por não compactuarem com a lógica formal e simbólica e se utilizarem da análise lingüística, voltada para o uso, nas discussões de problemas filosóficos, em suas implicações lógicas, inserem-se na tradição britânica da Filosofia Analítica. Há quem situe os escritos de Austin, de um modo geral, dentro do que se convencionou chamar de virada lingüística ou o que atualmente se convencionou chamar virada pragmática (SOUZA FILHO, 1990; LACERDA, 2004; KOCH, 2006). Em realidade é preciso sublinhar que nessa vertente a palavra mais corrente pode ser uso, conforme já explanado acima. Para Souza Filho (1990), a filosofia analítica da qual faz parte

Austin, foi uma dupla reação a duas correntes: o idealismo absoluto e o empirismo¹⁹. Mais precisamente, a filosofia austiniana será uma análise filosófica da linguagem ordinária, o que de modo particular deve privilegiar o uso.

Deve-se assinalar que o uso no sentido austiniano alavanca uma outra faceta expressa pela realidade lingüística, a *ação*. Considerar a realidade constituída pela linguagem foi o primeiro passo para a remodelação de conceitos, tais como, verificabilidade e referência, por exemplo, visto que a linguagem se encontrava num extremo e a realidade noutro. A linguagem até então era considerada como uma espécie de acesso à realidade, e não como constituidora da realidade²⁰. Em vista disso, falar condiciona a pessoa que emite a fala a comprometer-se de toda ordem. Souza Filho (1990) afirma que

O ponto central da concepção de Austin e sua principal contribuição à Filosofia da Linguagem parece-me ser a idéia de que a linguagem deve ser tratada como uma **forma de ação e não de representação** da realidade (SOUZA FILHO, p. 11, 1990, grifo nosso).

Segundo Austin (1962 [1990]) tem-se dois tipos de atos de fala que delineiam de modo particular os sentidos: o performativo e o constativo. O ato de fala performativo realiza as ações proferidas muito particularmente, já que proferir: Lego ao meu irmão esse relógio, “[...] não é **descrever** o ato que estaria praticando ao dizer o que disse, nem declarar que o estou praticando: é fazê-lo” (Austin, 1962, p. 24), o qual só se realizaria em primeira pessoa. Já o ato de fala constativo é uma declaração a respeito de algo ou de alguém. Assim, indo-se à raiz da palavra, pode-se afirmar que o ato performativo prevê um tipo de ação, uma *performance*, do correlato português desempenho, que ocorreria ante situações sociais particulares e sob circunstâncias lingüísticas determinadas, como a exigência da primeira pessoa, anteriormente dito; indo-se, ainda, à raiz da palavra, pode-se afirmar que o ato constativo seja uma constatação, uma emissão de um juízo, o que de algum modo não deixa de ser também uma determinada *performance* do tipo: Eu realizo o ato de declarar que X.

¹⁹ O idealismo parte do sujeito para a reflexão e faz o caminho do interior para o exterior, da abstração para a realidade sensível (HEGEL, 2007). Contrariamente ao idealismo, o empirismo defende o conhecimento como fruto da experiência sensível, desse modo, faz o caminho contrário ao idealismo, parte da realidade, não como processo, mas como dado, para o sujeito (LOCKE, 2007).

²⁰ Nesse sentido, há de se concordar que a filosofia analítica dá um decisivo passo na rejeição do postulado filosófico, vigente durante muito tempo, de que a linguagem ordinária apenas representa a realidade, mudando consideravelmente os rumos dos estudos lingüísticos.

Desse modo, Austin (1962) reduz, *ipsis litteris*, falar a fazer, não só em sentido *strictu*, mas também em sentido *lato*.

Com base nas possibilidades engendradas pelo proferimento, a verdade foi pensada não mais como um fundamento essencialmente lógico, mas como fundante da realidade, sendo então substituída pelo conceito de condições de felicidade, isto é, as condições que tornam o ato efetivo, ou seja, são as condições que propiciam a realização de um ato, de fato, tais como, ao declarar: Condeno o prisioneiro a dez anos de reclusão, ou ao dizer: Está chovendo, tenho de ter autoridade para aplicar a pena ao prisioneiro, ou deve estar, de fato, chovendo. Nesse direcionamento, entram agora as convenções sociais impostas aos falantes e as intenções desse mesmo falante diante das circunstâncias de uso.

Austin (1962 [1990]) observou que determinadas declarações, em alguns casos, denominadas pseudo-declarações pelos filósofos, não eram ostensivamente verificáveis, isto é, não poderiam ser consideradas nem verdadeiras nem falsas:

[...] normalmente um proferimento do tipo 'Prometo que ...' ou 'Aceito (esta mulher)' são de fato descritas pelo proferimento e, por conseguinte, com sua presença fazem-no verdadeiro ou, com sua ausência, fazem-no falso? Tomando a segunda alternativa em primeiro lugar, passamos a considerar o que realmente dizemos do proferimento – ou melhor, o ato, isto é, a promessa – foi vã ou feita de má-fé, ou não foi levada a cabo, ou coisa semelhante. No caso particular das promessas, e também de muitos outros performativos, é apropriado que a pessoa que profere a promessa tenha uma determinada intenção, a saber, a intenção de cumprir a palavra. [...] No máximo poderíamos dizer que o proferimento sugere ou insinua uma falsidade ou um engano (já que há a intenção de fazer algo); [...] (AUSTIN, 1962 [1990], p. 28).

Austin (1962 [1990]) compreende a verificabilidade como ligada à realização do ato (o ato feliz) e às intenções relativas ao mesmo (o ato sincero), não aderindo à moda filosófica clássica de se pensar o sentido (simplesmente verdade ou falsidade), fornecendo outro direcionamento para as questões de verificabilidade. Desta feita, dentro de sua teoria dos atos de fala, pleiteia o conceito de condições de felicidade em oposição ao conceito da filosofia clássica de condições de verdade, relacionando, diretamente aos performativos, as condições de felicidade. Tem-se, portanto, performativos felizes e performativos infelizes, estes últimos, os que não preenchem as condições para que o ato se realize. Como se observa, pela especificidade do

próprio ato performativo e pela perspectivização da própria linguagem, não caberia, nesse raciocínio, uma condição de verdade em termos lógicos, visto que verdade ou falsidade podem ser motivadas ou por convenção social ou por uma intenção do falante, seja ela espúria ou sincera. Com isso defende que em certo sentido dizer é fazer, e para que efetivamente o ato seja realizado é necessário que haja condições para tanto. Assim, “Além do proferimento das palavras chamadas performativas, muitas outras coisas em geral têm que ocorrer de modo adequado para podermos dizer que realizamos, com êxito, a nossa ação” (AUSTIN, 1962 [1990], p. 30). Da mesma forma que um ato pode ser feliz, pode também ser infeliz, ou seja, não se realizar, ou, ainda, do ponto de vista da intenção, ser insincero.

A grande diferença entre a busca de condições de felicidade e de condições de verdade, do ponto de vista formal, é que, na primeira, a língua é o ponto de partida e o ponto de chegada, e não se consideram as intenções, as imposições sociais, as questões contextuais e de uso, valores aos quais se agregam à segunda. As pressuposições, esquematizadas em termos de realização do ato, trazem, como consequência, que, se o ato se anula, junto, anulam-se os pressupostos. Se a filosofia clássica tem, na verificabilidade, a sustentação ou não dos pressupostos; a filosofia austiniana os tem nas condições de felicidade e de realização do ato²¹.

Austin (1962 [1990]) propõe o seguinte exemplo:

(10) Todos os filhos de João são calvos

Na concepção de Austin (1962 [1990]), a proposição acima, na verdade um ato constativo, pressupõe que João tenha filhos, quer seja mantida, ou quer não seja mantida, a relação de calvície. Numa relação de condições de felicidade, se João não tiver filhos, e mesmo assim eu afirmar algo desses supostos filhos, instaura-se o mesmo tipo de relação que se dá quando digo batizo, sem ter a condição legal para fazê-lo, ou quando digo prometo, sabendo que a promessa não será cumprida, caso

²¹ Koch (1984) admite que “[...] esses atos só podem ser realizados quando preenchidas certas condições, cuja ausência dá origem a infelicidades (‘infelicities’) que os impedem de atingir seus objetivos” (KOCH, 1984, p. 52).

em que o ato proferido não é nem falso, nem verdadeiro, mas vazio, isto é, em filosofia analítica austiniana, infeliz.

Finalmente, Austin também pleiteia que até mesmo os constativos podem ser assimilados aos performativos. Ao fazer essa assimilação, defende que os atos não estão relacionados às condições de verdade, mas às condições de felicidade e o sentido e a significação irão se instaurar em face das condições que propiciam a felicidade desse ato para a sua realização. Assume que são necessárias ações pragmáticas ligadas aos atos em si para instaurar os sentidos. Divide, portanto, os atos em três categorias: locucionários, ilocucionários e perlocucionários.

Denomina locucionário “A esse ato de ‘dizer algo’ nesta acepção normal e completa [...]” (AUSTIN, 1962 [1990], 85). Na verdade é a atitude de realizar, por meio do proferimento, a própria ação de dizer algo. Constitui-se do nível de produção de sons, segundo as regras gramaticais, com certo significado. A ilocucionaridade, por sua vez, constitui-se da ação propriamente dita (ordem, pedido e etc.), segundo Koch (1984) o ato ilocucionário introduz uma obrigatoriedade e transforma de algum modo a situação entre os interlocutores, no entender de Ducrot (1977) cria uma espécie de jurisdição. Já o ato perlocucionário é a motivação, o porquê se o emprega e qual objetivo específico se quer atingir ao empregá-los. Por exemplo, ao se dizer: Feche a porta, realiza-se ao mesmo tempo uma *locução*, quando do *proferimento* da sentença, uma *ilocução*, como a *força convencional de ordem* e uma *perlocução*, a *motivação* para o proferimento, que vai desde um simples convencimento a alguém até uma ameaça.

Observa-se que a perspectiva lógica trabalha a pressuposição em termos de referência e de condição de verdade. No entanto, na vertente filosófica, há que se destacar a Escola de Oxford, pelo seu diferencial em se pautar no uso lingüístico, amplamente privilegiado, mais tardiamente, na pragmática lingüística.

É mister finalizar assinalando que a teoria dos Atos de fala, desenvolvida por Austin (1962), promove um grande avanço no que diz respeito aos fenômenos de sentido, dentre eles, a pressuposição, pode-se considerar que a referida teoria gera uma mudança nos rumos dos estudos em linguagem, sendo considerada, inclusive, como

uma virada, no sentido de mudança de rumo. Isso ocorre porque seus estudos englobam o conceito de pressuposição para além da asserção, fazendo com que a pressuposição obtenha não só um *status* lógico-semântico, mas também um *status* lógico-pragmático, tendo em vista o que já se postulava no direcionamento filosófico da questão: as condições de emprego. Desse modo, entende-se a significação não só em termos dos dados lingüísticos expressos, mas também em termos de intenções, desejos, sentimentos e pressões sociais, ou seja, baseada também nos dados contextuais. Pressupor é prover os sentidos, de modo lingüístico, tendo, por fulcro, uma lógica motivada pelo dado lingüístico, pelo dado contextual, e pelos dados intencionais, este último, concernente ao falante.

2.2 A ABORDAGEM DA LINGÜÍSTICA FORMAL

2.2.1 Pressuposição semântica e pressuposição pragmática – duas faces do mesmo fenômeno?

A inauguração dos estudos que na atualidade podem responder pelo título de Semântica teve a expressiva contribuição de Frege (1898 [1978]), com os seus estudos, em especial no que tange à pressuposição, seu nome está associado aos empreendimentos da Semântica Moderna, na perspectiva da Semântica Formal, e, até mesmo, da Pragmática (TAMBA-MECZ, 2005; ARMENGAUD, 2006; ILARI e GERALDI, 2004). Desse modo, desde suas origens, na filosofia, com o próprio Frege (1892 [1978]), a pressuposição esteve invariavelmente e abrangentemente relacionada aos denominados estudos do sentido. Entretanto, o fato mais interessante, inobstante os estudos filosóficos, é que a pressuposição dentro das fronteiras da Lingüística está, também, invariavelmente, relacionada a duas disciplinas, opostas entre si, que aferem o sentido, nesse caso, tanto à Semântica quanto à Pragmática.

Em que pese que nem a Semântica é um campo teórico unificado e nem tampouco a Pragmática (TAMBA-MECZ, 2005; ARMENGAUD, 2006), pergunta-se, diante das quase irreconciliáveis diferenças entre Semântica e Pragmática: qual seria então a crucial separação entre esses dois campos do conhecimento, tendo em vista que a

busca do sentido os une definitivamente? A mais expressiva diferença, no que tange aos estudos semânticos, está no que evoca Tamba-Mecz (2005): “[...] vários fatores, um dos quais – especialmente influente – sempre ameaça a semântica: *a abertura do sentido ao exterior*, o que dificulta a sua abordagem desde um ponto de vista lingüístico estrito.” (TAMBA-MECZ, 2005, p. 16). E talvez, ainda, o mais expressivo contraste, para os estudos pragmáticos, esteja no que evoca Levinson (1983), “[...] que a semântica está interessada na especificação de significados estáveis invariáveis [...]” (LEVINSON, 1983, p. 260). Já para Ilari (2000), o contraste transparece porque “[...] semântica e pragmática como disciplinas [...] tratam, respectivamente, de aspectos da interpretação que são em princípio calculáveis, e de aspectos não-redutíveis a um cálculo” (ILARI, 2000, p. 152). Dessa observação, pode-se aferir a principal especificidade da Semântica e, por extensão, o que a difere essencialmente da Pragmática e sua especificidade, já que contrariamente à Semântica, a Pragmática realiza essa abertura do sentido ao exterior, pois a Pragmática pauta-se no uso e na interação.

O que se observa no tratamento da lingüística formalista, especialmente em relação à pressuposição, é que se pende entre postulados semânticos; postulados pragmáticos; ou então se alia ambos os postulados, defendendo-se uma abordagem semântico-pragmática, na esperança de preencher as lacunas que um e outro tratamento deixam.

Se a Lógica foi fundante para os estudos da pressuposição, as teorias lingüísticas computaram ainda outros fenômenos inferenciais que participam da constituição do sentido, dentre eles, os já citados acarretamento e implicatura (nota explicativa 3 desta dissertação), os quais interagem com a descrição lingüística da pressuposição. O primeiro, o acarretamento, por ser considerado, pela semântica, como a relação entre sentenças, característica corrente da pressuposição; e a segunda, a implicatura, por ser considerada, pela pragmática, como um conteúdo, de algum modo não expresso pelo conteúdo lingüístico, uma característica que pode também ser agregada aos elementos pressuposicionais. Vale ressaltar que a calculabilidade é uma das fortes influências da Lógica sobre a Semântica, outra importante influência são as questões de verificabilidade, que fizeram escola entre os filósofos. Ilari (2000) assevera que está no programa da Semântica o estudo das

condições de verdade, significa dizer que a referida disciplina estudará determinados aspectos lingüísticos desde uma visão logicizante. Com essa afirmação Ilari (2000) reforça o que tem sido propalado até então para a Semântica e o que a tem diferenciado da Pragmática, a saber, a calculabilidade e a não abertura ao contexto. Até esse ponto, não há novidade, pois a esmagadora maioria dos autores corrobora essa visão, entretanto, Ilari (2000) defende que os dêiticos, os atos de fala e a pressuposição, sejam considerados fenômenos eminentemente semânticos, ou melhor, que sejam tratados eminentemente pela Semântica, confinando o tratamento Pragmático somente às implicaturas.

Contra-pondo-se fortemente a um tratamento semântico da pressuposição, encontra-se Levinson (1983), que aponta duas propriedades problemáticas do fenômeno que a semântica não consegue resolver satisfatoriamente: a anulabilidade e o problema da projeção²². Mesmo as soluções mais refinadas, propostas para resolver os impasses que surgem ao longo da descrição estritamente semântica, não dão conta de certas pressões sofridas pelo aparato lingüístico, por isso, para ele “[...] as teorias semânticas não são viáveis pela simples razão de que a semântica está interessada na especificação de significados estáveis que podem ser associados a expressões” (LEVINSON, 1983, p. 260).

Nota-se, por fim, um radicalismo, ora de semanticistas, ora de pragmaticistas, ambos defendendo o tratamento de uma corrente lingüística em detrimento do tratamento teórico da outra. Nesse momento, seria de bom tom evocar Saussure (1916 [1995]) e lembrar que é o ponto de vista que cria o objeto, observando que cada teoria abraçada já criou seu objeto, diga-se, pautada em seu ponto de vista.

2.2.1.1 O tratamento semântico da pressuposição

Conforme exposto, uma das características básicas, herdadas do tratamento lógico da pressuposição, que é aqui agregada ao seu tratamento semântico, é a verificabilidade. Ela é tomada sob dois pontos de vista nesses estudos: (a) a relação

²² Anulabilidade: a propriedade que a pressuposição tem de evaporar em determinados contextos; problema da projeção: a propriedade que a pressuposição de uma frase encaixada possui de ser **herdada** por toda a oração complexa (LEVINSON, 1983; SOUZA, 2000).

entre as sentenças deve ser pautada no que pode ser verificável e (b) tendo em vista esse enfoque vericondicional, a pressuposição é considerada como condição de emprego. Assim, nesse enfoque verificacionista “[...] a informação pressuposta é uma **condição de emprego** da oração que a pressupõe.” (ILARI e GERALDI, 2004, p. 63). Assim, o tratamento da pressuposição envolve aspectos semânticos que tornam a sentença passível de ser empregada.

Para Ilari (2000) os estudos semânticos estão embasados no que se pode calcular, lembre-se aqui, Tamba-Mecz (2005), quando se reporta ao estritamente lingüístico. Assim,

Embora reconhecendo que a Semântica Argumentativa tornou visível uma série de recursos de que a linguagem lança mão para fins de argumentação ou de orientação do interlocutor, tenho certeza de que a análise das pressuposições não exige um enfoque pragmático no sentido que eu gostaria de dar a esse termo. Estou procurando reservar à pragmática o estudo das interpretações que são intuitivamente válidas, mas não são convencionais nem passíveis de ser calculadas. Ora, uma autêntica pressuposição é sempre previsível e convencional. Ela é sempre disparada pela presença na sentença de uma ou outra construção gramatical ou palavra e prende-se sistematicamente ao sentido dessas unidades (ILARI, 2000, p. 138).

Desse modo, para Ilari (2000), a diferença entre o tratamento semântico e o tratamento pragmático de alguns fenômenos, dentre eles a pressuposição, circunscrevem-se à calculabilidade. O cálculo é, na verdade, a preciosidade do tratamento semântico, isso conduz à pretensão de previsibilidade. A previsibilidade proporciona, dentre outras coisas, a possibilidade de poder destacar o conteúdo inferencial pertinente a uma determinada sentença, e, para que isso seja possível, é necessária a criação de mecanismos, de procedimentos de cálculo, para que se consiga prever o comportamento de um determinado fenômeno, dentre esses mecanismos é preciso destacar os testes e o cálculo de predicados, engendrados na Lógica.

Nesse sentido, a Semântica Formal, herdou da Lógica toda a parafernália de cálculo, quer sejam, os testes verificacionistas, quer seja, o cálculo de predicados, e com isso a pressuposição torna-se lingüisticamente previsível, em seu aspecto mais selvagem, no sentido de Ilari (2000) e Ilari e Geraldi (2004), plenamente calculável.

Entretanto, alguns aspectos podem fugir à pretensão de previsibilidade, devido a umas poucas características voláteis do acontecimento pressuposicional.

2.2.1.2 O tratamento pragmático da pressuposição

Com as falhas não solucionadas pelo tratamento semântico da pressuposição, em especial a anulabilidade e o problema da projeção, observou-se que era preciso não apenas cálculo, e sim mais do que cálculo, para resolver determinados aspectos problemáticos da pressuposição. Levinson (1983) assevera que em lugar das teorias semânticas foram propostas alguns postulados dentro da teoria pragmática da pressuposição. A primeira delas, de caráter programático, pautou-se em dois conceitos básicos: a adequação e o conhecimento partilhado. Definia que “Uma enunciação A pressupõe pragmaticamente uma proposição B se e somente se A for adequada apenas no caso de B ser mutuamente conhecida pelos participantes” (LEVINSON, 1983, p. 260). O conhecimento partilhado, gerado pelo desenvolvimento dessa teoria, foi uma grande descoberta para os estudos da pressuposição, em particular, e para o estudo do sentido, em geral, visto ser um conceito que pode operar tanto em nível pragmático quanto em nível semântico. Entretanto, para Levinson (1983) essa primeira definição carece de refinamento. As definições, na verdade, podem absolutizar os conceitos e fazer escapar determinadas propriedades dos fenômenos, e o objetivo maior de uma teoria, o que vale tanto para a semântica quanto para a pragmática, continua sendo a previsibilidade, mas nem todos os caminhos levam à previsibilidade e o grande desafio ainda continua sendo a previsão do comportamento da pressuposição.

Duas outras teorias analisadas por Levinson (1983), desenvolvidas respectivamente por Kattunen e Peters (1975, 1979) e Gazdar (1979), supunham que as pressuposições são parte do significado convencional das expressões, mas não necessariamente e/ou apenas inferências semânticas. Essas teorias lidam com os dois problemas anteriormente citados, a anulabilidade e a projeção, problemas encarados como não solucionados pela semântica, na perspectiva da pragmática²³.

²³ Há que se assinalar que a Pragmática também não consegue solucionar de modo pleno esses problemas, mas tem uma crítica bastante sóbria e pertinente aos problemas citados, ao verificar que, diante dos contra-exemplos, determinados aparatos semânticos não se sustentam, como os tampões,

A intuição das teorias pragmáticas de que a pressuposição não é somente uma inferência que vem do dado lingüístico é bastante procedente, entretanto, o maior problema com a descrição lingüística da pressuposição ainda está por ser solucionado, pois mesmo as teorias pragmáticas têm a pretensão de previsibilidade, mas não conseguem alcançar previsão plena e resolver os aspectos que uma e outra teoria (semântica e pragmática) excluem na defesa de seus postulados.

2.2.1.3 O tratamento semântico-pragmático

Na busca por um aparato teórico que resolva as incongruências entre o tratamento semântico e o tratamento pragmático, teóricos e estudiosos há que situam a pressuposição como um híbrido que pode ter características tanto semânticas quanto pragmáticas. Cançado (2005), embora se utilize dos postulados semânticos para o estudo da pressuposição, seguindo uma linha que considera mais tradicional e referencialista, defende que o fenômeno também tem características pragmáticas. Dessa perspectiva, interessantemente, soluciona os impasses analíticos da pressuposição com dois aparatos: os postulados verificacionistas, provenientes da teoria semântica, e o conhecimento partilhado, proveniente da teoria pragmática. Inicialmente, pode ser uma solução, no entanto, ainda persiste uma visão separatista das duas teorias, com suas especificidades. Como se pode observar, a visão separatista entre essas duas correntes continua a visão prevalecente entre os estudiosos.

Embora esse ponto de vista seja o mais corrente, Ilari (2000) revela que Ducrot (1977)

“[...] embora caracterize o pressuposto como uma propriedade semântica de certas palavras ou construções, e trate portanto dos pressupostos no nível que Morris caracterizaria como ‘semântico’, também entende que o pressuposto representa um certo tipo de ação verbal do locutor, e por isso invade a pragmática” (ILARI, 2000, p. 156, nota explicativa 3).

Ducrot (1977) busca fazer interagir semântica e pragmática, Diferentemente de outros teóricos, vai além, ao sustentar que deve haver uma integração entre

semântica e pragmática, não só do ponto de vista teórico, mas também do ponto de vista descritivo, pois “Certamente, o sentido se constrói por empréstimo do contexto, mas essa construção ‘pragmática’ do sentido é dirigida pelo valor propriamente lingüístico [leia-se semântico – comentário meu] das palavras que se devem interpretar” (DUCROT, 2005, p. 11).

Desse modo e desde um ponto de vista da lingüística formalista, Ducrot (1977, 1981 e 1987), dá uma grande contribuição para os estudos pressuposicionais, aliando as grandes contribuições das descobertas filosóficas, as contribuições de calculabilidade da Semântica, herdadas da Lógica, e os postulados da Pragmática, especialmente no que diz respeito aos atos de fala. As intuições ducrotianas conduzem à dedução de que o fenômeno pressuposicional não pode ser reduzido a uma e outra teoria separadamente, sob pena de se perder aspectos, na perspectiva formalista, o que uma e outra, sozinhas, não conseguem resolver.

2.2.2 A contribuição de Oswald Ducrot

Tanto a vertente lógica, quanto a vertente lingüística dos estudos de linguagem, ainda que de modos diferenciados, caucionam a imanência lingüística. No entanto, distanciam-se no momento em que a primeira enfoca questões relacionadas às noções de verdadeiro/falso e de referência, ao passo que a segunda privilegia a estrutura lingüística, a imanência em seu sentido restrito, mas também em seu sentido mais abrangente, ou contextual. É obrigatório lembrar que em cada uma dessas duas vertentes abrigam-se as divergências próprias oriundas de seus autores e de seus raciocínios. Dentro da perspectiva lingüística, no entanto, a contribuição de Ducrot (1977, 1981, 1987) para o estudo da pressuposição foi extraordinária e *sui generis*. É preciso concordar com Tamba-Mecz (2005) que a fortuna teórica de Ducrot pode se circunscrever numa perspectiva lógico-pragmática e enunciativa, mesmo em vista de sua base eminentemente estruturalista. Seu método de trabalho envolve tanto o aspecto semântico quanto o aspecto pragmático, projeção dessa concepção de língua/linguagem que subjaz o seu pensamento, e advém ainda da sua desconfiança de que o fenômeno lingüístico por si só representa apenas uma parcela do sentido.

Para Ducrot (1977) a Semântica Formal tem uma concepção de linguagem que peca pelo realismo, quando aponta para o que se encontra externo à própria linguagem, em especial no que tange à verdade e à falsidade. Segundo Oliveira (2004), na opinião de Ducrot a linguagem é

[...] um jogo de argumentação enredado em si mesmo; não falamos sobre o mundo, falamos para construir um mundo e a partir dele tentar convencer nosso interlocutor da nossa verdade, verdade criada pelas e nas nossas interlocuções. A verdade deixa, pois, de ser um atributo do mundo e passa a ser relativa à comunidade que se forma na argumentação (OLIVEIRA, p. 28, 2004).

Essa concepção de linguagem privilegia três espaços distintos: (a) a discursividade; (b) o contexto (formado pelo uso lingüístico); (c) a argumentatividade (formada pelo componente lingüístico). Nesse sentido, faz-se necessário dizer que, defender uma abordagem estritamente pragmática para Ducrot é excesso, e dizer que ele é particularmente semântico é reducionismo.

2.2.2.1 Ducrot e as fontes filosóficas

Uma das noções semânticas que Ducrot (1977, 1981, 1987) procura desenvolver com mais ênfase em sua teoria é a noção de pressuposição, e em seus estudos iniciais, Ducrot (1977, 1981) busca resolver problemas de descrição lingüística, intentando uma conciliação entre conhecimentos advindos da lógica, como a noção de referência, de descrição definida e o cálculo de predicados²⁴; e, ainda, inspirado no conhecimento filosófico que influenciou de perto a pragmática: a noção austiniana de ato ilocucional. Para Ducrot (1977) os sentidos estão primordialmente circunscritos à língua, não obstante, busca, antes de tudo, uma lingüística da língua, ou uma lingüística da forma, no entanto apontando para o contexto, enquanto construção lingüística. Essa foi e é, confessadamente, a perspectiva ducrotiana: que o ponto de partida e de chegada seja a língua e que a pressuposição possa ser depreendida, como um elemento formal e estrutural, tanto quanto os fonemas, os morfemas e os sintagmas. Para tanto, vai sustentar uma abordagem estruturalista e lógico-semântico-pragmática do fenômeno da pressuposição. Em suas palavras

²⁴ Expediente tomado à lógica que propiciará desenvolver uma metalinguagem específica; essa metalinguagem conduzirá a previsão dos sentidos, com vistas à descrição lingüística.

Ser estruturalista, no estudo de um domínio qualquer, é definir os objetos deste domínio uns em relação aos outros, ignorando, voluntariamente, aquilo que, na sua natureza individual, se define apenas em relação aos objetos de outro domínio (DUCROT, 1981, p. 67).

Ducrot (1977) passa em revista os postulados lógico-filosóficos dos principais filósofos da linguagem que trabalharam com o conceito de pressuposição, iniciando por Frege (1892 [1978]). Na concepção de Ducrot (1977) Frege (1892 [1978]) estabelece uma análise referencial, considerando que a língua tem a função de designar/apontar objetos que se encontram na realidade, fornecendo-lhe uma descrição e defendendo a idéia de que o que vem pressuposto não se encontra contido na frase, nesse sentido, pressuposto se opõe a contido. Assim, a pressuposição em Frege (1892 [1978]) tem o propósito de expulsar do sentido determinados elementos logicamente perturbadores. Então, para Frege (1892 [1978]), os pressupostos de um enunciado consistiriam na condição para o emprego lógico do mesmo, isto é, para o matemático, um exemplo que contemple como figura principal um saci, embora veiculado na língua, não se submeterá às condições de verdade, isto é, não será nem verdadeiro nem falso. Diferentemente, Russell (1905 [1989]), opondo-se a Frege (1892 [1978]) no que diz respeito à significação e pleiteando que o pressuposto de existência apenas afetará a referência e não a significação ou seu valor lógico, dirá que a frase contendo saci, será, indubitavelmente, falsa.

Ducrot (1977) afirma que esse direcionamento dado por Russell (1905 [1989]) será criticado por Strawson (1950 [1975]), que encampa as idéias de Frege (1892) quanto às questões de verdade e falsidade, no que tange ao referente, acrescentando, no entanto, que o uso, ou seja, o proferimento e seu contexto serão essenciais e determinantes para a elaboração do sentido. Ducrot (1977) concorda com Strawson (1950 [1989]) e faz objeção a Russell (1905 [1989]), visto que este confunde asserir com pressupor. Entretanto, o estudo referencialista das descrições definidas desenvolvido por Russell (1905 [1898]) é considerado por Ducrot (1977)

[...] o que houve de melhor e de pior: o que houve de melhor, pois foi ele que levou Frege e os filósofos analíticos ingleses [como o próprio Russell - comentário meu] a isolar o conceito; o que houve de pior, pois levou a defini-lo de modo que parece constestável (DUCROT, 1977, p. 233).

O que Ducrot (1977) também contesta em Russell (1905 [1989]) junto com Strawson (1950 [1975]) são as questões relativas à vericondicionalidade e referência, concordando com o modo fregeano de abordar a questão, visto que a mudança de sinal pode provocar a fluidez dos sentidos, tendo em vista a referência.

Entretanto, o que está em jogo nesse momento é um modo particular, ducrotiano, de ver como os pressupostos se desenvolvem, tendo em vista as descrições definidas. Para tanto, a função referencial ou designativa virá separada das indicações existenciais, já que as descrições definidas têm pressupostos de indicações existenciais e têm, ainda, a capacidade para o emprego referencial, dissociadamente. Nesse particular, o que motivará Ducrot (1977) será o pressuposto de existência. Assim: “[...] quando se fala da besteira de fumar, como quando se fala do rei da França, pressupõe-se que exista uma besteira de fumar – ou um rei da França” (DUCROT, 1977, p. 237). E do mesmo modo que as descrições definidas marcam os pressupostos existenciais, o emprego substantivo, engendra senão um pressuposto de unicidade, ao menos um pressuposto de existência. Quando se expressa, por exemplo, por da sentença: o cachorro é um animal mamífero, há a pressuposição de existência do cachorro, genericamente, como ser; mas se se expressa: o cachorro bravo atacou o menino, além do pressuposto existencial, de que deve de fato haver um cachorro, encontra-se também a particularização do referido animal, pelos determinantes o e bravo, que seguem o sintagma cachorro, fazendo com que o referido sintagma não se encontre mais genericamente afirmado, mas particularmente descrito.

Uma ressalva, no entanto, é imposta a Frege (1892 [1978]) por Ducrot (1977), no que concerne à negação em relação à pressuposição, Ducrot (1977) explicita que a negação, embora “[...] uma das manifestações mais espetaculares da pressuposição [...]” (DUCROT, 1977, p. 68). é um teste que pode limitar a noção de pressuposição, do modo como foi proposto. Ducrot (1977) divide a negação em negação polêmica ou metalingüística e em negação descritiva²⁵, critica, na verdade, com base tanto nos testes de negação quanto no de interrogação, o valor da informatividade como propriedade definidora dos pressupostos. Desse modo, e por ora, assume os

²⁵ Essas noções serão retomadas e explicadas mais adiante, no tópico 2.2.2.3.

pressupostos também como condição de emprego das sentenças ao modo de Strawson (1950), quando afirma que os pressupostos são condições que devem ser satisfeitas para o enunciado atingir o que se propõe. Em outras palavras, os pressupostos preservam o emprego dito normal de uma proposição.

Retoma ainda Austin (1962 [1990]), e aceita que deve haver condições impostas para a adequação do uso das sentenças, a qual denomina condições de felicidade, já referidas aqui. As condições de felicidade são formadas por exigências subjetivas, sustentadas por crenças e intencionalidades do interlocutor; e por exigências objetivas, tais como, condições sociais impostas e irrevogáveis para a realização do ato. Ducrot (1977) impõe ressalva às condições subjetivas e encampa as condições objetivas, condições essas que, para o teórico em questão, encontram seu correlato na pressuposição²⁶. Entenderá, tendo em vista as condições de emprego, a pressuposição como um ato de fala particular, com o mesmo estatuto de perguntar, ordenar, afirmar, aconselhar: “É esta concepção que vai ser discutida: nosso objetivo, ao contrário, é fazer aparecer a pressuposição como um ato de fala particular, e os pressupostos como os conteúdos semânticos visados por esse ato” (DUCROT, 1977, p. 58).

Na revisão aos teóricos que trataram da pressuposição, Ducrot (1977) destaca os limites e os avanços dentro do um ponto de vista das condições de emprego lógico. Embora ressalte a importância dessa mesma lógica, para o raciocínio, em relação ao que se encontra presente na superfície lingüística, mantém-se no terreno do que se encontra no formal, na estrutura lingüística, na imanência, e não despreza de todo as considerações da filosofia da linguagem de inspiração pragmática, tomando a Austin (1962 [1990]) a noção de ato ilocucional, para demarcar a pressuposição enquanto ato de fala particular.

Ao longo dos anos, vai desenvolver de modo sistemático concepções específicas e

²⁶ Koch (1984) explicita que “[...] esses atos só podem ser realizados quando preenchidas certas condições [...]. Essas exigências são de dois tipos: **subjetivas** – **as condições de sinceridade**, retomadas posteriormente por Grice (1975) e Searle (1969), constituídas por um conjunto de sentimentos, desejos, intenções, necessárias para que o ato possa ser considerado sério; e **objetivas**, indispensáveis para que o ato possa realizar-se, visto que ele só pode ocorrer em tipos particulares de situações fora das quais se torna nulo” (KOCH, 1984, p. 52). Nesses termos, para Ducrot, o que importará são as condições objetivas, pois ele pensa que as noções de contexto e intenção de falante se sustentam quase que exclusivamente pelos dados lingüísticos.

semanticamente fundamentais, tais como, implícito, pressuposto e subentendido, e, dentro disso, o que entende por significação e por sentido. A essas concepções pode-se denominar procedimentos de implicitação.

2.2.2.2 Os procedimentos de implicitação - pressuposição e subentendido

Servimo-nos da língua para dizer o que temos desejo de dizer, ou o que precisamos dizer, de modo que consigamos nos eximir de certos conteúdos. Esse tipo de comportamento chama-se procedimento de implicitação ou simplesmente implícitos. Nas palavras de Ducrot (1977) implicitar é atender “[...] a necessidade de se dizerem certas coisas e de se poder fazer como se não as tivesse dito; de dizê-lo, mas de tal forma que se possa recusar a responsabilidade de tê-las dito” (DUCROT, 1977, p. 13). Com isso, assinala que o implícito é instaurado por duas razões basicamente: os tabus lingüísticos (na verdade instaurados pelo caráter social da língua) e a polêmica. O referido procedimento está lingüisticamente marcado, mas pode ser considerado, de algum modo, atitudinal.

Estabelece então duas dicotomias: – enunciado e enunciação²⁷ –, as quais define tendo em vista os procedimentos de implicitação: pressuposição e subentendido. A pressuposição é um tipo de implícito que surge a partir dos dados lingüísticos; o subentendido é outro tipo de implícito que nasce das condições de produção do enunciado, na dependência do contexto. Na esteira dessas duas últimas oposições é que se engendrariam outras duas: componente lingüístico (os dados lingüísticos) e componente retórico (os dados lingüísticos acrescidos dos dados contextuais), bem como sentido, dado semântico que pertence ao nível do subentendido, e significação, dado semântico que se extrai do pressuposto. Desse modo, proclama que a pressuposição emoldura o evento discursivo, conduzida pelo dado lingüístico.

Ducrot (1977, 1981) desvinculará os pressupostos das condições de verdade e defenderá o pressuposto e o subentendido como duas formas de implícito; em contrapartida, tomar-se os pressupostos como verdade tem relação direta com a

²⁷ Ducrot (1977) não define propriamente enunciado e enunciação em seus primeiros empreendimentos escritos, mas dá pistas de que o enunciado compreende as marcações lingüísticas e a enunciação a produção do enunciado, ou, a produção das referidas marcações, o que equivaleria em sentido estritamente pragmático ao proferimento (DUCROT, 1977, p. 15-17).

manutenção do quadro discursivo. Existem, na verdade, dois expedientes para a implicitação: o implícito do enunciado e o implícito fundado na enunciação. O implícito do enunciado assinala lingüisticamente os fatos que se deseja expor de maneira não explícita (pressupor) e o implícito fundado na enunciação ocorre quando se faz intervir o próprio fato da enunciação junto ao conteúdo lingüístico (subentender).

Inicialmente, procura desenvolver e justificar teoricamente essas duas formas de implicitação, para abrir os sulcos teóricos que delas se delinearão. Desse modo, os pressupostos são, inicialmente, tratados de duas maneiras: (a) condição de emprego; (b) elementos de conteúdo. A primeira maneira tem os pressupostos por admitidos, postulação que deixa à mostra um paradigma eminentemente pragmático, tendo em vista que eles se sustentam em termos da enunciação; a segunda maneira integraria certas formas de implícito na parte mais central da língua, nesse caso, um paradigma eminentemente semântico, pois o implícito se localiza entre os constituintes imediatos da significação, e se sustentam em termos do enunciado.

Para as condições de emprego, reafirma a sua tese anterior, de que a pressuposição instaura um quadro, emoldura as possibilidades discursivas e de continuidade de diálogo, conclui que, mesmo sem conhecimento presumido, por exemplo, a pressuposição fornece a disposição dos sentidos que o interlocutor deve inferir, com vistas a instaurar um determinado quadro. Significa dizer que de um modo bastante particular, os pressupostos serão considerados, em todo caso, verdades irrefutáveis nas quais se pautará o discurso. Um exemplo explorado por Ducrot (1977), e canonizado pela literatura especializada, ratifica isso:

(11) Pedro continua batendo em sua mulher.

Nota-se aqui que não é necessário ao interlocutor saber que Pedro batia na mulher, se o interlocutor em questão não sabia, o pressuposto instaura esse conhecimento, impingindo um quadro que guiará o evento discursivo pelo fio inferencial da pressuposição, após o início do diálogo:

- a. Posto: Pedro atualmente bate na mulher.
- b. Pressuposto: Pedro tem por habitual surrar sua mulher, ele já a surrava.

- c. Ato ilocucional: informar um determinado comportamento de Pedro em relação à esposa, pelo que está pressuposto.
- d. Instaura-se um quadro de diálogo sustentado pelo hábito de Pedro bater em sua mulher.

Será sob esse quadro que se dará a continuidade discursiva, caso o pressuposto: seja aceito pelo interlocutor, seja um conhecimento partilhado pelos locutores, e o locutor tenha aceitado essa informação como verdade, mesmo sendo ela uma informação nova. Assim, as pressuposições exercem uma espécie de pressão para que os sentidos se instaurem e o diálogo se estabeleça.

Ducrot (1977) chega à conclusão de que a pressuposição está no *jogo de fala*, em todas as suas possibilidades (língua e fala, texto e contexto), isso não significa abandonar o seu modo estruturalista de ser, mas integrar a pragmática à semântica. Ele reitera a capacidade que a língua tem de instauração de diálogo e de a pressuposição participar dos dados lingüísticos. Além de instaurar o quadro discursivo, o ato ilocucional de pressupor muda a situação jurídica dos participantes do diálogo, significa dizer que implicar é, de modo muito particular, também, agir. Sua proposta maior consiste em procurar depreender e descrever o fenômeno pressuposicional, e são grandes as dificuldades em descrevê-lo como ato, pois seria um trabalho hercúleo levantar todas as possibilidades, uma por uma. Idealiza, então, uma forma de realizar a descrição, partindo exclusivamente do dado lingüístico.

2.2.2.3 A descrição lingüística - Componente Lingüístico x Componente Retórico

Ducrot (1977), seguindo uma tradição teórica vigente²⁸ que permeia a descrição de fenômenos lingüísticos, defende que uma efetiva descrição semântica deve ter previsibilidade, ou seja, deve ser “[...] como um conjunto de conhecimentos que permitem prever o sentido que recebe efetivamente cada enunciado da língua em cada uma das situações em que é empregado [...]” (DUCROT, 1977, p. 116). Nessa primeira possibilidade, tem-se um enunciado A em um contexto X, e a descrição semântica se constitui pelo sentido de A em X. Para colocar esse aparato em

²⁸ Conforme visto, a previsibilidade é algo não prescindido por nenhum teórico, pois é ela quem atesta a eficácia de uma teoria diante dos fenômenos.

funcionamento, Ducrot (1977) faz duas exigências: esse expediente deveria realizar (i) previsões de emprego; e (ii) previsões de sentidos. Com base nesse raciocínio, levantou alguns problemas que impediriam a adoção desse expediente de análise: o contexto se artificializaria; a significação, tendo o contexto por artificializado, camuflaria a ocorrência de dados que poderiam se realizar em contextos naturais. Para a pressuposição, em especial, defende que a descrição fora do contexto *natural* se constitui em equívoco, no que tange à apreensão dos sentidos. Com uma conseqüência: essa máquina de descrever exigiria uma tradução numa metalinguagem universal.

Ducrot (1977) entende que conseguir traduzir para uma metalinguagem universal os fatos de língua é, antes de tudo, pretensioso. Como forma de evitar incorrer nessa pretensa universalidade propõe que a descrição seja desenvolvida com base nas relações intuitivas de uma língua, em termos de ocorrências entre enunciados, propondo outro esquema de análise. Essa solução, uma versão da solução anteriormente proposta, de caráter saussuriano, apesar de não ser uma volta à primeira solução é, segundo Ducrot (1977), bem menos ambiciosa, pois a máquina de descrição estaria centrada nas relações intuitivas de uma língua e em produzir uma metalinguagem, não necessariamente universal.

No entanto, paira a pergunta: Qual o papel do contexto no momento de enunciação? Ducrot (1977) propõe introduzir mais dois elementos na descrição:

Um primeiro componente [...] (nós o chamaremos de **componente lingüístico**) atribuiria a cada enunciado, *independentemente de qualquer contexto*, uma certa descrição, que chamaremos *significação*; [...] E um segundo (**o componente retórico**) teria por tarefa, dada a significação A' atribuída a A, e as circunstâncias X nas quais A é pronunciado, prever o sentido efetivo de A na situação X (DUCROT, 1977, p. 121).

Como se pode notar, para Ducrot (1977), o sentido efetivo em determinada circunstância se dá tanto pelo componente lingüístico quanto pelo componente retórico, e, de posse do dado lingüístico, estaríamos aptos a identificar em que contextos tal ou qual proposição poderia ser proferida, e mais, dessa forma pode-se prever os sentidos. Pleiteia então que essa hipótese deve estar esquematicamente assentada conforme estruturado na Figura 1:

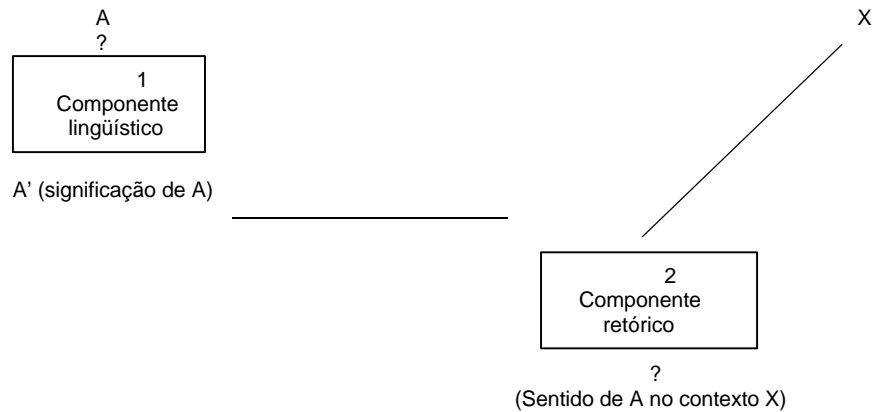


FIGURA 1 - Componente lingüístico x Componente retórico
Fonte: Ducrot, 1977

De posse dos dados lingüísticos, seriam feitas duas entradas, simultâneas e concatenadas: o componente lingüístico cuidaria de apreender os dados semântico-lingüísticos e estabelecer um sentido, diga-se, literal; já o componente retórico seria responsável por desdobrar os sentidos tendo em vista o contexto criado; seria a parte da semântica que se encontra integrada aos dados pragmáticos.

Com essas hipóteses, Ducrot (1977) pretende defender que uma descrição semântica tem um escopo que ultrapassa os limites da superfície lingüística, isso ocorre pelo dado lingüístico estritamente e uma descrição semântica deve se concentrar inicialmente nesses dados. Nesse sentido, o pressuposto é o que se extrai estritamente da língua, com isso adere o pressuposto ao sentido, ao postular o componente lingüístico; o subentendido, por sua vez, adere à significação, que é o que se pode extrair da língua, tendo em vista o contexto, ao postular o componente retórico. Assim o esquema anterior poderia ser colocado nos seguintes termos, representado na Figura 2 abaixo:

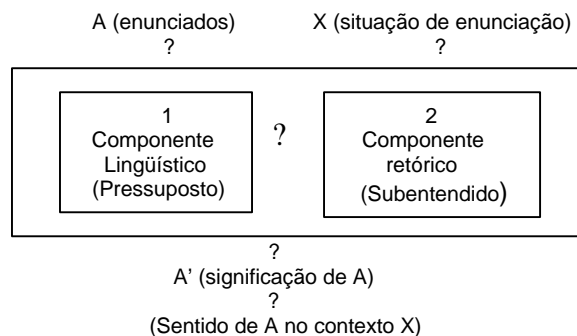


FIGURA 2 - A descrição semântica - implícito → pressupostos vs subentendidos
Fonte: Adaptado de Ducrot, 1977.

No que concerne ao componente lingüístico, tomam-se em princípio os enunciados como ponto de partida, destituídos do contexto e se concede aos enunciados uma significação, aliando-os à pressuposição, ou seja, os pressupostos são depreendidos da língua. Ao componente retórico, regido pelo contexto e apontado pelos dados lingüísticos, o que termina por criar certa instabilidade, relaciona o subentendido, em outras palavras, o subentendido é depreendido do lingüístico pelo contexto enunciativo. É interessante dizer que esse será um primeiro raciocínio, e que as noções de pressuposto e subentendido ainda estão deveras iniciais no pensamento ducrotiano. Esses conceitos o acompanharão definitivamente, mas estarão diferentemente matizados mais adiante em sua teoria.

É mérito de Ducrot (1977) dar um viés lógico ao seu trabalho sem cair num logicismo clássico e ainda conseguir desenvolver hipóteses circunscritas a consistentes reflexões no campo da lingüística estrutural. Uma das implicações teóricas mais importantes, relativas também aos estudos pressuposicionais, bem como ao uso da lógica na descrição lingüística, é a negação. Ducrot (1981) apresenta dois diferentes pontos de vista circunscritos à lógica: o ponto de vista lógico-filosófico, quando confronta a lógica fregeana clássica e a filosofia da Escola de Oxford, e o ponto de vista lingüístico, quando aborda as posições de lingüistas, para enfim apresentar a sua visão particular do tema, a saber, lingüisticamente demarcada no escopo de manutenção da pressuposição. Duas frentes se digladiam entre os filósofos: a fregeana, que recusa que a negação seja uma forma de julgamento, pleiteando a manutenção dos pressupostos em face da mesma; e a dos filósofos oxfordianos, que pleiteiam a negação como uma atitude psicológica, que nada mais é que uma oposição a uma afirmação, tornando-se, a negação, um ato de fala particular (neste caso, encarada pragmaticamente, enquanto ato). Não obstante, Ducrot (1981) afirma que, para certos lingüistas, como Klima e Jackendoff, por exemplo, existem dois tipos de negação, a negação de frase e a negação de constituinte. Desse modo:

Dir-se-á que x é uma negação de frase se A significa que A' é falso. Tomemos, por exemplo, como A: João não veio. Se x é a expressão negativa não-A, A' será 'João veio'. Pode-se admitir, então, que se trata de uma negação de frase [...] Em contraposição, é claro que a partícula des- em 'Há um lugar desocupado no compartimento' não é uma negação de frase [...] (DUCROT, 1981, p. 95-96).

No que tange ao ponto de vista de Ducrot (1981), existe um ato de fala como

negação ou refutação de um enunciado positivo correspondente, que seria a negação metalingüística; e a negação descritiva, que seria uma afirmação de um conteúdo negativo, que constituiria, respectivamente, negar uma informação com conteúdo positivo e dar uma informação com conteúdo negativo. Isso tem conseqüências para a pressuposição:

Tornou-se comum, em lingüística, distinguir dois componentes no conteúdo semântico de um enunciado, o que é pressuposto e o que é posto. [...] Essa distinção do posto e do pressuposto, que desempenha um papel essencial em grande número de fenômenos lingüísticos, é particularmente importante para o estudo da negação. Pois a maior parte das negações – em todo o caso, das negações descritivas – têm essa característica de manter o pressuposto da frase positiva, e de referir-se somente ao posto. [...] (DUCROT, 1981, p. 102).

Embora se tenha colocado que a negação, por regra, mantém os pressupostos, teste inicialmente proposto por Frege (1892 [1978]), Ducrot (1981), e ainda os supracitados lingüistas, Klima e Jackendoff, observam nuances na negativa, que irão influenciar na descrição lingüística dos pressupostos, não só gramaticalmente, como um tipo de asserção, mas também lingüisticamente, como ato, daí acarretando que nem sempre a negação manterá os pressupostos. Em caso de negação polêmica, por exemplo, podem-se recusar os postos, e se podem também recusar pressupostos, ao contrário da negação descritiva que mantém os pressupostos, visto que incide somente no posto. Como no exemplo que se segue, inspirado, com fins pedagógicos, em Ducrot (1981):

(12) *Pedro não suspeita que Jorge virá.*

(12') *Pedro suspeita que Jorge virá.*

- a. Posto: Pedro não tem suspeita da vinda de Jorge.
- b. Pressuposto: Jorge efetivamente virá.
- c. Negação Descritiva: a frase afirmativa correspondente mantém o pressuposto.
Nega-se uma afirmação com conteúdo positivo, nega-se o posto.

No entanto, se tivermos o seguinte diálogo, engendrado por Ducrot (1981):

– Devo retornar?

– Não, você não deve retornar, mas seria uma gentileza se o fizesse.

Nega-se, efetivamente, como um ato de negação, o que aqui se apresenta como refutação de um conteúdo positivo:

- a. Posto: O dever de retornar.
- b. Pressuposto: A existência de um dever.
- c. Negação polêmica: a frase negativa correspondente não mantém o pressuposto. Nega-se o próprio ato de dever, nega-se o pressuposto, e também o posto, visto que além de a pessoa não ter a obrigação, anula-se a existência do ato de dever.

Essa distinção pode ajudar a descrever a ambigüidade de constituintes, tais como todos, seguidos de uma negação. Como no exemplo seguinte, aqui engendrado:

(13) Todos não deram o dinheiro do café, quando todos derem, o café será comprado.

- a. Negativa: Todos não deram.
- b. Afirmativa: Todos deram.
- c. Posto: Todos não deram o dinheiro do café.
- d. Se se aplicar a negação ao predicado [deram o dinheiro do café], pressupõe-se que ninguém deu.
- e. Se se aplica a negação à frase [Nem todos deram – ou seja, inclui-se todos no escopo da negação], pressupõe-se que alguns deram e outros não.
- f. Se se aplica a negação ao constituinte de frase [todos], pressupõe-se que apenas alguns deram.

Nota-se que o pressuposto muda radicalmente quando se muda o escopo da negação, muda-se o que se quer dizer de direito, tendo em vista o que se está negando de fato. Nesse caso, o alcance do escopo do operador de negação **não** afeta tanto posto quanto pressuposto. Entretanto, é inescusável dizer que existe sim uma relação entre negação e pressuposição, inclusive como mensuração da relação mais forte, que pode se dar entre pressuposição e acarretamento, por exemplo, mas

isso diz respeito à negação como teste pressuposicional²⁹.

Além das implicações lingüísticas da negação, em especial no que concerne aos pressupostos, Ducrot (1981) reitera que a pressuposição constitui um ato ilocucional, criando um implícito propriamente lingüístico e que ela não deve ser assimilada à fala, ficando cada vez mais delineado que a pressuposição é um fato lingüístico ligado ao enunciado. Do ponto de vista estruturalista significa dizer que ela é um fenômeno inscrito em uma das dicotomias, a língua, em sua realização, e não se produz pelo contexto, mas pode instaurá-lo.

A língua propicia pressupor, como propicia informar, refutar, concordar e outros atos mais, conforme já expresse anteriormente neste trabalho. Por fim, e quase paradoxalmente, Ducrot (1981) passa a relacionar a pressuposição também ao componente retórico: “Chegamos, pois, às mesmas conclusões precedentes: é sempre o desnível entre os pressupostos do enunciado e a situação de comunicação que adverte o ouvinte para que busque uma significação conotativa” (DUCROT, 1981, p. 177), aqui conotação pode ser tomada por elementos contextuais, por exemplo, o conhecimento partilhado; significa dizer que as observações teóricas de Ducrot (1981) continuam circunscritas à noção da linguagem como jogo: “Como qualquer jogo, a linguagem, tem a função, talvez a primeira de todas, de estabelecer relações entre os indivíduos” (DUCROT, 1981, p. 170). E para ele, o jogo se dá por meio da língua³⁰.

2.2.2.4 A Teoria Polifônica da enunciação

Ducrot (1977, 1981) procura marcar de modo sistemático alguns pontos em sua fortuna teórica; dessa forma, assinala os elementos que são necessários a uma descrição lingüística. Nesse momento inicial de sua teoria, relaciona à pressuposição, o componente lingüístico, e ao subentendido, o componente retórico, marcadamente.

²⁹ Ver ILARI e GERALDI (2004) p. 61-62.

³⁰ Koch (1984) afirma que Ducrot, depois das elucubrações de 1977, abandona a pressuposição como condições de emprego do enunciado e passa a associá-la, categoricamente, como parte integrante da significação. A pressuposição, daí por diante estará definitivamente ligada à língua. Esse postulado, Ducrot não abandonará, no entanto mais adiante, sofrerá acréscimos e reformulações importantes no que concerne aos postulados de uma perspectiva polifônica da enunciação.

Esse primeiro momento é voltado de fato para assentar as relações lógico-semântica-pragmáticas, expor que existem formas de dizer, as quais denominou implícitos, que não se encontram propriamente na superfície lingüística, mas que vêm marcados nela. Afirma que é necessária uma linguagem que possibilite a descrição lingüística, e que contemple tanto as possibilidades lógicas quanto as possibilidades lingüísticas. O que diferencia Ducrot dos filósofos anteriormente abordados é que ele entende que há limitações na lógica, mas a usa com fins lingüísticos (na estruturação de uma metalinguagem, por exemplo, como o cálculo de predicados – nota explicativa 16 em Ducrot, 1977).

Ducrot (1987) aprofundará as questões relativas aos expedientes de implicitação e reiterará um pouco mais o direcionamento enunciativo, engendrando a Teoria Polifônica da Enunciação, em que se farão presentes os postulados da pressuposição tomados à polifonia. Segue reiterando seus postulados básicos, não obstante reformular esses mesmos postulados, mais embrionários no início da estruturação de seu pensamento teórico. Um exemplo disso é a oposição pressuposto e subentendido, inicialmente delimitada e nesse momento, mais fluida, no que concerne à questão da implicitação, pois enquanto o pressuposto é lingüístico-pragmático, estando relacionado a ambos os dados, língua e contexto; o subentendido é eminentemente pragmático, pois só pode ser inferido tendo como suporte o contexto. É o que afirma Koch (1984): “No texto ‘Estruturalismo e Enunciação’, retoma a questão das relações entre pressupostos e subentendidos, que ele costumava opor como duas formas de implícito [...]” (KOCH, 1984, p. 61). Algumas mudanças quando do assentamento da Teoria Polifônica devem ser apontadas, devido a uma revisão empreendida por Ducrot (1987):

A pressuposição pode ser marcada no enunciado (é esse tipo de pressuposto que costuma interessar mais diretamente aos lingüistas), mas pode também não aparecer senão numa interpretação fundada nas condições de enunciação (KOCH, 1984, p. 61).

Nesse caso, se a pressuposição vem marcada também nos enunciados, devem existir determinados componentes linguisticamente expressos que provocam o acontecimento pressuposicional. Quando enuncio: Ruth já sabia que Celi viria, a pressuposição está lingüisticamente marcada, tanto pelo operador **já** quanto pela subordinada **que Celi viria**, que engendram dois pressupostos: **Celi veio e Ruth**

tinha um conhecimento prévio disso. Nesse caso, determinados elementos do enunciado demarcam os dados pressuposicionais. Já a segunda possibilidade, de os pressupostos virem fundados nas condições de enunciação, constitui-se na possibilidade lingüística de se apontar para o contexto, como o célebre exemplo de Fillmore: *Feche a porta*, presente em Ducrot (1977). Numa análise anterior do referido enunciado, Ducrot (1977) já defende que a estrutura gramatical da frase produz determinados efeitos específicos, tais como, a existência de uma porta, que esta porta esteja aberta, que haja um anseio e uma relação interlocutiva para o referido pedido, pela estrutura gramatical da própria frase. Mas esse pode ser um bom exemplo em que as pressuposições se revelam tendo em vista as condições de produção enunciativas.

A partir daí começam a se delinear dicotomias e associações provenientes do aprofundamento de antigas reflexões. Ducrot (1987) defende relações intrínsecas entre pressuposto, significação e frase, em face de outras relações entre subentendido, sentido e enunciado. No entanto reformula amplamente a questão, quando afirma:

Chego então à conclusão de que o valor ilocutório de um enunciado pode não estar marcado na frase que serve para realizar o ato. [...] A aplicação ao problema da pressuposição é imediato. Se esta é um ato ilocutório como os outros, seria bastante surpreendente que fosse o único a ser ligado à frase. É necessário, então, admitir que pode aparecer ao nível mesmo do enunciado e até mesmo sob forma de subentendido. Haveria pressuposições subentendidas, como há pedidos subentendidos (DUCROT, 1987, p. 36-37).

O que Ducrot (1987) admite é que se a pressuposição, como um ato ilocutório particular, não é a única a figurar na frase (uma entidade abstrata), poderia também surgir do enunciado; ao ser proferida, a frase poderia produzir elementos para a pressuposição, que nela não estivessem, ou melhor, que nela estivessem marcadamente subentendidos. Em situações particulares de produção, dizer: *Acho que você deveria ir*, pode significar, literalmente, uma ordem, uma ameaça ou mesmo um pedido, isso vem pressuposto e está linguisticamente marcado por *deveria*, mas está também subentendido, pois as indicações de ordem, ameaça ou pedido virão inscritas nas condições de enunciação, são, todavia, possibilidades demarcadas pelo dado lingüístico. Seria o que Koch (1984) denominou retórica da pressuposição.

Assim, novas definições surgem para a pressuposição e para o subentendido. Pressuposição de um enunciado (observe-se, não de uma frase) seriam “[...] as indicações que ele traz, mas a partir das quais o enunciador não quer (quer dizer, faz com que não quisesse) fazer recair o encadeamento. Trata-se de indicações que se dão, mas que se dão à margem da linha argumentativa do discurso” (DUCROT, 1987, p. 38). Desse modo a pressuposição ganha função discursiva, visto que passa a operar como uma tática argumentativa. Ducrot (1987) alça o pressuposto ao status de parte integrante do sentido do enunciado e relaciona o subentendido “[...] à maneira pela qual esse sentido deve ser decifrado pelo destinatário” (DUCROT, 1987, p. 41). No entanto, encadeia-se por meio do posto: “Se uma frase pressupõe X, e um enunciado dessa frase é utilizado em um encadeamento discursivo, por exemplo, quando se argumenta a partir dele, encadeia-se com o que é posto e não com o que é pressuposto” (DUCROT, 1987, p. 37).

Quando se enuncia, por exemplo: Essa tempestade foi a mais forte das três últimas primaveras, o pressuposto é: as outras tempestades não foram tão fortes; se há uma pretensão de se aceitar o quadro imposto, pode-se responder: É verdade, mais de um milhão de pessoas ficaram desabrigadas; mas se houver o desejo de se criar uma polêmica ou mesmo quebrar-se o quadro discursivo, encadeia-se pelo posto e nega-se o pressuposto: Essa pode não ter sido a mais forte, mas foi a que fez mais estragos, com isso o interlocutor avisa que discorda do julgamento do falante e quebra-se o quadro discursivo, impondo aos interlocutores outro quadro discursivo: das outras tempestades que houve no período, ao menos uma foi tão forte ou mais forte, que poderá ou não ser aceito. Mas se se quer criar uma polêmica de fato e abortar qualquer possibilidade de continuidade de diálogo, segundo Ducrot, encadeia-se pelo pressuposto: A tempestade X, da primavera passada foi muito mais forte que essa, ou cria-se uma polêmica, que pode se transformar numa discussão mais acalorada (o que não deixa, também, de ser outro quadro imposto e aceito ou não), ou quebra-se o diálogo totalmente pela desautorização do falante, que pode não aceitar o quadro polêmico imposto pelo interlocutor.

Finaliza reiterando o pressuposto e o subentendido como duas formas de implícito, mas com dois novos direcionamentos: (a) não se constituem como opostos; (b) constituem dois estatutos que se interpenetram. Ducrot (1987) conclui que “[...]”

chega-se a um resultado análogo, por um caminho totalmente diferente, mediante o subentendido” (DUCROT, 1987, p. 42). Num sentido enunciativo, em que os enunciados são realizados e alçados ao *status* de enunciação, tanto a pressuposição quanto o subentendido estariam nela integrados, mas concedendo-se um nível privilegiado para os dados pressuposicionais, que por ora constituem-se nas pressuposições subentendidas. De qualquer modo, implicitar é se utilizar dos dados lingüísticos para fazer falar o que não se pretende dizer diretamente.

Uma conseqüência dessa distinção, que se impõe, é a questão que se coloca entre a pressuposição e a intersubjetividade:

Agora, se o pressuposto, diferentemente do subentendido, não é um fato de retórica ligado à enunciação, mas inscreve-se na própria língua, é preciso concluir que a língua, independentemente das utilizações que dela podem ser feitas, apresenta-se, fundamentalmente, como o lugar do debate e da confrontação das subjetividades (DUCROT, 1987, p. 30).

Assim, a língua é uma espécie de espaço virtual, lugar onde se inscrevem não só as ações, mas também a argumentatividade em face das subjetividades, e onde pode haver um digladiar de forças.

Quando Ducrot (1987) estrutura a Teoria Polifônica da Enunciação, faz algumas distinções e as define em face dessa elaboração, com isso relaciona a pressuposição a essa disposição intersubjetiva e multivocal. Embora reestruture os expedientes de implicitação, ainda relaciona o pressuposto à frase, e o subentendido ao enunciado, com a possibilidade de fazer com que o pressuposto finalmente se integre aos dados pragmáticos por meio do expediente de subentender. Faz-se necessário definir então, frase, enunciado, significação e sentido.

A primeira distinção, encontrada no pensamento ducrotiano, tendo em vista os escritos sobre polifonia, é entre frase e enunciado. Enquanto o enunciado é a realização da frase, a frase constitui-se como uma construção do lingüista, que permite dar conta dos enunciados, nas palavras de Koch (1984) ela seria “[...] uma entidade abstrata suscetível de uma infinidade de realizações particulares [...]” (KOCH, 1984, p. 63). No que tange ao sentido e à significação, para Ducrot (1987), “[...] há [...] ao mesmo tempo, uma diferença de estatuto metodológico e uma diferença de natureza” (DUCROT, 1987, p. 170). Desta feita, para o lingüista, o sentido fica confinado aos fatos no campo do observável, portanto apegado às

realizações, ou enunciados; já as frases teriam por escopo a significação, desse modo, “Quando se trata de caracterizar semanticamente uma frase, falarei de sua ‘significação’, e reservarei a palavra **sentido** para caracterização semântica do **enunciado**” (DUCROT, 1987, p. 169).

A pressuposição, se encarada como ato ilocucionário, pode fazer falar as muitas vozes presentes num determinado discurso. Retorne-se ao já citado exemplo canônico:

(11) Pedro continua batendo em sua mulher.

- a. Informação posta: Pedro batia e bate agora em sua mulher.
- b. Informação pressuposta: Pedro tinha por hábito surrar a mulher, ele já a surrava.
- c. Informação pressuposta: Enunciador 1 – provavelmente diferente do locutor.
- d. Informação posta: Enunciador 2 – provavelmente o locutor, que se responsabiliza pela asserção, e deseja dar uma informação nova, atual.

A significação se encontra no que está lingüisticamente posto, e o pressuposto e o subentendido ficam instaurados na produção desse enunciado. Já o sentido fica globalmente instaurado no quadro enunciativo geral. O jogo polifônico está localizado no dado da significação, marcado na frase, pelo verbo **continua**, com o intercurso entre posto e pressuposto; e no sentido, quando da realização de dois discursos, e em termos das dissonâncias, nessa única emissão de frase.

Ao longo da revisão da contribuição ducrotiana, podem-se observar certas regularidades no tratamento por ele dispensado ao fenômeno pressuposicional, que o circunscreve numa abordagem estruturalista e imanentista, mas também numa abordagem semântico-pragmática. Essas regularidades aparecem nos seguintes pontos: (a) a pressuposição não é mais trabalhada em termos de valor e condições de verdade, portanto não é calcada amiúde na relação língua e realidade; (b) a negação, bem como a interrogação, não tem estatuto de completude para se prestar como teste pressuposicional absoluto; (c) a pressuposição instaura-se na língua e pela língua, é, entretanto, parte integrante do *jogo de fala*; (d) a pressuposição cria

um universo inescapável de discurso, instaurando a possibilidade ou impossibilidade de continuidade de diálogo; (e) a pressuposição é um modo de esconder conteúdos lingüísticos constrangedores, é procedimento de implicitação, que propicia encobrir os tabus lingüísticos e a rechaçar a polêmica. Também é mérito de Ducrot (1977, 1981, 1987) formalizar a pressuposição (num abrangente escopo da expressão), e dar um estatuto estrutural aos estudos semânticos que a ela concernem.

2.2.3 Outros métodos de análise: uma saída gerativista pela via fonológica

A tradição ocidental de estudos sobre a linguagem reconheceu uma hierarquia de estruturas organizando-se do menor elemento ao maior e/ou ao mais complexo, de modo a influir e mesmo a orientar, até praticamente os dias de hoje, os estudos relativos à língua. Das unidades mínimas vai-se às palavras e às frases, portanto à sintaxe e depois disso à semântica. Essa é uma postura que supõe seja o pensamento atomístico, pois pode ser decomposto sempre em unidades menores, até sua menor unidade e, ainda, até o seu mais discreto traço. Era isso o que propunha a noção estruturalista de língua e que terá encontrado em Ducrot a voz a relatar os desdobramentos dos efeitos lingüísticos da pressuposição, salvaguardadas, é claro, as contribuições próprias do autor, que o projetam como o semanticista da argumentação em linguagem e aquele que institui a noção de ato jurídico das comunicações.

Em contrapartida, ainda circunscritos aos moldes formais, acham-se os estudos de Chomsky e de sua noção de gramática constituída pelos componentes fonológicos, sintáticos e semânticos, nos quais a linguagem é uma capacidade diferenciada e autônoma. Nessa teoria, a pressuposição instaura-se, ligando-se às críticas relacionadas às postulações do momento fundante do gerativismo, que propugnava pela definitiva separação dos componentes sintáticos e semânticos da gramática. Apesar disso, já se acha também em Chomsky a idéia de que, embora o componente sintático seja o componente de base da gramática, não se pode fugir à interferência dos conhecimentos e das crenças de uma dada sociedade em seu sistema lingüístico. É em função desse fato que Henry (1992) diz que

Ao introduzir uma distinção entre ‘sistema semântico’ e ‘sistema de crenças e de conhecimentos’ reconhece implicitamente que sua concepção da gramática abre lugar, para *um externo à língua na linguagem*, para alguma coisa que escaparia à universalidade que fundaria a competência lingüística através da universalidade dos princípios gerais sobre os quais repousariam as regras da gramática, a universalidade da teoria e das categorias fonéticas, a universalidade enfim das categorias semânticas pressupostas pela noção de representação semântica (HENRY, 1992, p. 50).

Segundo Guimarães (1978), Chomsky (1974) trata a pressuposição de conformidade com o pensamento que perpassa a teoria gerativa:

Chomsky (1974) fez considerações a respeito de foco e pressuposição [...] Suas considerações a esse respeito se inscrevem em um conjunto de colocações em que procura discutir o problema da interpretação semântica numa gramática gerativa e transformacional. Considera que, num dado enunciado, substituindo-se o foco do mesmo por uma variável, tem-se a sua pressuposição. O foco seria o dado do enunciado que fosse, segundo ele, *o centro da entonação na estrutura superficial*. E a pressuposição, o mesmo enunciado com uma variável no lugar do sintagma que fosse o foco. [...] O foco seria então, a parte do sentido de um enunciado apresentada como nova para o ouvinte, enquanto a outra parte do sentido seria dada como pressuposta, como conhecida, e seria a condição para se poder dar uma informação nova. [...] Considera então que cada enunciado tem uma classe de focos e pressuposições possíveis (GUIMARÃES, 1978, p. 11-12).

Dadas as seguintes sentenças, propostas por Guimarães (1978):

(14) (a) Carlos foi À SUA TIA PEDIR DINHEIRO.

(b) Carlos foi pedir dinheiro À SUA TIA.

Dada a premissa da entoação, expressa acima, tem-se como pressupostos de 14 (a):

(14) (a') Carlos foi a alguém por algo – À SUA TIA PEDIR DINHEIRO

(14) (b') Carlos foi pedir dinheiro a alguém – À SUA TIA

A pergunta: A quem Carlos foi pedir dinheiro?, só poderá ser respondida em (b), além disso, não se pode integrar (b) à (a), visto que não são todos os contextos em que (a) figure que (b) possa aparecer. Essas e outras pequenas fissuras na teoria gerativista reencaminharam o modelo, e estruturaram o que Guimarães ora propõe, expresso na Figura 3, aliando os métodos aos aparatos de análises, passando pelos

diversos níveis, fonológicos, sintáticos e semânticos, integrados entre si, chegando aos elementos de uma descrição semântica e seus resultados.

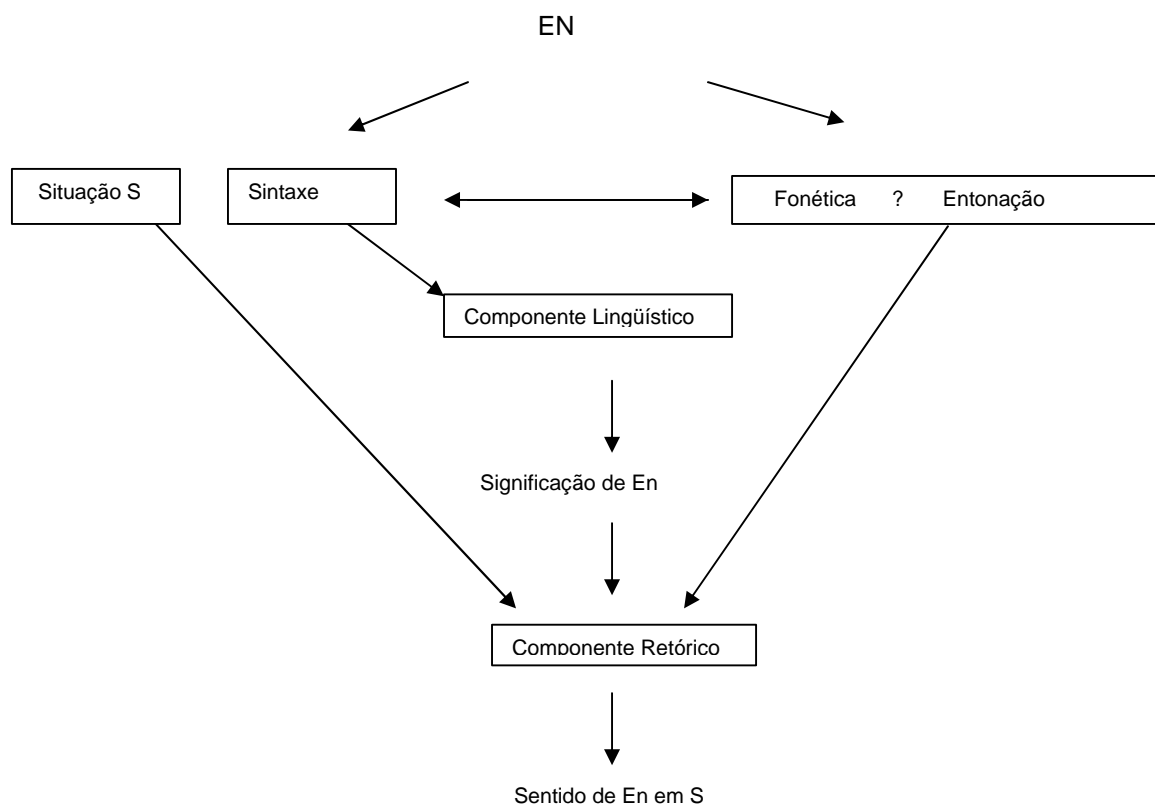


FIGURA 3 - Interpretação semântica.
Fonte: Guimarães, 1978.

Com esse aparato de análise, Guimarães (1978) defende que a descrição partirá inicialmente de uma dada situação discursiva, em que se produz um enunciado EM, em que sintaxe e fonética agem como dois blocos diferenciados de análise, porém integrados. Nesses termos, o foco seria o sintagma do enunciado na estrutura de superfície que estivesse marcado pela entonação. Assim que passasse pela primeira armação, provenientes da realização do enunciado e da marcação do foco, haveria, ainda, dois momentos da interpretação semântica e seus resultados, conforme já sinalizados em Ducrot (1977).

Nota-se que Guimarães (1978), pretende indicar uma saída formalizável, para uma análise semântica das estruturas gramaticais, que integre aspectos discursivo-pragmáticos aos dados gramaticais.

Nessa postura, observa-se que, ou resta aos estudos formais a saída pragmática, construída em torno da adequação ou das condições de felicidades, ou, resta ainda, uma saída discursivista, contudo, ainda de base pragmática, construída em torno de modelos de descrição que integrem os dois níveis de análise. LEVINSON (2007), por exemplo, depois de testar abordagens lógico-semânticas e pragmáticas do fenômeno, conclui que “[...] a pressuposição, noventa anos depois das observações de Frege sobre o assunto, permanece incompreendida [...]” LEVINSON, 2007, p. 286). Essas palavras assinalam com propriedade as barreiras descritivas que enfrentam os modelos formalistas para abarcar teoricamente a pressuposição.

É fato que os usuários da língua têm intuições sobre os sentidos que subjazem a uma sentença, e que esses sentidos internos, embutidos, calcados nos conhecimentos partilhados e nas crenças mútuas, passíveis de serem detectáveis, afetam, sem dúvida alguma, a pretendida integridade dos sentidos. À teoria da gramática, considerando tais fatos, caberia descrever os princípios por meio dos quais um falante diz o que diz, acrescentando sentidos subjacentes, mas necessários, ao seu dizer. No entanto, lidar com tal realidade no restrito domínio da sintaxe, seria empobrecer demasiadamente a riqueza dos dados relativos ao pressuposto, além de não se poder contar com a noção de um conjunto de regras finitas e nem com uma noção puramente estrutural e imanente para uma apurada descrição de natureza semântica.

Pode-se considerar que, por essas mesmas razões, o projeto da **teoria da gramática** se tornou insuficiente, sozinho, para dar conta de toda a complexidade relativa ao fenômeno da pressuposição, o que não o impediu de contribuir com noções embrionariamente abarcadas em seu interior, tais como, por exemplo, a noção de filtros. Os filtros³¹ são certos elementos verbais que cancelam pressuposições, dependendo das condições em que elas se apresentam, o que não deixa de ser uma espécie de muleta pelo fato de não conseguir resolver questões de ordem pragmático-discursivas e pela pavorosa possibilidade de não-previsibilidade, que assombra as semânticas formais, obrigando a reformulações em face dos

³¹ **Filtros** é um dos aparatos desenvolvidos na teoria semântica, proposto por Karttunen e Peters (1979), para tentar solucionar o problema da projeção e da anulabilidade. Segundo eles os filtros são tipos específicos de expressões, a saber, conjunções, que deixariam algumas pressuposições emergirem e não outras. (LEVINSON, 1983)

contra-exemplos. Além disso, tais correntes lidaram apenas com um universo de ocorrências pré-estabelecidas, fato que ocorre em virtude da natureza dos próprios métodos.

Em face disso, é preciso assinalar dois diferenciais: (a) o expressivo empreendimento de Ducrot, situado na confluência entre semântica e pragmática³², circunscritas ao gênio particular que é Ducrot, tendo em vista a face formalista dos estudos lingüísticos; (a) a proposta de abordagem unificada da pressuposição, em face do compromisso cognitivista que é, de uma vez por todas, “[...] lançar uma ponte sobre a divisão durkheimiana do trabalho entre as ciências psicológicas e as ciências sociais. [...]” (GUMPERZ e LEVINSON apud SALOMÃO, 1997, p. 35), tendo em vista a face realista experiencial dos estudos lingüísticos.

³² Ver páginas 48 e 49 desta dissertação. Para conferir em detalhes, pode se reportar ao artigo *A Pragmática e o estudo semântico da língua*, Ducrot (2005).

4 A PERSPECTIVA COGNITIVISTA

4.1. UMA TEORIA, UMA HISTÓRIA

Na contramão dos estudos formalistas sobre pressuposição hão de estar os estudos de base cognitivista, proveniente do assentamento da Lingüística Cognitiva. Uma vez que esse segundo enfoque, oposto ao primeiro enfoque, a saber, o formalismo, apontará prioritariamente para os processos pelo qual a pressuposição se manifesta, com suas intenções e usos comunicativos, considerando-a parte de uma totalidade; em detrimento da abordagem ou centrada meramente nos dados lingüísticos ou centrada ainda no lingüístico agregado a usos e a intenções, premissas do segundo enfoque, o enfoque da Lingüística Formal.

Nas ciências humanas, muitas correntes querem tomar para si o codinome cognitivista, mas duas mais importantes podem ser situadas: a objetivista, com seu lídimo representante, Chomsky, e a realista experiencial, originária dos estudos lingüísticos das Universidades de Bekerley e de San Diego (SALOMÃO, 1997). A estruturação teórica da segunda acontece tendo em vista um suposto esgotamento da primeira e a conseqüente busca de distanciamento dela. Portanto, na lingüística, um tipo de estudo cognitivista específico e estudos sócio-cognitivistas fundam-se tendo por base justamente a dissensão surgida no interior dos estudos gerativistas, tanto é assim que os primeiros expoentes do cognitivismo, Lakoff e Langacker, vincularam-se, antes, o primeiro à semântica gerativa, e o segundo ao gerativismo em suas generalidades (SILVA, 2004).

A nova corrente delineou-se sob os auspícios desses autores, e ainda outros, tais como Fillmore, Fauconnier e Johnson. Nesse espírito, pesquisas são empreendidas e algumas escritas são produzidas, dentre elas, uma das mais particularmente significativas, *Women Fire and Dangerous Things* (1987), onde Lakoff explicita o que seja o experiencialismo em cognição; expõe o pensamento de Eleanor Rosch sobre os níveis de expressão em uma língua natural (nível básico, nível Y, nível X); expõe o que seja o processo de categorização com base na noção de protótipos e na de radialidade; apresenta o que sejam os Modelos Cognitivos Idealizados (MCIs), postulado significativamente importante para os estudos cognitivos, e, finalmente,

discute o caráter corporificado da mente, centrado nas experiências sensíveis, o que empiricamente pôde demonstrar a natureza motivada (ou subdeterminada) do signo lingüístico.

Em 1987 Langacker escreve o seu *Foundation of Cognitive Grammar*, no qual, em seu capítulo de abertura, adverte que, aquilo que se encontra nos estudos sobre linguagem é, em grande parte, o que se quer encontrar e, muitas vezes, não verdadeiramente o que sejam os fatos de língua em sua essência. Reafirma o que hoje se toma por indiscutível: a natureza essencialmente simbólica da linguagem, acrescentando que as estruturas morfológicas e as sintáticas, “elas próprias são inerentemente simbólicas” (LANGACKER, 1978, p.12). No dizer de Salomão (2003), a língua é a semiose mais poderosa, herança da espécie, e é, ao mesmo tempo, estruturada pelas experiências e estruturadora das experiências, organiza as semioses que com elas concorrem.

4.1.1 Postulados filosóficos que subjazem à lingüística cognitiva

Conforme explanado, o pensamento científico ocidental tem sido dominado pelo objetivismo, de base cartesiana, há séculos, trazendo em seu bojo questões como a verdade e a referência, por suscitarem postulações que não só têm relação direta com a linguagem e com a realidade, mas também por suscitarem postulações que compreendem a relação que a primeira mantém com a segunda e que ambas mantém com a significação e o sentido. Lakoff e Johnson (1980) afirmam que para o objetivismo a verdade deve ser absoluta, imotivada, daí objetiva e descarnada, isso a circunscreve à cientificidade. No entanto, na concepção desses autores a verdade deve ser prioritariamente uma verdade em relação direta com um sistema conceptual definido, com isso derruba-se a idéia prevalente de que a verdade seja preestabelecida, na verdade, absoluta, no sentido de um *a priori*. Além do pensamento objetivista, há ainda o pensamento subjetivista que, para Lakoff e Johnson (1980), também influenciou os estudos científicos.

No que tange ao subjetivismo e ao objetivismo, há uma contraposição mútua. O objetivismo defende que a realidade é atestada *a priori*, não relativa à experiência

sensível³³; pode ser categorizada e conceptualizada por suas propriedades inerentes, por traços, e de modo compartimentalizado³⁴; as proposições podem ser verdadeiras ou falsas; e a linguagem, para estar investida da citada cientificidade deve representar essa realidade mundana, pautada pelo dualismo cartesiano e dicotômico. O subjetivismo, em contrapartida, apregoa que a realidade precisa ser sentida e intuída; os sentimentos são valorizados para o senso estético, bem como a moralidade e a espiritualidade; e a linguagem humana é imaginativa, metafórica e expressa aspectos primordiais de nossa experiência. Filosoficamente, além de serem dois modos de se perceber e apreender a realidade, são, ainda, dois diferentes modos de lidar, inclusive, com o estudo da linguagem. No entanto, essas referências teóricas, levantadas pelos autores, contrapostas às bases teóricas do cognitivismo, indicam que as postulações do realismo experiencial superpõem-se não só ao objetivismo, mas também ao subjetivismo.

No entender de Lakoff e Johnson (1980), essas concepções estão presentes desde as estruturas do pensamento científico até às influências que essas estruturas exercem na organização da sociedade, e tanto o objetivismo quanto o subjetivismo são mitos³⁵ que organizam nossas vidas e impõem modelos à nossa sociedade. Afirmam, com isso, que os seres humanos, e as sociedades por eles criadas, se sustentam pelos mitos que eles valorizam, nesse caso, os dois mitos anteriores ainda se encontram valorizados nas sociedades atuais, em especial o mito objetivista. Expõem que “O mito do objetivismo faz parte da vida cotidiana de cada membro da nossa cultura. Pensamos também que ele deve ser suplementado não pelo seu oposto, o mito do subjetivismo, mas por um novo mito experientialista [...]” (LAKOFF e JOHNSON, 1980, p. 294). Significa que o subjetivismo não seria a saída adequada ao objetivismo.

Cria-se, assim, um novo parâmetro, um novo **mito** pelo qual responderá determinados estudos científicos. Observa-se que todos os estudos científicos estão enredados por alguma forma de pensamento filosófico, que cuidará de influenciar

³³ O que objetivistas, tais como Chomsky, denominam **não-behaviorista**.

³⁴ Nesse particular, tomam o pensamento a Aristóteles.

³⁵ Tudo leva a crer que Lakoff e Johnson (1980) tomam mito na acepção de sistema de crenças pelo qual responde determinados modos de vida das sociedades, em muitas instâncias. Tudo leva a crer também que o sentido de mito pode ter uma pequena porção de crítica e ironia, pela dupla possibilidade de emprego.

esses estudos em diversas áreas de conhecimento. A esse novo mito, que surgiu da insatisfação com os extremos absolutos, objetivista e subjetivista, nominou-se de experiencialismo (LAKOFF, 1987; JOHNSON, 1987; LAKOFF e JOHNSON, 1980), ainda, de realismo corporizado ou encarnado (*embodied realism*) (SILVA, 2004), ou ainda, em algumas traduções para o português, realismo experiencial.

As bases filosóficas do novo mito recorrem à encarnação. Assim, a via de acesso é a denominada filosofia na carne, defendida pelos citados autores, em que o corpo está na mente, ou mais precisamente, na base do raciocínio. Desse modo o raciocínio encontra-se corporificado pelo imbricamento mente e corpo. Com base nesse preceito e em contraposição ao objetivismo, Lakoff e Johnson (1999), em relação ao raciocínio, defendem que: (a) surge da natureza de nossos cérebros, de nossos corpos e da experiência corpórea, isto é, não é desencarnado, como o pressupunham os cartesianos, pois a razão não é uma característica transcendente do universo ou de uma mente separada do corpo; (b) aprimora-se, por depender diretamente de nossa natureza animal, diga-se, dos baixos instintos mesmo, portanto, a razão não nos *separa* dos outros animais, mas nos localiza num *continuum* junto com eles, numa espécie de darwinismo racional; (c) não é universal, nem no sentido transcendente, nem no que diz respeito à forma lingüística absoluta, mas no sentido do que partilhamos universalmente enquanto seres humanos, os nossos corpos.

Em outras palavras, o raciocínio de todos os seres humanos tem uma base comum, a saber, a base corpórea, essa é a propriedade que (nos) universaliza e que também subjaz à linguagem. Esses aspectos delimitarão a forma de encarar a verdade e a referência de modos especialmente diferentes, pois a verdade será sempre relativa a um sistema conceptual definido e será moldada em termos de categorias que emergem de nossas experiências e a referência será metonimicamente construída, o que resulta num outro parâmetro para a significação e para o sentido, que, a saber, para os estudos cognitivos, não se dicotomizam, como o querem teóricos de base formalista, como Ducrot.

No que tange à verdade Lakoff e Johnson (1980) pensam que ela deve estar ligada invariavelmente à compreensão, amplamente relacionada a propriedades

experienciais prototípicas relativas à categorização: perceptuais, motoras, funcionais e intencionais. A verdade é vista em termos de uma gestalt experiencial e a compreensão ocorre por meio da projeção, compreendemos uma coisa em termos de outra, ou seja, há uma projeção entre domínios. Assim, Lakoff e Johnson (1980) preconizam alguns aspectos que dependem da categorização de quatro modos: (a) a verdade encontra-se em relação direta com a compreensão; (b) a compreensão envolve sempre a categorização humana; (c) a verdade tem relação com propriedades que podem ser iluminadas, de modo aproximado, às questões de focalização, em que um determinado aspecto da linguagem encontra-se assinalado (ancorado nos postulados teóricos da psicologia gestalt); (d) a verdade é dependente dos limites fluidos da categoria, então relativamente o que é verdadeiro o é pela utilização adequada ou não da categoria.

Diferentemente das concepções apoiadas no objetivismo, que defendem ou que a verdade esteja baseada na referência, como na lógica formal preconizada por Frege (1898 [1978]) e continuada em seqüência por Russell (1905 [1989]) (verdade como dado objetivo); ou que o uso deva ser considerado em seu sentido mais amplo, também contextualisticamente, como na corrente filosófica analítica, que fundamenta os trabalhos de Strawson (1950 [1975]) e Austin (1962 [1990]). A verdade, na teoria realista experiencial, é relativizada em termos de nosso sistema conceptual, em que a forma, o contexto e a experiência, influenciam diretamente nessa concepção. Nas palavras de Lakoff e Johnson (1980) “É porque compreendemos as **situações** em termos de nosso sistema conceptual que podemos compreender as **afirmações** usando aquele sistema de conceitos como **verdadeiro**, isto é, adequado ou não à situação como a compreendemos” (LAKOFF e JOHNSON, 1980, p. 286).

No que diz respeito à pressuposição, esse deslocamento muda sensivelmente duas focalizações tradicionais: a filosófica e a lingüística. Dentro da perspectiva realista experiencial, também para o fenômeno pressuposicional, os sentidos se produzem em dois âmbitos primordiais: em termos de Modelos Cognitivos Idealizados e em termos de Espaços Mentais, disparados por meio dos **gatilhos**, o que também privilegia a questão referencial.

4.1.2 Gestalt teoria

Uma importante influência dentro dos estudos cognitivistas foram os estudos da Psicologia Gestalt. Gestalt é uma palavra alemã considerada intraduzível por alguns, mas traduzida por forma, na concepção de outros. O desenvolvimento da Gestalt Teoria foi uma reação às teorias comportamentalistas, que lidavam de modo estrutural com a percepção, não conseguindo explicar determinados fenômenos visuais, nomeadamente as ilusões de ótica, e defendiam, por exemplo, que um todo é a soma das partes e por suas partes, pode-se conhecer o todo. A Gestalt conseguiu provar que um todo não é uma simples soma de suas partes, mas sim que esse mesmo todo é muito mais que a soma de suas partes, pois não se pode ter conhecimento do todo meramente por suas partes. No caso da palavra rosa, não se pode dizer que ela é apenas a aglutinação dos fonemas *r*, *o*, *s* e *a*, ela evoca toda uma gama de propriedades não propriamente concernentes a sua pronúncia apenas, sensações outras que podem ser de ordem sinestésica, imagética e simbólica. Essa teoria se desenvolveu dentro da psicologia, inicialmente, mas seus princípios estão sendo abarcados por diversos campos de conhecimento, dentre eles, destaca-se aqui a teoria cognitivista.

A gestalt desenvolveu preceitos relativos à percepção humana, destacam-se, dentre esses princípios: o todo e a parte, a figura e o fundo, o aqui e o agora. O todo e a parte dizem respeito a como se estruturam os fenômenos; a figura e o fundo dizem respeito a efeitos de pregnância, como, do todo, partes se sobressaem, quase saltando, transformando-se em figura, protuberando-se, e o restante permanecendo indiferenciado ou como fundo, podendo acontecer o reverso, o que era fundo tornar-se figura e o que era figura tornar-se fundo; o aqui e o agora, que têm maior influência na percepção do que a experiência anterior. Além desses princípios, destaca-se o princípio fundamental da Gestalt Teoria: o que existem são totalidades, o comportamento dessas totalidades não é determinado pelos seus elementos individualmente, pois os processos parciais nelas envolvidos são determinados, eles mesmos, pela natureza intrínseca do todo (LONGEN, 1997).

No que tange ao pensamento cognitivista, o princípio da existência de totalidades é particularmente importante. Segundo Lakoff e Johnson (1980) a nossa experiência é

organizada em termos de gestalts, que para eles “[...] são maneiras de organizar as experiências em **blocos estruturados**” (LAKOFF e JOHNSON, 1980, p. 158) A linguagem seria uma parte integrante da cognição, que opera em termos de totalidades, em que as partes de um todo podem ser trasladadas e impostas a outras totalidades e compor, via metáfora, por exemplo, aquele todo. Para Lakoff (1987) “O pensamento tem **propriedades gestálticas** e dessa forma não é atomístico; os conceitos têm uma estrutura global que vai além da mera junção de conceitos de **construção de blocos** a partir de regras gerais” (Lakoff, 1987, p. xiv).³⁶

Já no que diz respeito aos estudos lingüísticos, em geral, e aos estudos pressuposicionais, em particular, o preceito de figura e fundo foi particularmente importante. Do ponto de vista Pragmático, Levinson (1983), raciocinando a respeito da ocorrência de palavras que acionam (*trigger*) a pressuposição, argumenta que existe uma unidade intuitiva para esse tipo de inferência, de algum modo, disparada por um número relativamente fixo de expressões, as suposições de fundo, e segundo esse autor, uma analogia útil podem ser os postulados figura/fundo da Psicologia Gestalt. Assim, o raciocínio proposto é que a figura é aquilo que é afirmado e o fundo é o conjunto de pressuposições em confronto com as quais a figura está contraposta. No entanto, do ponto de vista cognitivo, a relação figura/fundo será trabalhada em termos dos Modelos Cognitivos Idealizados e de sua harmonização, considerando-se a sua relação.

4.1.3 Postulados Teóricos da Lingüística Cognitiva

A Lingüística Cognitiva opõe-se às teorias que concebem a mente organizada modularmente, ou mesmo de modo dual, separando mente e corpo, pois prevê a linguagem e a cognição constituindo-se mutuamente. Os elementos da gramática têm uma base conceptual e, portanto, não retiram o seu sentido de algum dado objetivo, mas do conjunto dos elementos constitutivos do sentido. Nessa medida, não se entende a existência de um sentido literal, mas se entende os sentidos se

³⁶ “Thought has **gestalt properties** and its thus atomistic; concepts have an overall structure that goes beyond merely putting together conceptual ‘building blocks’ by general rules” (LAKOFF, 1987, xiv).

formando a partir de uma base conceitual capaz de relacionar expressões diversas entre si e cuja diversidade se funda no modo como se apresentam construídas. Isto quer dizer: diferentes construtos, diferentes sentidos. Os construtos, por sua vez, estão relacionados aos **domínios cognitivos**, responsáveis pela emergência dos significados. Na base da formação dos significados, refinados processos se identificam, tais como, o processo de categorização, as relações metafóricas e metonímicas, as inferências, a distinção dado-novo, a própria pressuposição, dentre outros. Nessa perspectiva, então, a pressuposição é constitutiva da linguagem/cognição humanas e pode-se dizer que os significados se constroem com base em intrincados processos mentais concomitantes aos fenômenos gramaticais (SALOMÃO, 1997). Então o significado não é algo que se faça com base na referência ou na condição de verdade como o queria Frege, ou é apenas relativo a um fazer com a linguagem, como o preconizou Austin, ou ainda se constrói apenas no jogo da linguagem, contextualmente, como o faz Ducrot, mas é produto do próprio funcionamento da mente/linguagem, como o defendem Lakoff, Johnson e Fauconnier.

4.2 DOMÍNIOS COGNITIVOS

Os domínios cognitivos dividem-se em domínios estáveis e em domínios locais de conhecimentos.

Os domínios estáveis são domínios estruturados de experiência, pode-se dizer que “[...] correspondem a estruturas de memória pessoal ou social [...]” (MIRANDA, 1999, p. 82) e podem ser descritos em termos de modelos que não se ajustam objetivamente à realidade, os chamados Modelos Cognitivos Idealizados (MCIs). Fazem parte dos domínios estáveis, além dos MCIs, os esquemas genéricos e as molduras comunicativas. Os esquemas genéricos são esquemas constituídos culturalmente e que se organizam em termos de noções, tal como as noções de orientação alto/baixo. Desse modo, são configurações muito abstratas, que desempenham relevante papel tanto na aquisição da linguagem quanto nas projeções (basicamente metafóricas) que deles surgem. As Molduras comunicativas referem-se às diversas informações constantes na configuração das variadas experiências comunicativas que vivenciamos ao longo da vida numa dada

sociedade, tais como tipos diferenciados de eventos: jogos, aulas, passeios, festas, congressos, etc., amplamente relacionadas às diversas culturas e aos diversos eventos que dela fazem parte, e cada qual desses eventos tem um feixe de informações que o identifica como tal. Os domínios locais são representados pelos Espaços Mentais (FAUCONNIER, 1994), estruturas cognitivas representativas de noções lógicas e de noções inferenciais, que são construídas durante o discurso, portanto, estruturas extremamente efêmeras, visto que são erigidas no decorrer do discurso, operando no momento mesmo em que falamos, construindo os referentes.

4.2.1 Domínios Cognitivos estáveis

4.2.1.1 Modelos Cognitivos Idealizados

Os Modelos Cognitivos Idealizados são conhecimentos estruturados por nossa experiência, são socialmente produzidos e encontram-se culturalmente disponíveis. Essa estrutura exerce relevante papel na cognição humana. Para Lakoff (1987) a melhor maneira de explicar um Modelo Cognitivo é prover exemplos que demonstrem o que sejam esses conhecimentos estruturados. Assim, toma de empréstimo a Fillmore a noção de frame (ou enquadre) e a usa para explicar o MCI da palavra *terça-feira*:

Tome-se do inglês a palavra *terça-feira*. *Terça-feira* pode ser definida somente em relação a um modelo idealizado que inclui um ciclo natural definido pelo movimento do sol, o significado padrão da caracterização do fim de um dia e o começo do próximo dia, e em um ciclo calêndrico maior de sete dias – a semana. Num modelo idealizado, a semana é um todo com sete partes organizadas em uma sequência linear, em que cada parte é denominada de um *dia*, e o terceiro deles é a **Terça-feira** (LAKOFF, 1987, p. 68).³⁷

O Modelo Cognitivo Idealizado tem proveniência na cultura, e esse conhecimento cultural é compartilhado por todos os membros de uma determinada sociedade. Os MCIs se encontram na base da formação dos significados das formas lingüísticas, que são compreendidas porque provém acesso aos domínios neles compreendidos.

³⁷ Take the english word *Tuesday*. *Tuesday* can be defined only relative to an idealized model that includes the natural cycle defined by the movement of the sun, the standard means of characterizing the end of one day and that beginning of the next, and a larger seven-day calendric cycle – the week. In the idealized model, the week is a whole with seven parts organized in a linear sequence; each part is called *day*, and the third is **Tuesday** (GEERTZ, 1973 apud LAKOFF, 1987, p. 68).

Os referidos MCIs estão associados à memória social e são considerados bases estáveis de conhecimento, pelo fato de se encontrarem estruturados e armazenados em nossas mentes, tendo em vista as experiências que temos ao longo da vida, imersos na cultura a qual pertencemos.

Observa-se, com isso, que os modelos têm dependência social e estão inseridos nas culturas. Como estão amplamente relacionados e estabelecidos em diferentes culturas e até em diferentes épocas, os modelos podem sofrer pequenas alterações ao longo do tempo, assim que a cultura o estruture e, assim, acomode essas mudanças. O que vem a ser modelo para uma sociedade pode não o ser para outra, o que é passível de ser aceito numa dada época, pode não o ser numa outra ou, ainda, modelos que não existiam em determinadas sociedades passam a existir noutros tempos. Para exemplificar o quanto os Modelos Cognitivos estão atrelados à cultura, Lakoff (1987), citando Geertz (1973), reporta-se ao modelo calêndrico da cultura balinesa,

Os dois calendários que a cultura balinesa utiliza são o solar-lunar e uma construção em torno da interação de ciclos independentes de dias-nomes, que eu chamarei 'permutativo'. O calendário permutativo é, portanto, o mais importante. Ele consiste de dez diferentes ciclos de dias-nomes, seguido de uma outra ordem fixada, depois que o primeiro dia-nome aparece e após o começo do primeiro dia-nome (GEERTZ, 1973 apud LAKOFF, 1987, p. 69).³⁸

Nota-se que os balineses seguem outro tipo de calendário, e o ciclo de semana de sete dias, presente na cultura ocidental não faz parte da cultura oriental. Com isso, pode-se vencer o ciclo de um dia, mas o Modelo Cognitivo calêndrico da qual esse dia faz parte não se baseia na semana, mas em ciclos de dias-nomes, conforme a cultura de Bali.

Um exemplo clássico de MCI, que vem tomando outros contornos com o passar do tempo e das eras, proposto em Lakoff (1987), é o modelo de mãe. Esse modelo, conforme se faz notar, já sofreu mudanças e têm sofrido outras, de uma época para

³⁸ The two calendars which the Balinese employ are a lunar-solar one and one built around the interaction of independent cycles of day-names, which I shall call "permutational". The permutational calendar is by far the most important. It consist of ten different cycles of day-names, following one another in a fixed order, after which the first day-name appears and the cycle starts over (LAKOFF, 1987, p. 69).

outra e até de uma região para outra. Em lugares menos cosmopolitas e desenvolvidos, mais freqüentemente, tem-se o Modelo Cognitivo Idealizado de mãe dona-de-casa, progenitora, casada, nesse caso, mais próximo do modelo prototípico de mãe; contrapondo-se ao de mãe que trabalha fora, ou adotiva, ou solteira ou de aluguel, já distantes do protótipo.

Com isso, pode-se notar que os significados não se encontram exclusivamente na forma ou simplesmente na realização da forma em contexto, pois as diversas instâncias de experiências com e no mundo, mais precisamente na realidade sensível, são constitutivas dos sentidos.

4.2.1.2 Moldura Comunicativa

As molduras comunicativas são estruturas cognitivas de expectativa, elas organizam qualquer evento comunicativo. Na verdade, as molduras são responsáveis por definir os rumos do quadro comunicativo, elas também compõem e estruturam um tipo específico de MCI. Trata-se de um MCI pleno, evocado, chamado a partir de um contexto específico, já que possui uma função basicamente comunicativa, com o definido papel de armadura discursiva. Por meio das molduras é que se tem o cenário expressivo, por elas, ter-se-á, ainda, a distribuição dos papéis que os participantes exercem no discurso, bem como as instanciações desses papéis, mais assimetria ou menos assimetria, rigidez e não rigidez, enfim, nelas virão previamente estabelecidas as configurações de qualquer evento comunicativo. É preciso lembrar, que essa noção foi tomada aos estudos antropológicos de Goffman, que define a interação como um espaço dramático, em que interagir é fazer parte de uma espécie de *frame* ou moldura, visto que todo encontro pressupõe uma carga de drama (SALOMÃO, 1999).

Miranda (1999) exemplifica o que sejam as molduras com a cena pedagógica, em que se pede que um menino de um meio rural produza um texto invertendo os papéis entre homem e mulher. No caso dessa cena, têm-se expectativas fortemente armadas, com papéis rigidamente definidos, conforme representados na figura 4 a seguir:



FIGURA 4 - Moldura Comunicativa
Fonte: Mirando (1999)

Ela representa uma moldura do evento comunicativo **cena pedagógica**, que estrutura um domínio local (MIRANDA, 1999). Assim, tome-se: Ruth aprendeu matemática, tem-se o aluno e se tem o conhecimento, onde a e b correspondem respectivamente à função aluno e à função professor, papéis instanciados na moldura e mentalmente projetados.

4.2.1.3 Esquemas genéricos

Os esquemas genéricos são responsáveis pela recuperação de tudo o que tiver relação com a moldura comunicativa e são configurações abstratas que desempenham importante papel na aquisição da linguagem, nas projeções e nas configurações significativas das molduras. Esses esquemas estão na base de nossas experiências corpóreas significativas e têm relação direta com a estruturação metafórica e metonímica do pensamento.

Conforme já expressei, internalizamos diferentes tipos de esquemas que se encontram relacionados às experiências corpóreas e culturais, dentre eles podem ser citados os esquemas imagéticos e os esquemas de força. Um exemplo bastante típico são esquemas imagéticos que organizam determinados tipos de domínios, tais como o esquema imagético de recipiência. Existem recipientes dos quais podemos entrar e sair. Grenfell (2004) expõe que

Acha-se em nós mesmos o esquema de restrições físicas que se funda em nossas mais primitivas experiências de *dentro/fora*, que, de forma recorrente, estruturam nossa percepção de tais realidades, as quais se relacionam a uma noção experiencial de fronteiras no espaço. As

experiências primitivas de nosso ser tridimensional checando fronteiras remetem-nos aos primeiros clautros a que nos submetemos: o ventre, o berço, a área de um cômodo (GRENFELL, 2004, p. 41).

A base corpórea que sustenta esse esquema configura o fato de, desde o nascimento até à morte, o ser humano experienciar, com seu próprio corpo, o espaço físico, intra-físico e extra-físico, por sempre estar em algum lugar: ficamos dentro do útero de nossas mães, mas depois saímos, ficamos no berço que está dentro do quarto, que está na casa, que por sua vez está na rua e podemos, também, sair do berço, mas ficar dentro do quarto, e assim por diante; e, de algum modo, o próprio corpo ser também um recipiente.

Tendo em vista esses esquemas, amplamente relacionados às nossas experiências ontológicas, é que se constroem as chamadas metáforas orientacionais, organizando e contrapondo diferentes significados. Lakoff e Johnson (1980) revelam que

[...] há um outro tipo de conceito metafórico que não estrutura um conceito em termos de outro, mas que, ao contrário, organiza todo um sistema de conceitos em relação ao outro. Esses conceitos serão nomeados metáforas orientacionais, já que a maioria delas tem a ver com a orientação espacial do tipo: para cima – para baixo, dentro – fora, frente – trás, em cima de – fora de (on-off), fundo – raso, central – periférico. Essas orientações espaciais surgem do fato de termos os corpos que temos e do fato de eles funcionarem da maneira como funcionam no nosso ambiente físico (LAKOFF e JOHNSON, 1980, p. 59).

Essas metáforas cuidarão de influenciar aspectos culturais que estarão diretamente relacionados a essas características físicas que nos definem e as quais experienciamos. É assim que podemos tomar mais por melhor, menos por pior, maior por melhor, menor por pior, para cima por melhor, para baixo por ruim. Os sentidos se dão tanto por uma motivação corpórea quanto por uma motivação cultural e temporal.

4.2.2 Domínios Cognitivos Locais

4.2.2.1 Espaços Mentais

Os espaços mentais, propostos por Fauconnier (1994), são constructos mentais ligados aos processos de referenciação e se constroem por intermédio dos introdutores de espaços mentais (ou construtores de espaços mentais: *space builders* – aproximando-se mais da acepção de Fauconnier, 1994). Tais espaços representam uma das complexas operações mentais lingüístico-cognitivas instanciadoras da expressão comunicativa. No entanto, tais expressões são apenas o que se tem de mais visivelmente apresentável em relação ao conjunto dos processos envolvidos na atividade de linguagem.

Acham-se variados processos movidos por capacidades cognitivas humanas que subjazem às expressões visíveis, instrumentos de expressão do significado. Assim, o significado é uma parte da cognição humana. E mais: de acordo com Fauconnier (1994), a linguagem não portaria o sentido, mas o guiaria (FAUCONNIER, 1994; SALOMÃO, 1997).

Para que os domínios sejam mapeados, é necessário que eles sejam conectados, sob esse aspecto é que Fauconnier (1994, 2000) postula o Princípio de Acesso, em que uma descrição de **a** pode identificar a sua contraparte **b**. Para tanto, é necessária a noção de **gatilho**, inicialmente desenvolvido como uma noção pragmática, em que as palavras acessam os significados conectando domínios. Reza o Princípio de Acesso, postulado em Fauconnier (1994, 1997), que, se dois elementos, **a** e **b**, estão ligados por um conector, representativamente estabelecido pela fórmula **$F(b = F(a))$** , então, o elemento **b** pode ser identificado pela nomeação, descrição ou apontação de sua contraparte **a**, onde **F =** são as funções tomadas a **a** e **b**, os elementos realizados pelos denominados gatilhos. E desse modo, sempre um determinado gatilho tem o objetivo de atingir um **alvo**, ou seja, as bases significativas de uma relação lingüística. Um dos exemplos mais representativos são as relações estabelecidas entre livros e autores, essa relação, antes mesmo de ter sua representatividade lingüística, tem uma razão pragmática, e é desse modo que se expressa uma sentença como (15), abaixo apresentada:

(15) *Machado de Assis fica na prateleira de cima.*

Com base nessa proposta formulaica, pode-se representar a relação pragmática estabelecida pela sentença (15) como na Figura 5, abaixo:

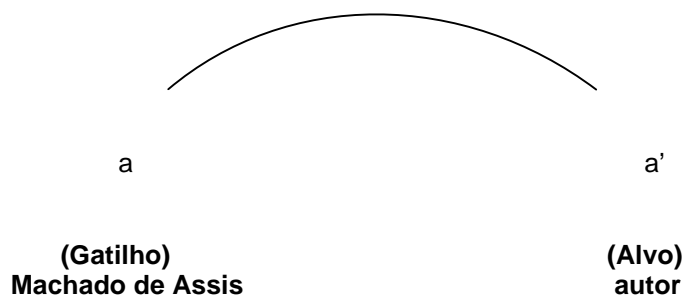


Figura 5 – Princípio de Acesso
Adaptado de Fauconnier (1994, 1997)

Conforme se observou, em termos gerais, um gatilho é qualquer item linguisticamente expresso, os ítems lingüísticos realizados são os responsáveis por construir ou introduzir o espaço mental. Fazem-se representar por sintagmas adverbiais, sintagmas preposicionais, sentenças ou mesmo expressões inteiras. Do mesmo modo, as pressuposições, tomadas à noção de gatilho, podem ser responsáveis por abrir os espaços mentais, assim, verbos factivos, clivadas, pseudo-clivadas e até mesmo as descrições definidas, são considerados acionadores pressuposicionais, podem ser introdutores de espaços mentais.

Numa sentença como:

(16) *Talvez Romeu ame Julieta*

Representado na figura 6 a seguir:

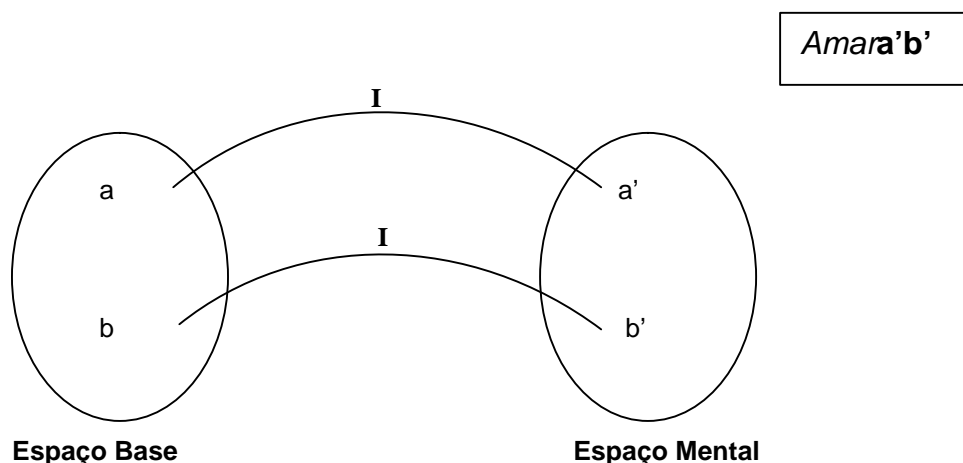


FIGURA 6 – O Espaço Mental.
Fonte: FAUCONNIER, 1997.

Onde:

- 1) As setas estabelecem as contrapartes, no caso **a'** e **b'**;
- 2) O **I** representa o conector;
- 3) Os boxes representam a estrutura interna.

Certas expressões, além de terem a função de fazer surgir os espaços mentais, estruturam, ainda, domínios estáveis de conhecimento, projetando a referência.

Na verdade, os espaços mentais nada mais são do que instâncias de referência, modificadas por outras referências cada vez que novos construtores de espaços apresentam-se na frase. De acordo com Chiavegatto:

Os introdutores funcionam como **elos** (links) na construção da coesão entre os vários segmentos que estruturam os discursos, entre os significados que tornam os enunciados de naturezas distintas coerentes entre si e em relação à situação comunicativa na qual foram processados. Enquanto elementos de ligação entre espaços mentais, atuam, integrando o nível das construções gramaticais (sintático e semântico) ao pragmático e, estes, ao cognitivo. A partir de sua adequada interpretação, ouvintes/leitores são conduzidos – de maneira fantasticamente econômica e natural – a moverem-se através de distintos espaços de referência (os espaços mentais), e a acessarem informações advindas de diferentes domínios cognitivos (CHIAVEGATTO, 1999, p. 5).

Os introdutores/construtores de espaço mental, ou *space builders*, apresentados por Fauconnier (1994, 1997), e acima citados por Chiavegatto (1999), podem ser

compreendidos como expressões que permitem a abertura desses espaços, dentre eles a descrição definida, expressão introdutora de pressuposição, que pode ser esquematizada como na Figura 7:

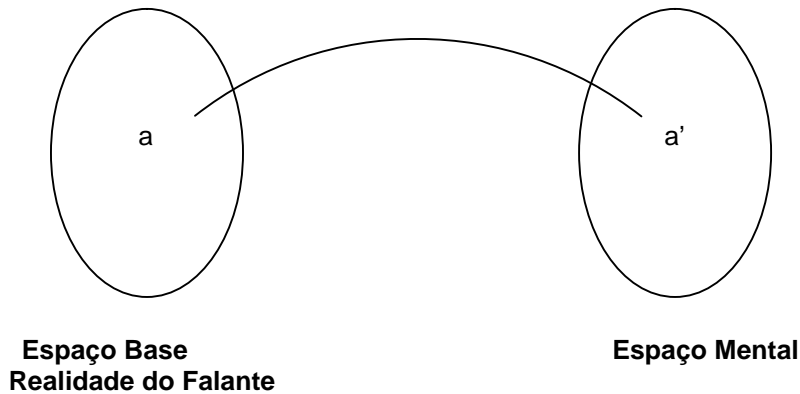


FIGURA 7 - Projeção em Espaços Mentais
EB – a - perspectiva do sujeito discursivo
EM – a' - a projeção

A célebre frase russelliana, já exemplificada, tratada em termos de espaços mentais, fica assim disposta:

(6) O rei da França é sábio.

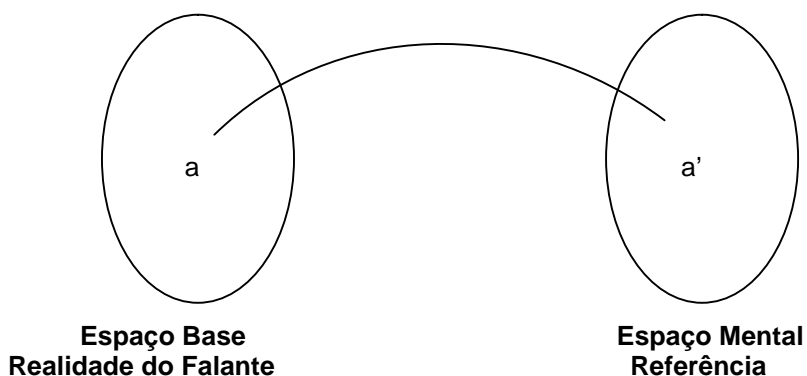


FIGURA 8 – Projeção da referência
EB – O rei da França é calvo (perspectiva do sujeito discursivo)
EM – o rei = Referência
Gatilho – A descrição definida *O rei da França*

Isso conduz à crença de que a pressuposição funciona por mapeamento cognitivo, em que a descrição definida abre um espaço mental de referência, esse funcionamento se dá conforme uma correspondência entre dois conjuntos e, a cada elemento do primeiro, corresponde uma contraparte do segundo. Assim, na

concepção cognitivista, os espaços mentais podem explicar a intrincada relação estabelecida entre referência e pressuposição e como essa relação constrói, pragmaticamente, as relações discursivas.

4.3 O TRATAMENTO COGNITIVISTA DA PRESSUPOSIÇÃO – UMA TERCEIRA VIA ÀS VICISSITUDES DA PERSPECTIVA FORMALISTA

Marmaridou (2000), analisando uma frase tal como: se Maria conseguir este trabalho, seu salário será bom, diz que há aqui uma pressuposição de caráter existencial, surgida a partir da expressão **seu salário**, expressão esta que não se relaciona às condições de verdade da sentença em questão, mas que se refere a uma dada realidade; quem tem um trabalho tem um salário, reconhecimento que se liga ao aspecto pragmático da frase, pois é inferido a partir de conhecimentos partilhados entre os utentes de língua. Por esse raciocínio, Marmaridou (2000) argumenta: “Nesse ponto um problema emerge, visto que se há dois tipos de pressuposição, semântica e pragmática, depende de como elas surgem, ou se todas as pressuposições podem ser analisadas tanto semanticamente quanto pragmaticamente” (MARMARIDOU, 2000, p. 123).³⁹ Sustenta, diante disso, que nos anos setenta, a decisiva influência de dados pragmáticos interferindo nos dados lingüísticos, como o conhecimento partilhado, por exemplo, foi parcialmente resolvida em favor da pragmática como forma de tratamento das ocorrências da pressuposição, o que gerou muitas críticas, uma vez que o fenômeno demonstrou apresentar qualidades de hibridismo, não devendo, por isso, receber tratamento diferenciado dentro da semântica ou da pragmática. Marmaridou (2000) encerra seu raciocínio dizendo que esse motivo – o de não se achar um enfoque lingüístico adequado ao tratamento do fenômeno – foi, provavelmente, o que fez com que se abandonasse, desde então, e por muito tempo, um estudo compreendendo uma sistematização da pressuposição lingüística.

Não se vislumbraram, desde então, muitas alternativas para trabalhar as imensas dificuldades de descrição que permeiam a pressuposição. Duas grandes bases

³⁹ “At this point a problem emerges as to whether there are two kinds of presupposition, semantic and pragmatic ones, depending on the ways they arise, or whether all presuppositions can be analysed semantically or pragmatically” (MARMARIDOU, 2000, p. 123).

formavam-se com diferenças quase irreconciliáveis: um estudo da pressuposição numa linha eminentemente referencialista/verificacionista e outro cuja linha acompanhava os avanços da pragmática, com incontestáveis ganhos para os estudos não só da pressuposição como também de outros aspectos pragmáticos, tais como, por exemplo, o princípio da cooperação de Grice (GRICE, 1982). Segundo Marmaridou (2000) ambas as vertentes têm suas limitações: enquanto as explicações semânticas não têm sido suficientes na abrangência de certos dados, que dizem respeito inclusive aos dados lingüísticos, as explicações pragmáticas têm sido radicais ao reduzir o tratamento das pressuposições aos atos de fala e às implicaturas.

Marmaridou (2000) em *Pragmatic meaning and cognition*, em capítulo denominado Sobre a Pressuposição (*On presupposition*) discute a pressuposição do ponto de vista da Filosofia, da Lingüística e do enquadre Cognitivista, propondo trabalhar o fenômeno do ponto de vista dos Modelos Cognitivos Idealizados.

Expõe que a pressuposição é ponto de pauta nos estudos tanto da filosofia quanto da lingüística. O principal objetivo da autora é seguir as vicissitudes que ocorrem tanto à vertente pragmática quanto à vertente semântica e defender que é possível trabalhar a pressuposição desde um ponto de vista cognitivo em direção a uma proposta de tratamento unificado. Em outras palavras, pode-se dar um tratamento em que não se faça distinção entre o semântico e o pragmático, mas que se os veja como faces de uma só moeda, como constitutivos do processo de linguagem.

Com base nos postulados cognitivistas, defende que é possível uma terceira via de tratamento para a pressuposição, o tratamento unificado, postulando não haver essa divisão como querem os estudos formais entre o que é eminentemente semântico e o que é eminentemente pragmático, como dois modos estanques ou inter-complementares de abordagem. Um exemplo retirado da Marmaridou (2000), aqui expresso, retrata bem que a abordagem semântica prende-se irrevogavelmente aos dados lingüísticos e suas conotações, desenvolvendo-se apenas em relação à estrutura lexical dos gatilhos:

(17) *Maria acusou Harry por escrever uma carta obscena para sua mãe.*

(18) *Maria criticou Harry por escrever uma carta obscena para sua mãe.*

(19) Harry escreveu uma carta obscena para mãe de Maria.

Segundo a autora, esses pressupostos estão firmemente assentados nos dados semânticos, acionados por dois verbos, *acusar* e *criticar*; é o sentido dos verbos em questão que vai gerar o pressuposto (19). Com isso, (18) pressupõe (19), mas não (17), porque em (17) pressupõe-se que Harry tenha feito algo censurável, na verdade uma disposição semântica de *acusar*, inscrita no MCI do verbo; uma acusação não é uma certeza, mas quando se critica, tem-se por certo que alguém tenha feito algo digno de censura. Sob o ponto de vista semântico, o compromisso básico é uma análise focada nos objetos lingüísticos, tais como palavras e orações, ou seja, a análise semântica, anteriormente proposta, terá suas fronteiras delimitadas única e exclusivamente na capacidade que a língua possui em garantir significados, a partir de sua exclusiva particularidade, a própria língua.

Em contrapartida, uma série de comportamentos que não tem relação somente com a estrutura lingüística, mas que tem relação com os componentes pragmáticos, ou ainda com conhecimentos compartilhados, levam a uma gama de reações, dentre elas, a que mais assombra e persegue os analistas: a anulação do pressuposto em face de alguns contextos, confira-se os exemplos a seguir, engendrados em Marmaridou (2000):

(20) Maria casou antes de ser promovida.

(21) Maria foi promovida após abandonar o emprego.

(22) Maria recebeu uma promoção.

Segundo Marmaridou (2000), (22) é pressuposto de (20), mas não é pressuposto de (21) porque é parte do nosso conhecimento compartilhado que companhias não dão promoções a pessoas que, de um modo ou de outro, não se encontram mais em seus quadros. Do mesmo modo, observe-se o exemplo abaixo:

(23) Virgínia Beatriz não se arrepende de ter votado em FHC, porque de fato não votou nele.

A primeira oração pressupõe: Virgínia Beatriz votou em FHC, entretanto é prontamente anulada no contexto da segunda. Marmaridou (2000), assim como outros pragmaticista, como Levinson (1983), por exemplo, observaram que esse comportamento do fenômeno tem a propriedade de anulabilidade, geralmente, num contexto oracional.

Numa abordagem pragmática, propõe que, devido a um hiato no valor de verdade, estude-se a pressuposição sob o ponto de vista da razão prática e da teoria dos atos de fala (KURODA, 1979 apud MARMARIDOU, 2000). Assim, a pressuposição será abordada em termos de condições de uso apropriado das sentenças. As considerações entrarão pela via das condições de felicidade e pelos valores jurídicos na análise da assertiva, bem como pelo papel do falante e suas intenções, ao realizar uma asserção, e também pelo *status* do material pressuposto nas crenças dos interlocutores. O que recupera os primeiros assentamentos filosóficos da pragmática.

Ainda numa concepção pragmática, a autora defende que também a negação⁴⁰ pode trazer problemas para a pressuposição: ou se admite que o operador de negativa é ambíguo ou se admitem dois tipos de escopos (ver p. 28 desta dissertação). Dentro de uma perspectiva filosófica, avalia o postulado da constância da pressuposição sob o efeito da negação, que tem sua eficácia, mas não se aplica em alguns casos, tais como aqueles que apresentam discrepância entre o que vem lingüisticamente afirmado e o que se encontra negado por ocasião do encadeamento.

Como anteriormente abordado, e seguindo o direcionamento proposto pela autora, a negação, em muitas instâncias de análises, é uma espécie de calcanhar de Aquiles, e sua principal problemática está nas disjunções presentes no valor de verdade, com vistas às relações semânticas, ao aparato lógico e às questões contextuais. Com isso, ou postula-se um operador de negação ambíguo ou a não utilização da negação como teste. Marmaridou (2000) revela que Burton-Roberts (1989a), autor que estuda a pressuposição desde um ponto de vista semântico, propõe um

⁴⁰ No que tange à vertente formalista, a negação é amplamente pleiteada e usada como teste na corrente semântica, mas esse procedimento é bastante criticado pela vertente pragmática.

operador de negação ambíguo e uma definição de verdade tópico-centrada. Nesse raciocínio o que vem pressuposto o é somente quando resiste à negação, tornando a pressuposição um tipo de acarretamento forte, como já o defende Ilari e Geraldi (2004) em nossas plagas.

O problema do teste de negação na abordagem da Pressuposição Pragmática é mais complexo ainda, pois a negação pode não manter a pressuposição, além de emperrar novamente na incidência da negação, em que não cabem, para essa vertente, dois operadores homófonos, isto é, não se pode ter um operador de negação que, ao mesmo tempo, mantenha e anule o pressuposto. A célebre frase de Russell (1905 [1989]) exemplifica a questão, para que se nos dê entendimento, tendo em vista que gerou o raciocínio firmado na abrangência da negação (Ver página p. 30 desta dissertação). Essa dissonância se dá também em conflito direto com dois postulados pragmáticos as condições de felicidade e as implicaturas, que, dentre outros efeitos semânticos, podem exigir do falante o conhecimento partilhado de mundo, conforme já observado anteriormente (Ver a seção 2.2.1.2 desta dissertação).

A pressuposição é um fenômeno complexo e o ponto de acirrados debates entre as vertentes formais da semântica e da pragmática. Marmaridou (2000), tomando a voz a Fillmore (1985), reconhece que a pressuposição necessita de ser cuidadosamente definida para identificar algo reconhecível (na verdade, regular, previsível), em outras palavras, a pressuposição passou a ser um fenômeno não-tangível, com características de não-previsibilidade. Isso cria uma séria dificuldade de descrição e sistematização, e, não conseguir ser plausível ou mesmo previsível, pode tirar a credibilidade de qualquer teoria.

Marmaridou (2000) defende que

[...] visto que as proposições pressupostas são disponibilizadas como partes da informação que são manipuladas de modos particulares no conhecimento das intenções do discurso, parece razoável investigar esse fenômeno de uma perspectiva cognitiva (MARMARIDOU, 2000. p. 142).⁴¹

⁴¹ “[...] and given that presupposed propositions are available to interlocutors as chunks of information that are handled in particular ways in the unfolding of discourse, it seems reasonable to investigate this phenomenon from a cognitive perspective” (MARMARIDOU, 2000, p. 142).

Nessa perspectiva a autora pretende trabalhar em termos da distinção figura/fundo e na hipótese de que a pressuposição dispara Modelos Cognitivos Idealizados e abre os espaços mentais.

Fillmore (1977b) apud Marmaridou (2000), em seu modelo de semântica lexical, afirma que o conhecimento de qualquer forma lingüística está disponível para nós em conexão direta com alguma cena ou situação particularmente significativa. Assim, as pessoas associam as cenas experienciais a enquadres lingüísticos particulares, os denominados *frames*, que remetam àquelas cenas, ou seja, aos modelos cognitivos. No caso da teoria cognitivista, os MCIs, associados às expressões lingüísticas, formam o gatilho, um disparador de pressuposições, a partir de elementos responsáveis pelo acesso aos espaços mentais. No entanto, o que dispara um ou outro significado não será somente a expressão *per se*, mas o enquadre, ou melhor, o MCI. Essas postulações de Fillmore (1977b) dão suporte à semântica-de-cenas-e-enquadres e à compreensão dos MCIs na teoria cognitivista.

A primeira hipótese tem conseqüências para a negação, que pode ser solucionada pela noção de *frame* e resolvida em termos de uma escala de gradação que pode informar ao interlocutor a aplicabilidade ou não de um *frame* em termos de uma característica ou descrição, tendo em vista o enquadre proposto. Marmaridou (2000) propõe que a negação realiza o contraste entre os frames e dentro dos frames, nos exemplos que se seguem, lançados pela autora:

(24) *Maria não é pão-dura. Ela é realmente generosa.*

(25) *Maria não é pão-dura. Ela é realmente econômica.*

Dois Modelos Cognitivos Idealizados estão em segundo plano neste caso, disparados por pão-dura, generosa e econômica:

(26) *Gastar muito pouco dinheiro é bom.*

(27) *Gastar muito pouco dinheiro não é bom.*

Pode-se tanto aceitar quanto rejeitar a aplicabilidade de um MCI, assim em (25) (pão-dura/econômica) rejeita-se a aplicabilidade do MCI (27), em que só pão-dura se

sustenta, (gastar muito pouco dinheiro não é bom), já em (24) rejeita-se um estado de relações referentes ao MCI (27) (pão-dura/econômica). Note-se que ser econômico ou ser generoso é socialmente desejável; mas ser pão-duro ou então ser perdulário são comportamentos socialmente condenáveis, especialmente pelo nosso legado cultural cristão, que coloca a avareza e a luxúria como pecados capitais⁴².

Marmaridou (2000), juntando-se ao coro de autores, afirma que a pressuposição recobre uma variedade de expressões lingüísticas e é responsável por efeitos comunicativos expressivos e pelo estabelecimento de padrões interacionais, que ditam, inclusive, as relações de poder entre os interlocutores. A análise de pressuposição proposta nesse enquadre tem duas conseqüências: (a) apontar a falha da pressuposição em contextos negativos, visto que a negação pode ser entre-enquadres, metalingüística ou rejeição do MCI, onde sua função é expor algum tipo de desacordo entre os locutores, baseado antes no que está pressuposto do que no que vem assertado (posto); (b) configurar a relação figura e fundo, visto que essa relação se rompe, com projeção do fundo sobre a figura, todo o MCI pode ser rejeitado, tornando impróprio para o uso o que vem lingüisticamente assertado.

Defende, assim, que, nem o pragmático sozinho, nem o semântico sozinho, vêm explicar a pressuposição de forma satisfatória, tarefa que caberá ao sócio-cognitivismo. Assim

A proposta de abordagem da análise experiencial do fenômeno pragmático busca prover um enquadre no qual nossa experiência da e através da linguagem pode ser explicada tanto pela construção social do discurso, quanto pelos modos nos quais ele é internalizado (MARMARIDOU, 2000, p. 149).⁴³

Em seu percurso de estudos, Marmaridou (2000) descreve a pressuposição do ponto de vista clássico, apontando as falhas desse direcionamento; estuda o enquadre semântico e as anomalias que se formam quando do desvinculamento do contexto; estuda o enquadre pragmático e o problema da falha das pressuposições em contextos específicos, e, finalmente, fazendo coro com Fauconnier (1994, 1997)

⁴² Para maiores esclarecimentos, confira também Lakoff (1987) p. 131-134.

⁴³ The proposed experiential approach to the analysis of pragmatic phenomena seeks to provide a framework in which our experience of an through language may explain both the social construction of discourse an the ways in which this is internalized" (MARMARIDOU, 2000, p. 149).

propõe um tratamento unificado do fenômeno pressuposicional. Para tanto defende que ele seja tratado do ponto de vista do realismo experiencial, ancorado na teoria dos Modelos Cognitivos Idealizados e observados a partir das relações figura-fundo da Gestalt.

Na abordagem cognitiva o escopo da negação encontra-se na aplicabilidade ou não dos *frames* de referência, está fundamentada antes na noção de assertabilidade do que na noção de factualidade (um estado de relações ou um estado de mente). Não se negam os fatos em si, mas as possibilidades de asserção, ou não de enunciações em determinadas situações, no sentido particular de *poder* negar e afirmar.

O raciocínio a que se prende essa dissertação está na face oposta da negação, no que tange ao enquadre, assentado via MCI. Se a negação compreende o modo pelo qual dada situação deve ou não ser enquadrada, a asserção estabelece de vez, se não for negada no fluxo do discurso, a forma como uma determinada situação deve ser compreendida, por meio dos frames ativados.

4.4 UM PERCURSO, UMA TEORIA – POR UMA ABORDAGEM COGNITIVISTA DA PRESSUPOSIÇÃO

Observa-se que a pressuposição, basicamente, percorre a filosofia e perpassa a lingüística. Do ponto de vista filosófico, conforme visto, o estudo do fenômeno foi desenvolvido com base na verificabilidade, na referência e nos atos de fala, isso o coloca num patamar de prestígio no que tange ao engendramento dos sentidos. Desde então se descobre que a língua cria e guia realidades, em especial, que existem graus de explicitudes do discurso e que os sentidos transitam entre o lingüístico e o contextual.

Com o advento dos estudos lingüísticos da pressuposição, abarca-se muito amplamente o fenômeno, pois se descobre que a ele estão estreitamente relacionadas outras inferências, tais como, implicatura e acarretamento, por exemplo, observa-se que determinadas expressões podem fazer surgir pressuposições e se descobre, também, propriedades problemáticas, tais como, a

projeção e a anulabilidade, problemas não percebidos na filosofia. Por meio desses estudos, observa-se, também, que o fenômeno pressuposicional além de ter características marcadamente lingüísticas, possui forte componente contextual, o que leva os teóricos a discutirem se a pressuposição é um fenômeno essencialmente semântico ou particularmente pragmático, ou, ainda, interessantemente semântico-pragmático, devido a essas duas naturezas. Embora o avanço, a pressuposição, circunscrita aos estudos lingüísticos, continua inscrita no modo formalista de compreender a linguagem, os sentidos estão invariavelmente ligados à forma lingüística ou às pressões que o uso e o contexto exercem sobre ela.

Entretanto, com o surgimento da Lingüística Cognitiva, emerge um paradigma filosófico diferenciado, o realismo experiencial, que em termos lingüísticos significa transcender o meramente formal, propiciando a defesa de uma terceira via de acesso aos estudos pressuposicionais. Neste paradigma, os elementos semiológicos da linguagem não portariam em si mesmos o sentido, mas deles se podem inferir os processamentos mentais que se encontram imbricados para engendrar esse mesmo sentido. Nessa perspectiva, a língua é uma importante parte do aparato cognitivo geral que mobiliza nossa atuação no mundo. Pode-se a partir de então encarar e analisar os dados lingüísticos sob outro prisma e concordar que esses postulados teóricos dão suporte para uma teoria unificada da pressuposição, conforme apresenta Fauconnier (1994, 1997). O que dá margem para levantar e comprovar uma hipótese cognitiva para o fenômeno pressuposicional, encarado também como processo mental, tanto quanto outros tipos de ocorrências semânticas.

Assim, pretende-se, com a análise que se seguirá, contrastar as abordagens filosófica, formalista e cognitiva, assinalando a defesa de uma abordagem cognitivista do fenômeno pressuposicional, que se pretende abrangente: (a) pela integração de aspectos lingüísticos, contextuais e discursivos; e (b) por realocar a discussão verificacionista e referencialista e a discussão formalista por aspectos

semânticos ou pragmáticos, superando-as e avançando-as⁴⁴ sob determinados aspectos.

⁴⁴ É preciso esclarecer neste ponto que os ganhos arrolados pelo formalismo não são desprezados pelos estudos cognitivistas, porém, devido à mudança de paradigma filosófico, alguns modos de compreensão tornaram-se diferenciados e, sob determinados aspectos, foram superados e houve avanços em algumas questões amplamente debatidas, tais como a verdade e a referência, por exemplo, conforme desenvolvidas nesta dissertação.

5 ANÁLISE CONTRASTIVA - MÉTODOS E APLICAÇÕES

Conforme anteriormente abordado, o conceito de pressuposição funda-se na filosofia da linguagem, embora projete um maior desenvolvimento no espaço da lingüística, tendo alcançado, nos limites da mesma, importância incontestável para o estudo dos sentidos. Na filosofia, o fenômeno teve uma abordagem formalista preconizando a referência e a verificabilidade. Na lingüística, por sua vez, tem-se, por um lado, abordagens que podem pender ora para a semântica ora para a pragmática, com o diferencial alcançado pelos estudos de Ducrot (1977, 1981, 1987), que recorre tanto aos postulados estruturalistas, para os dados lingüísticos (sintáticos e semânticos), quanto a postulados pragmáticos; por outro, tem-se a emergência da proposta de um tratamento unificado, numa abordagem tomada ao realismo experiencial, que deixa entrever nos processamentos cognitivos amplitude e abrangência de tratamento da ocorrência lingüística.

O realismo experiencial, perspectiva cognitivista que preconiza uma participação tanto de atos sociais quanto de atos cognitivos na formação dos sentidos lingüísticos, busca demonstrar a integração tanto de aspectos semânticos quanto de aspectos pragmáticos na formação desses mesmos sentidos, este é o fulcro do tratamento unificado da pressuposição, desvendar de que modos se processam os sentidos (FAUCONNIER, 1994; MARMARIDOU, 2000), desta feita o sentido é uma construção sócio-comunicativa. Nessa abordagem, os gatilhos, ou acionadores, conforme descrito também pelo pragmaticista Levinson (1983), podem fazer com que o que esteja pressuposto ative os MCIs e projete a referência em termos dos espaços mentais.

A peça propagandística escolhida, abaixo representada na figura 8, é constituída de uma descrição definida com a presença do artigo e de dois determinantes, o intensificador e o especificador. Será trabalhada em termos formalistas e cognitivistas, num exercício de análise, conforme já antecipado, tendo em vista os postulados aqui elencados.



FIGURA 9 - Propaganda da 58ª Reunião Anual da SBPC.
Fonte: Ciência Hoje, 2006.

5.1 A PERSPECTIVA FORMALISTA

5.1.1 A Lógica Formal

Tome-se à propaganda o texto principal, aquele que, de fato, interessa: **Participe do maior evento científico da América Latina**. Para submeter tal proposição imperativa a um tratamento que identifique e confirme a existência dos implícitos reconhecidos como pressuposições, serão aplicados, em primeiro lugar, os tradicionais testes lógicos⁴⁵, inicialmente propostos em Frege (1892), o teste de negação⁴⁶ e o teste de interrogação. Tais testes têm por finalidade demonstrar que a pressuposição resistirá em face das modalidades aplicadas, subsistindo aos testes

⁴⁵ Para Cançado (2005) a pressuposição envolve uma família de implicações tendo em vista a oração acabada: a declarativa, a negativa, a interrogativa e a condicional antecedente, afirmando que Frege (1892 [1978]) sustentou esse raciocínio. Não obstante, Koch (1984) revela que o referido teórico utilizou apenas dois critérios: o da negação e o da interrogação. A posição tomada neste trabalho em face da resenha de Frege (1892 [1978]) entra em concordância com Koch (1984).

⁴⁶ É interessante dizer que o teste de negação pode ser feito tanto por intermédio do advérbio *não*, como pela paráfrase *É falso que*. No caso dessa peça publicitária aplicar-se-á a declarativa negativa, ou seja, *não*

como elemento lingüístico. Então, a partir da assertiva, agora tomada à peça propagandística:

(28) Participe do maior evento científico da América Latina.

Aplicando-se os testes lógicos:

(a) Não participe do maior evento científico da América Latina. (teste de negação)

(b) (Teste de interrogação: não se aplica ao caso do imperativo).

Para esse caso, por causa da presença do imperativo, consegue-se aplicar somente o teste de negação, não se aplica ao caso particular do modo imperativo o modo oracional interrogativo. Como o afirmou Souza (2000), a negação ainda pode ser considerada uma das vias para se aferir logicamente e lingüisticamente os pressupostos, em especial pelas falhas de aplicação de outros testes propostos, em muitos âmbitos. Verificam-se então os seguintes pressupostos:

(pp1) - Pode-se participar de eventos científicos de todo porte na América Latina.

(pp2) - Participar da SBPC é participar do mais importante dos eventos da América Latina.

(pp3) - Pode até haver outros eventos maiores na América Latina, mas não científicos.

Assim, diante da negação, observa-se que os três pressupostos, (pp1), (pp2) e (pp3) se mantêm, ou, na linguagem da semântica lógica, resistem. Significa dizer que de (28) inferem-se (pp1), (pp2) e (pp3).

Em face da aplicação do teste de negação e da resistência de determinados conteúdos, expressos em (pp1), (pp2) e (pp3), podem-se considerá-los conteúdos semânticos de (28). Com isso encontra-se pressuposta a referência – SBPC, tomando-se por assente a verdade desse acontecimento, do evento, ou seja, a sua existência. É necessário lembrar que a manutenção dos pressupostos apenas se dá se houver, no sentido de Frege (1892 [1978]), as condições de verdade, por extensão, as condições de emprego da oração, isto é, apenas se mantêm diante dos

princípios de vericondicionalidade, estes atrelados à referência. O pressuposto de existência, tratado por Frege (1892 [1978]), postula as condições de verdade⁴⁷ diante da manutenção do sentido inicial, da pressuposta existência de um evento denominado SBPC, e da possibilidade também de existência factual do referido evento. Aplica-se para tanto uma lógica de dois valores, com vistas ao emprego do enunciado, em que se infere, nesse caso, a manutenção do pressuposto, em face da verdade e da falsidade do mesmo e espera-se poder empregar seriamente a sentença, num sentido filosófico.

Desse modo, a expressão **maior evento científico** deve designar uma referência no mundo, que, se for tomada por verdade, e a princípio, deverá realizar a descrição do evento, no que tange à existência e no que tange ao sentido. Por isso, para que o emprego de tal enunciado seja considerado sério (nesse caso, no sentido fregeano), é necessário que haja eventos, de fato, na América Latina, o que faria com que o referente estivesse expresso na realidade. Assim, com base na referência - **o evento 58ª SBPC** - sustenta-se o valor de verdade e a condição de verdade, para que sejam mantidos os pressupostos e para que a proposição seja realmente enunciada de modo incontestado. Assim, **o maior evento científico**, conforme se observa na peça publicitária acima, trata-se da descrição da reunião anual da SBPC, a referência do que se encontra pressuposto, por hora com o *status* de coisa designada. Fato que deverá ser tomado por verdade para a descrição do evento.

Abordando-se, ainda, as questões relacionadas à verificabilidade e à referência, o artigo o, parte integrante de expressões consideradas inicialmente por Russell (1905 [1989]) como descrição definida (RUSSELL, 1905 [1989]; STRAWSON, 1950 [1975]), presente na expressão analisada, conduz à inferência de um pressuposto particularizado, ou seja, infere-se, já num momento inicial, que se trata de um evento em particular, em especial. Também os determinantes **maior** e **científico** fazem parte desse caráter restritivo do componente designativo, presente na asserção, que o torna individualizado e específico. Pressupõem-se, então, além da existência, realizada em face da referência, a unicidade e a particularização, visto que não se trata de mais **um** evento e nem de **qualquer outro** evento e sim daquele evento

⁴⁷ Ver página 21 desta dissertação.

específico. Embora os outros tenham sua existência evocada, a existência de um evento em particular está expressa, que se constitui **no maior evento**, que se constitui num **evento científico** e, ainda, que se constitui **no maior evento científico**. Para os objetivos perseguidos pela peça publicitária, é a descrição que resume adequadamente o que seja a SBPC.

Apesar de se usar o critério descritivo proposto em Russell (1905), ao qual Strawson (1950) denominou Teoria das Descrições, expressa por **o-assim-e-assim**, e hoje conhecida como Teoria das Descrições Definidas. Do ponto de vista russelliano, a análise é malograda, visto que a referência não está investida de uma forma gramatical de sujeito, limitação, por sinal, criticada por Strawson (1950 [1975]) e que pode ser aqui estendida. Desse modo, considera-se **o maior evento científico** o pressuposto do enunciado da propaganda, pois fica patente que mesmo não ocupando a posição de sujeito lógico o pressuposto de existência está assente, muito mais pela estrutura da expressão do que pela sua posição gramatical.

5.1.2 A Filosofia Analítica

Ainda é possível esmiuçar e apontar o pressuposto, sob o ponto de vista da filosofia, com uma perspectiva diferenciada, inclusive em termos **do que** se está pressuposto, ao se tomar o direcionamento austiniano, eminentemente pragmático. Basicamente, o que diferencia a Lógica Formal da Filosofia Analítica, da qual faz parte Austin (1962 [1990]), é que enquanto a primeira trabalha em termos das condições de verdade, tendo em vista a realidade, a segunda, trabalha em termos de condições de felicidade, e eleva a proposição, quando de seu uso, a estatuto de ato e a um realizar com a linguagem. Assim, a avaliação do pressuposto será realizada não mais sob o aspecto verdade/falsidade, visto que sob essa perspectiva especialmente o uso da sentença também será privilegiado. Sob esse aspecto, ao proferir determinados enunciados, na verdade praticamos uma ação com o seu proferimento (AUSTIN, 1962 [1990]). Nessa direção, duas concepções encontram-se assinaladas: (a) a fala enquanto ato, bem como (b) as condições de felicidade, para satisfazer o seu emprego normal, em filosofia austiniana, a realização do ato expresso.

Assim, ao proferir (28), é mister abordar dois pontos: o estatuto ilocucional dessa proposição, ao ser proferida enquanto ato, e as condições de felicidade, condições para que o referido ato se faça, de fato, valer. No que tange ao ato ilocucional, do ponto de vista de Austin (1962[1990]), estão pressupostos no texto em foco: o ato de convidar/ordenar (presença do imperativo), e o ato de informar (que se desdobra do primeiro); nessa perspectiva o ato de convidar e o de informar compõem o conjunto de pressuposições exaradas pelo texto propagandístico em foco. Tendo em vista esses pressupostos presentes na sentença, o que está subjazendo ao proferimento é, em primeira instância, o convite com estatuto de ordem, e esse pressuposto é o que fundamenta significativamente a sentença. O ato ilocucional de convidar/impôr é que fará suscitar as reações nos interlocutores que, em face desse pressuposto inicial, podem aceitar o convite ou declinar dele. Por meio desse primeiro ato, o de convidar, é que se infere também um segundo ato, o de informar. Ao mesmo tempo em que se convida, informa-se, toma-se por assente, que determinado acontecimento (o evento em questão) está por vir. Ambos os pressupostos acham-se imbricados: o primeiro desencadeia o segundo, que não sobrevive sem o primeiro.

Assim, quando se expressa **Participe do maior evento científico da América Latina**, coloca-se que para o sucesso desse ato especificamente deve haver uma série de elementos que o faça lograr bem: aquele que convida deve ter, de fato, autoridade para tal, deve haver, de fato, um evento programado com data e local específicos e o interlocutor deve proferi-lo com a intenção de levar a bom termo o convite. Significa dizer que existem elementos outros que, à parte do que vem lingüísticamente exposto, sustentam a felicidade de tal ato, interferindo para o sentido efetivo da sentença e, por conseguinte, conduzindo à sustentação do pressuposto. Do ponto de vista das condições de felicidade e da manutenção dos pressupostos, observa-se que as propagandas têm um estatuto social constituído para estabelecer determinados atos, tais como, o de convencer, o de comparar, o de convidar, o de informar, dentre outros, com amplas possibilidades de emprego. Pode-se, a despeito disso, aceitar o convite ou decliná-lo, no entanto, malgrado a reação do interlocutor, as condições de emprego estarão garantidas, se cumpridas as exigências necessárias para a felicidade do ato. Em outras palavras, uma publicidade, qualquer que seja ela, tem a possibilidade de produzir atos de fala.

5.1.3 A Semântica Argumentativa de Ducrot

Se do ponto de vista da lógica, o emprego normal de um enunciado estava pautado em determinadas condições para o seu emprego lógico, e, sob a perspectiva da filosofia analítica, sustentava-se ainda por essas condições de emprego, sob um direcionamento embrionariamente pragmático (KOCH, 1984); do ponto de vista lingüístico, tomado a Ducrot (1977, 1981, 1987), a pressuposição terá um tratamento que utilizará o método que privilegia a estrutura, no que concerne à depreensão dos elementos e às relações opositivas (sintáticas e semânticas) que possa engendrar, não enfatizará, portanto, um tratamento verificacionista e referencial. Desse modo, as inferências serão analisadas da mesma forma que os elementos presentes na estrutura da língua, engendrando desde distinções discretas entre os elementos (caso do posto e do pressuposto) até oposições (caso do pressuposto e do subentendido, a qual Ducrot (1977) opõe como duas formas de implícitos, e para este trabalho importa o primeiro com vistas à análise). A pressuposição será tratada como elemento semântico, na verdade terá estatuto lingüístico e pragmático, dentro de um modelo estruturalista, mas que se quer também semântico-argumentativo. Destaque-se novamente o enunciado e depreenda-se dele, à moda de Ducrot, posto e pressuposto:

(28) Participe do maior evento científico da América Latina.

(28)(a) pp - Acontecem eventos científicos menores na América Latina.

(28)(b)p - Acontecerá o maior evento científico da América Latina

O pressuposto emoldura o quadro discursivo de modo tal que estabelece e regula o debate, mantendo tanto a continuidade de sentidos, quanto a continuidade discursiva, se esse quadro for aceito pelo interlocutor (DUCROT, 1977). Ao seguir o fio enunciativo da sentença, para o estabelecimento do quadro discursivo, tem-se: o convite (com estatuto de ordem), a informação e o evento. Os atos, de convidar e de informar, suscitam no interlocutor uma forma de comportamento, a saber, aceitar o convite ou recusá-lo. No entanto, para a manutenção discursiva, para a continuidade do diálogo, é necessário que o pressuposto se mantenha, seja ele, na verdade, considerado particularmente um ato. Desse modo, nos moldes de Ducrot, não se

poderia, em tese, refutar o pressuposto, pois fazê-lo tem por preço a interrupção do diálogo ou a instauração da polêmica.

No caso da peça propagandística em específico, faz parte do quadro discursivo, como pressuposto, a existência de outros eventos de pequeno porte, e isso é uma estratégia de desvalorização dos outros eventos e valorização do evento em questão. Note-se que o evento não é **um dos maiores**, mas **o maior**, não particularizá-lo seria menos direto, mas, ainda assim, suspeito.

Na verdade, o enunciado engendrado está estabelecido de modo a capturar o interlocutor, colocá-lo numa situação discursiva praticamente constrangedora, num quadro discursivo com estatuto de quase imposição, pois, dependendo da forma de não aceitação do convite, isso implicará, direta ou indiretamente, estrangular o pressuposto. Para os objetivos a que se propõe a sentença, o que poderia mudar o quadro imposto seriam, provavelmente, encadeamentos de caráter impolido ou esquivo: Existem outros eventos maiores dentro da América Latina ou O evento X, na Bolívia, é muito maior que esse ou Esse não é absolutamente o maior evento dentro da América Latina. Tais respostas são desagradáveis e indicam que o quadro discursivo não foi aceito, ou melhor, que a verdade desse pressuposto foi contestada, pelo encadeamento engendrado com base no posto. Os interlocutores não estão tomando por verdade o evento em questão poder de fato ser o maior **frente a** outros eventos, ou seja, definitivamente não se aceita a desvalorização dos outros eventos. Com esse tipo de recusa do convite e a não aceitação de desvalorização dos outros eventos, de algum modo suscita-se reação contrária ao que vem pressuposto, a saber, a importância do evento dentro da América Latina, mais especificamente.

A forma menos desagradável de recusa, que manteria a continuidade discursiva, por deixar incólume o pressuposto, seria uma ponderação pessoal: Estou sem dinheiro para participar ou Tenho um compromisso nessa data e não poderei ir, ou, ainda, O meu trabalho está inscrito num evento na Bolívia, e assim por diante, o que poderia deixar uma pequena margem para uma possível insistência.

No caso do enunciado desse material publicitário, para que o quadro instaurado seja bem recebido, quaisquer repostas à sentença só podem vir do posto, transcrito em (b), e o quadro de continuidade discursiva se daria em face do **maior evento**, lingüisticamente demarcado pelo posto, porém, emoldurado pelo pressuposto, transcrito em (a). Ou seja, se houver acordo em relação à situação discursiva, fundamentada na pequenês dos outros eventos em face desse evento, argumenta-se com base em (b) e se mantém, no entanto, (a).

Há ainda duas instâncias as quais devem ser abordadas na análise: trata-se, na proposta de Ducrot (1977) do componente lingüístico e do componente retórico. O primeiro, denominado componente lingüístico, é o dado estritamente lingüístico, num sentido muito próprio, seria o dado semântico(argumentativo); e o segundo, denominado componente retórico, é o dado contextual, também num sentido muito próprio, seria o dado pragmático, ainda consequência do dado lingüístico. Eles comporiam a díade significação e sentido, relacionada aos respectivos componentes, ou seja, a significação é depreendida com base no componente lingüístico e o sentido é depreendido com base no componente retórico (DUCROT, 1977; KOCH, 1984). Assim, o componente lingüístico tem participação efetiva no que vem posto, para que então se engendre o pressuposto. Em primeira instância tal componente opera no que está posto, e daí se depreende a restrição, por meio de **maior e científico**, do evento, conduzindo as possíveis motivações para uma ida ao referido evento, o que se encontra superficialmente, na estrutura do enunciado, nas relações lingüísticas. Em segunda instância pelo que está pressuposto, visto que, se há um evento grande, significa que os outros eventos, de menor porte, também existem, mas o ponto de partida dessa inferência vem do que está lingüisticamente expresso.

Ao componente retórico, caberia o subentendido da situação de enunciação, aqui levemente abordado, a qual Ducrot (1977, 1981) oporia o pressuposto. O subentendido então seria o fato de acontecer um evento no Brasil, país do continente latino-americano, divulgado não só numa revista científica de circulação no referido país, mas também em outros países da América Latina, e o referido evento existir como o *maior evento*. Conclui-se que, dentro dessa situação discursiva: O Brasil é o país que realiza o maior evento científico da América Latina

e nenhum outro país no referido continente realiza um evento tão grande.⁴⁸ Isso valoriza o Brasil em termos de eventos científicos em relação a outros países da América Latina, pleiteando que nenhum outro país do referido continente produz um **evento**, mas não qualquer evento, mas um **evento científico**, tão grande.

Desse ponto de vista, significação e sentido estariam integrados, revelando mais uma faceta do quadro discursivo na situação enunciativa que ora se coloca. Do que está linguisticamente expresso, retira-se a significação, pressuposta, de que **Existem eventos científicos menores na América Latina** e do contexto de enunciação o sentido, subentendido, de que **o Brasil é o país que produz os maiores eventos dentro da América Latina**. Assim, coloca-se um quadro em que os eventos científicos brasileiros estão em vantagem em relação aos eventos científicos produzidos em outros países da América Latina. Essa é a verdade que o texto midiático tenta impor.

Empreendendo-se ainda uma avaliação do ponto de vista da Teoria Polifônica proposta em Ducrot (1987), seria possível dizer que se encontram duas vozes, imbricando posto e pressuposto.

(28) Participe do maior evento científico da América Latina.

(28)(a) pp - Acontecem eventos científicos na América Latina que são menores.

Enunciador 1 – informação supostamente considerada como dada.

(28)(b) p - Acontecerá um grande evento científico na América Latina.

Enunciador 2 – informação nova, não partilhada pelos interlocutores.

No posto, encontra-se a informação nova, quer seja, a informação da qual o interlocutor não tem conhecimento e a qual o enunciador que expressa a sentença deseja fornecer. No pressuposto, a informação a qual se pode remeter, aquela que se pode supor ser de amplo conhecimento, ser de domínio público, constitui-se na

⁴⁸ Ducrot (1977) chamaria isso de “cara de pau do componente retórico” o que poderia ser chamado de “forçar a barra”, no entanto, se os outros eventos produzidos na América Latina são menores, seria o caso de compreender que somente o Brasil produz eventos científicos de grande porte. O que é de fato forçar a barra, porque o Chile pode, por exemplo, produzir eventos tão grandiosos quanto os eventos brasileiros. Essa leitura é possível, ainda que pretenciosa. (DUCROT, 1977, p. 143-144)

informação tomada a outro enunciador ou outros enunciadores. Entretanto, mesmo que o que esteja pressuposto não seja de conhecimento do interlocutor, o é do falante, supondo o falante que seja de conhecimento do interlocutor. Ao final o quadro seria: Venha participar de um evento científico que irá acontecer no Brasil, este evento é o maior evento científico na América Latina, na América Latina acontecem muitos eventos, mas nenhum se equipara a SBPC, pois ela (a 58ª Reunião da SBPC) **é o maior evento**.

5.2 A PERSPECTIVA COGNITIVISTA

Conforme observado, a proposta da abordagem lingüística, circunscrita a uma perspectiva formal, dentro da semântica argumentativa ducrotiana, de base estruturalista, é a de que a língua constrói a significação e o sentido, instaurando o quadro discursivo, basicamente pelo que vem lingüisticamente expresso. Essa perspectiva assinala a primazia da forma lingüística, da imanência, mas de um ponto de vista particular assinala também a sucumbência da forma a motivações pragmáticas⁴⁹, quando introduz o componente retórico e quando toma a noção de ato de fala a Austin (1962 [1990]).

Autores como Ducrot (1977, 1981, 1987), Fauconnier (1994), Levinson (1983) e Marmaridou (2000), concordam que existem recorrências interessantes no que diz respeito à pressuposição: a pressuposição é sensível à negação; a pressuposição instaura o quadro discursivo, sendo responsável pela dinâmica de distribuição dos papéis sociais entre os utentes e, finalmente, a pressuposição surge de elementos possíveis de serem identificados, tais como, descrições definidas, verbos factivos, orações clivadas e pseudo-clivadas, verbos aspectuais e advérbios. Neste espaço, além de se aplicarem conceitos tradicionais de análise da pressuposição, será também apresentada a descrição definida, considerando-a como gatilho capaz de acionar a pressuposição, apontando no exemplo em questão, tipos específicos Modelos Cognitivos Idealizados.

⁴⁹ Ducrot (1977), diferentemente de Austin (1962 [1990]), não aceita as condições subjetivas, significa dizer que a língua instaura, praticamente *per se*, os dados lingüísticos e contextuais, engendrando uma forma particular de contexto, aos moldes ducrotianos. O caminho de uma análise lingüística é o da língua para os dados pragmáticos (contextuais e discursivos) e não o dos dados pragmáticos para a língua (situacionacionais). É mister cuidar, autores há que consideram mal assentada a noção de contexto, o que não tem impedido de se tentar defini-lo.

Retorne-se à peça publicitária, em discussão neste momento. Tem-se aí **o maior evento científico**, expressão representada por uma descrição definida e que, sendo um gatilho disparador da pressuposição, aciona tanto um pressuposto de existência (a existência do evento), quanto um MCI de como compreender uma determinada situação social – o evento –, que envolve pessoas reunidas, numa determinada data e num determinado espaço físico, no qual pessoas apresentam seus trabalhos enquanto outras ouvem as apresentações.

Num plano de fundo, sem enquadramento, tem-se o MCI de evento que pode ser assim constituído:

	MCI de evento	
	Pessoas reunidas	
	Data e local para essa reunião	
	Motivação	
	Agremiação	

FIGURA 10 – MCI de evento

Desse modo, nas experiências que temos com eventos, encontram-se estruturadas nas características de ordem básica que podem ser aplicadas a qualquer evento, o Modelo, diga-se, o protótipo da categoria. Isso é da ordem do cultural, e pode ser estabelecido também na ordem do lingüístico. Nesse caso, enquanto as suposições de *background*, em segundo plano, realizam a referência (o próprio evento), no primeiro plano, as suposições de *foreground*, enquadram a categoria, delimitando o tipo de evento e as diferenças no enquadre de tal acontecimento com vistas à perspectiva do falante.

Assim, nas suposições de figura, o MCI é especificado ((re)enquadrado):

	MCI de evento científico	
	Pessoas reunidas	
	Data e local	
	Apresentação de trabalhos científicos	
	A comunidade acadêmica daquele local	

FIGURA 11 – MCI de evento científico

Enquadrando-se, têm-se pessoas reunidas, em determinada data e em determinado local, do tipo científico, que prevê circulação de idéias e de saberes específicos socialmente valorizados. No entanto, a especificação do Modelo só pode ser compreendida pelas experiências que nós, seres humanos, temos com os vários tipos e tamanhos de eventos ao longo da vida; enquadramos fatos, situações, acontecimentos, porque a experiência corporal e cultural no meio em que estamos inseridos propicia isso. Note-se que o Modelo não se transforma em outro Modelo, mas pode-se determiná-lo e (re)enquadrá-lo. Se se pensar, por exemplo, na categoria jogo, proposta em Wittgenstein (1958 [2005]), e exemplificar com jogo de futebol, jogo de basquete, jogo de amarelinha e jogo de paciência, todos, aqui exemplificados são jogos, não deixarão de ser jogos, entretanto só se consegue diferenciá-los e enquadrá-los mentalmente se se utilizar a construção adjetiva, isto é, os especificadores de futebol, de basquete, de amarelinha, etc. O especificador dá o (re)enquadre.

Já no caso do intensificador em **o maior evento científico**, tem-se um valor motivado pela cultura e metaforicamente estabelecido (LAKOFF, 1987; LAKOFF e JOHNSON, 1980). Nessas condições, **o que é maior pode ser tomado por melhor e o que é menor pode ser tomado por pior**. Na publicidade avaliada, isso é colocado como um valor social, ancorado em conhecimentos prévios do que vem a ser um evento científico de renome e quais características esse tipo de evento deve ter. Tendo em vista que, em maiores eventos, encontram-se melhores oportunidades de conhecimentos; há, supostamente, mais e melhores apresentações de trabalho

com mais intensa troca de conhecimentos em eventos maiores do que em eventos menores. Esse modo de entender estabelece um campo específico, **eventos que são científicos**, por um enquadramento realizado pela expressão lingüística [maiores eventos], compreendida em termos da experiência social. O que se tem é um domínio estável de conhecimento, **o evento científico**, mas o que vem pressuposto é um julgamento de valor, tendo em vista o enquadre de referência, isto é o *frame*, que é o próprio evento, engatilhado pela expressão **o maior evento científico**. Assim, quando se realiza um enquadre, quando se acessa um *frame* de conhecimento, toda a estrutura emerge para compor o sentido. Todas as cenas esquemáticas, envolvidas naquele acontecimento, vêm em uma mesma totalidade, sendo operacionalizadas com as partes e o todo ao mesmo tempo, estruturando esse sentido, ajustando-se figura e fundo, integradamente. Esse processamento da pressuposição, em termos de figura e fundo, conduz a uma integração no âmbito lingüístico-semântico⁵⁰, pois o que se encontra pressuposto é a existência do evento. A noção de evento, por sua vez, é algo que já vem estabelecido culturalmente, e que se contrapõe, como num jogo de sombras, ao que vem posto, colocado lingüisticamente. Escolhe-se tomar maior por melhor, menor por ruim, alto por bom, baixo por ruim, por uma construção já estabelecida, tendo em vista um modelo idealizado, envolvendo graus entre categorias e conceitos no mundo. E nesse caso, as suposições *foreground* e *background* podem ser constantemente deslocadas, realizando inclusive um contraste, visto que se há *maiores eventos* é porque existem *menores eventos*, numa totalidade cognitiva, em termos lingüístico-semântico, nos termos de Fauconnier (1994) como guia, como pista.

No quadro teórico do cognitivismo, o enunciado, operado como figura e fundo, e dentro das concepções expostas em Marmaridou (2000), confere poder ao falante, estabelecendo o quadro enunciativo pelo qual se guiará a interação. Na verdade, o falante já o estrutura para que se opere gestalticamente. Esse procedimento é realizado, com base no MCI proposto, das pressuposições inferidas no texto, ou seja, **a existência do evento** e **a existência de eventos menores** em face do **maior evento científico**, colocado, lingüisticamente, em contraposição à figura. Com base nisso, estabelece-se a referência, o **evento**, bem como as suposições

⁵⁰ Num sentido cognitivista.

acionadas em primeiro plano pela presença do intensificador **maior**, presente na figura. **Menor** é o intensificador que se acha pressuposto, nas suposições de *background*, com base em **maior**, este, por sua vez, presente nas suposições de *foreground*. Desse modo, se o falante aceita as suposições de fundo, ele já está operando o contraste, o qual se sustenta no MCI proposto, de evento científico, pois trata-se especificamente desse tipo de evento e não de outro, tal como um evento beneficente, por exemplo. Se o falante aceitar o referido quadro, ele aceita todo um MCI, todo um valor cultural e social proposto, embasado pelo estabelecimento contrastivo e de deslocamentos de planos, operando-se entre figura/fundo (MARMARIDOU, 2000). Ostensivamente, isso arrasta o interlocutor nesse jogo comparativo, diga-se, nesse processamento cognitivo engendrada pela pista **maior evento científico**.

Além disso, tal acontecimento, qual seja, a participação no maior evento científico da América Latina, pode também ser descrito em termos da Moldura Comunicativa evocada. Ao dizer:

(28) Participe do maior evento científico da América Latina.

Pressupõe-se de início **o evento científico**, que estará estruturando um determinado MCI, mas ao mesmo tempo enquadrado numa cena, num *script*, com papéis delimitados e algumas expectativas: eventos exigem, **pressupõem**, em sentido lato, convites, divulgação, apelos à participação. Segundo Miranda (1999), “Expectativas cada vez mais genéricas poder-se-iam estruturar a partir de esquemas conceptuais que evocassem os papéis [...]” (MIRANDA, 1999, p. 85). Assim, tem-se a expectativa do convite, formulado via peça publicitária que pode ser estruturado conforme se segue:

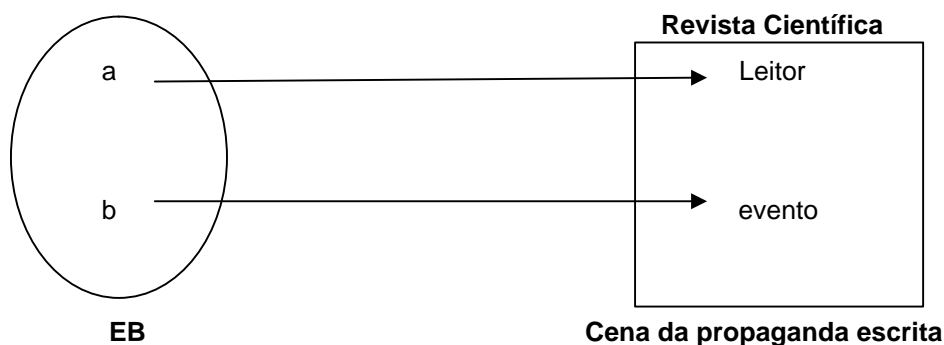


FIGURA 12 - Moldura Comunicativa - Propaganda escrita

Nessa representação, tem-se a moldura do acontecimento, cena da propaganda escrita. Se tivermos uma oração do tipo: Joanelha vai à reunião anual da SBPC, Joanelha e reunião anual da SBPC terão valores circunstanciais dentro de um esquema generalizado, diga-se um esquema maior de expectativa, em que (a, b) são projetados em um espaço mental de base (EB). No caso da propaganda em análise, estruturam-se os valores (a, b), ligando-se às funções leitor e evento, projetados num espaço base (EB) que representa a moldura comunicativa da cena **Propaganda escrita**. De modo bem simples, tem-se a revista, o leitor e o evento, acomodados numa ocorrência lingüística que se vem expressa em (28).

Dado esse esquema emergente, emoldurado pela cena, ora estruturada pelo MCI de participar, é que o referente, **o maior evento científico**, será enquadrado. Nesse caso tem-se **o evento** num espaço base no qual o referente, já individualizado (o maior evento científico), já enquadrado, será projetado num espaço de referência, agora sem enquadramento.

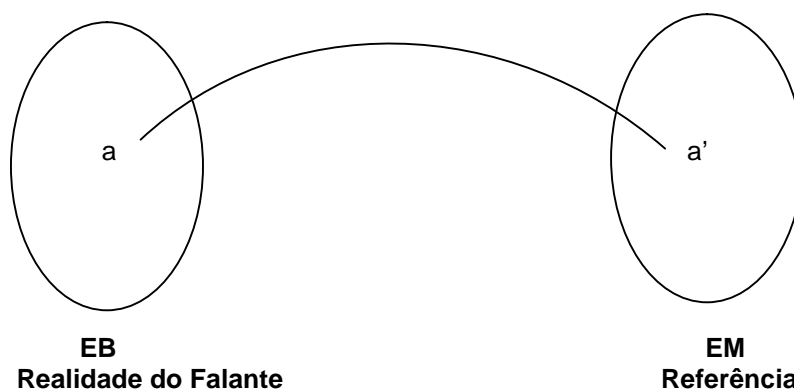


FIGURA 13 – Projeção da referência maior evento científico
 EB – o maior evento científico (perspectiva do sujeito discursivo)
 EM – o evento = referência
 Gatilho – o maior evento científico

Na perspectiva do falante, tem-se o evento enquadrado, pelos seus determinantes: **maior, científico e da América Latina**. Ao fazer o mapeamento dos domínios, pelo pressuposto de existência: o evento. Como nesse caso o referente não tem opacidade, e vem descrito da perspectiva discursiva do falante, é projetado do Espaço Base para o Espaço Mental. Com base no Princípio de Acesso um elemento em um espaço pode ser acessado por meio de uma descrição (ou nome) por alguma de suas contrapartes em outro espaço, usualmente um espaço serve de contraparte naquele estágio da construção do discurso. Nesse caso, o pressuposto constrói o referente via espaço mental, no momento mesmo em que ocorre o discurso. Para Fauconnier (1997), descrições e nomes dados do ponto de vista do falante são referencialmente transparentes, entretanto, descrições e nomes, de pontos de vista epistêmicos [pensar, achar, acreditar...] são ditos para criar contextos opacos. Assim, pelo Princípio de Acesso, o falante acessa o referente no discurso, pela projeção deste referente do Espaço Base para o Espaço Mental, que se opera pela pressuposição, um importante processamento cognitivo, via gatilhos.

6 CONCLUSÃO

Pressupor é realizar a referência, conduzido pela verificabilidade, defende Frege (1892 [1978]). Desse modo, a pressuposição é a informação significativa que se pode inferir dos dados lingüísticos, mas que não se encontra nele inscrita, significar, antes de tudo e num sentido muito próprio de inferir, é expulsar para a exterioridade os sentidos, atestados pela verificabilidade de um modo que a proposição possa ser empregada, seriamente empregada. Para Russell (1905 [1989]), pressupor tem o mesmo estatuto de afirmar, de atestar a existência, radicalmente, e nesse sentido próprio, a proposição deve atestar a realidade. O ato próprio de pressupor, de inferir, é afirmar.

Pressupor é unicizar, particularizar e também referenciar, mais do que a língua, os falantes é que pressupõem, afirma Strawson (1950 [1975]). Nesse sentido particular, pressupor é processar os significados a partir do proferimento, em seu contexto e usos particulares, defende o teórico. Num sentido próprio de Austin (1962 [1990]), dizer a verdade, mais do que uma inferência, é uma atitude, é um ato ético, investido de condições felizes e infelizes, que o tornam realizável. Nesse direcionamento, pressupor é inferir dos atos de fala, com o valor atestado pelas condições de felicidade, na esfera do realizável.

Pressupor é, vez por todas, implicitar, afirma Ducrot (1977, 1981, 1987), um procedimento que está inscrito na língua e dela se depreende, em níveis que se vão desdobrando: enunciação e enunciado, significação e sentido, até delinear as sutilezas das subjetividades. O pressuposto sustenta e conduz o fio da argumentação e captura o interlocutor no quadro discursivo.

Entrelaçado a esse fio, uma discussão pertinente: é a pressuposição um fenômeno eminentemente semântico, um fenômeno especialmente pragmático ou, ainda, um fenômeno tanto semântico quanto pragmático? Sob essa perspectiva, a discussão se concentra em ou conceder atenção aos dados lingüísticos ou perceber as pressões exercidas pelo contexto. Percebe-se um sensível avanço promovido pela lingüística diante das elucubrações filosóficas, o debate se avoluma em torno do

fenômeno pressuposicional e outros detalhes são percebidos nas ocorrências pressuposicionais. Pressupor, então, inexoravelmente, compõe fundamentalmente o sentido.

Cada uma dessas perspectivas concedeu a sua contribuição ao tema, em face da expressão de seus pensadores, com seus respectivos aparatos teóricos. Esses aparatos fornecem subsídios para as análises lingüísticas do ponto de vista formal. Significa dizer que a língua, em seu funcionamento, será considerada como não motivada, separada das experiências, engendrando a produção de sentidos pelas relações depreendidas de seu funcionamento interno. Os Pressupostos estão eminentemente na língua, na sua forma e meios de produção, entretanto, não há consenso entre os teóricos em como trabalhar os abrangentes aspectos do fenômeno pressuposicional. Chega-se, desta feita, a uma terceira via de acesso às vicissitudes filosóficas e lingüísticas, em que já não cabem discussões tais como verificabilidade, implicitudes, nem tampouco a acalorada discussão lingüística entre o caráter semântico ou o caráter pragmático da pressuposição.

Em meio ao surgimento de um outro paradigma de estudo da linguagem, a Lingüística Cognitiva, sustentada pelo realismo experiencial, apresenta, ainda, uma possibilidade de estudo da pressuposição, na defesa de uma abordagem que considere os aspectos cognitivos e encare a pressuposição como um processamento da mente, em que pese amplamente, aspectos lingüísticos, semânticos, contextuais e cognitivos, como se pôde observar. Esse veio dos estudos lingüísticos postula a língua/linguagem como parte do aparato cognitivo geral humano, tem por assente que os sentidos são motivados, que o signo lingüístico está permanentemente subdeterminado e que intrincados processamentos mentais subjazem à estrutura lingüística quando do uso da língua. A produção de sentido é, de modos particulares, conduzida pela língua, a ponta aparente que propicia submersão nos complexos processamentos (MCIs e Espaços Mentais) operacionalizados pela mente para realizar as inferências, dentre elas o pressuposto.

Pressupor, desde essa perspectiva, é ativar Modelos Cognitivos Idealizados, por meio de gatilhos (*triggers*), e mapear domínios cognitivos por meio dos Espaços

Mentais, tratando-se a pressuposição de modo unificado, considerando-a, junto com outros fenômenos de linguagem, um processamento mental e cognitivo, em que pese que os aspectos semânticos e pragmáticos estejam integrados.

Com este trabalho, foi possível aferir que, de fato, os postulados da Lingüística Cognitiva se sustentam: a pressuposição é um processamento cognitivo que ativa Modelos Cognitivos Idealizados, conforme argumenta Lakoff (1987) e Marmaridou (2000). Em termos da introdução Espaços Mentais, conforme defende Fauconnier (1994, 1997) e Marmaridou (2000), enquadra e projeta a referência, podendo ser trabalhada em termos de figura e fundo, aos moldes do que propõe Levinson (1983) e, desde um ponto de vista cognitivo, conforme argumenta Marmaridou (2000), conferindo poder ao falante para manipular o evento discursivo e dirigir cognitivamente os sentidos, de sua perspectiva.

7 REFERÊNCIAS

- ARMENGAUD, Françoise. **A Pragmática**. Trad. Marcos Marcionilio. São Paulo: Parábola, 2006.
- AUSTIN, John Langshaw. [1962] **Quando dizer é fazer: palavras e ação**. Trad. Danilo Marcondes de Souza Filho. Artes Médicas: Porto Alegre, 1990.
- CANÇADO, Márcia. **Manual de Semântica: noções básicas e exercícios**. 1 ed. Belo Horizonte: UFMG, 2005.
- CHIAVEGATTO, Valéria Coelho. **Introdutores de Espaços Mentais na construção lingüística de relatos de opinião: o papel das construções simples**. Relatório final do Projeto de Pesquisa da FAPERJ. Processo E26/150.581/97. Bolsista: MORAIS, Marileda Estolano. 1º semestre de 1999.
- DUCROT, Oswald. **Princípios de Lingüística Semântica: dizer e não dizer**. Trad. Rodolfo Ilari, Carlos Vogt, Rosa Attié Figueira. São Paulo: Cultrix, 1977.
- DUCROT, Oswald; ANSCOMBRE, J. C. **Provar e Dizer: linguagem e lógica**. Trad. Cidmar Teodoro Pais. São Paulo: Nova Global, 1981.
- _____. **O dizer e o dito**. Trad. Eduardo Guimarães. Campinas, SP: Pontes, 1987.
- _____. A pragmática e o estudo semântico da língua. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 40, n. 1, p. 9-21, mar. 2005.
- FAUCONNIER, Gilles. **Mental Spaces**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.
- _____. **Mental Spaces**. 1997. Disponível em: <<http://www.terpconnect.umd.edu/~israel/Fauconnier-MentalSpaces.pdf>> Acesso em 15 mai 2008.
- FREGE, Gottlob. [1892] **Lógica e Filosofia da Linguagem**. Trad. Paulo Alcoforado. São Paulo: Cutrix, 1978.
- GRENFELL, Adrete Terezinha Matias. **Sobre locuções prepositivas em hipótese cognitivista**. 2004. 167 f. Tese de Doutorado (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Língua Portuguesa, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.
- GRICE, H.P. Lógica e Conversação. In: DASCAL, Marcelo. (Org.). **Fundamentos Metodológicos da Lingüística**. Trad. João Wanderley Geraldi. Campinas: UNICAMP, 1982. 4. v.
- GUIMARÃES, Eduardo Roberto Junqueira. Foco e Pressuposição. **Série Estudos**, Uberaba, n. 4, 1978.

HEGEL. Disponível em: <<http://www.mundodosfilosofos.com.br/hegel.htm>> Acesso em: 30 out. 2007.

HENRY, Paul. **Ferramenta imperfeita: língua, sujeito e discurso**. Trad. Maria Fausta P. de Castro. Campinas, SP: UNICAMP, 1992.

ILARI, Rodolfo; GERALDI, João Wanderley. **Semântica**. São Paulo: Ática, 2004.

_____. Semântica e Pragmática: duas formas de descrever e explicar os fenômenos da significação. **Revista de Estudos da Linguagem**, ano 9, v. 9, p. 109-162, jan./jun. 2000.

JESUS, Izabel Teodolina de; MIRANDA, Neusa Salim. Construções condicionais proverbiais: uma abordagem sociocognitiva da questão da composicionalidade. **Veredas**, Juiz de Fora, ano 6, v. 7, n.1 e n. 2, p. 263-277, jan./dez. 2003.

KOCH, Ingedore Villaça Grünfeld. **Introdução à Lingüística Textual: trajetória e Grandes Temas**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

_____. **A inter-ação pela linguagem**. São Paulo: Contexto, 2004.

_____. **Argumentação e Linguagem**. São Paulo: Contexto, 1984.

LACERDA, Inês Araújo. **Do signo ao discurso: introdução à filosofia da linguagem**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

LAKOFF, George. **Women, fire, and dangerous things: what categories reveal about the mind**. Chicago and London: The University Chicago Press, 1987.

LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. **Philosophy in the flesh: the embodied mind and its challenge to western thought**. New York: Basic Books, 1999.

_____. **Metáforas da vida cotidiana**. Coord. Trad. Maria Sophia Zanotto. Campinas, SP: Mercado das Letras; São Paulo: Educ, 2002.

LANGACKER, Ronald. **Foundations Cognitive Grammar: theoretical Prerequisites**. California: Stanford University Press, 1987. v. 1.

LEVINSON, Stephen C. **Pragmática**. Trad. Luís Carlos Borges; Aníbal Mari. 1 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

LOCKE. Disponível em: <www.mundodosfilosofos.com.br/locke.htm> Acesso em: 30 out 2007.

LONGEN, Márcia Terezinha. **Um modelo comportamental para o perfil do empreendedor**. 1997. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1997.

MARMARIDOU, Sophia S. A. **Pragmatic meaning and cognition**. Philadelphia: John Benjamins B. V., 2000.

MEYER, Michel. **Lógica, Linguagem e Argumentação**. Trad. Maria Lúcia Novaes. Lisboa: Teorema, 1982.

MIRANDA, Neusa Salim. Domínios Conceptuais e projeções entre domínios: uma introdução ao Modelo dos Espaços Mentais. **Veredas**, Juiz de Fora, ano 2, v. 3, n.1, p. 81-95, jan./jun. 1999.

OLIVEIRA, Roberta Pires. Semântica. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina. **Introdução à Lingüística: domínios e fronteiras**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

PAGANI, Luiz Arthur. **Pressuposição, representação lexical e ciência cognitiva**. 1996. 141f. Dissertação (Mestrado em Lingüística) – Programa de Pós-Graduação em Lingüística, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

PAULI, Evaldo. **Escolástica de Ouro: Mestres Seculares e Leigos do Séc. treze**. In: Enciclopédia Simpozio, 1997. Disponível em: <http://www.cfh.ufsc.br/~simpozio/Megahist-filos/Esc_Ouro/8171y056.html>. Acesso em: 2 nov. 2007.

_____. **Descartes, fundador da Filosofia Moderna: Cap. 5 - Primeiras Filosofias Racionalistas Cartesianas**. In: Enciclopédia Simpozio, 1997. Disponível em: <<http://www.cfh.ufsc.br/~simpozio/Megahist-filos/Descartes/3686y310.html>>. Acesso em: 2 nov. 2007.

Propaganda da 58ª Reunião Anual da SBPC. **Ciência Hoje**, v. 38, São Paulo, jul. 2006.

RUSSEL, Bertrand. Ensaio escolhido: da denotação. In: LACEY, Hugh Matthew. (Org.) **Os pensadores**. Trad. Pablo Rubén Mariconda. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1989.

SALOMÃO, Maria Margarida Martins. Gramática e Interação: o enquadre programático da hipótese sócio-cognitiva sobre a linguagem. **Veredas**, Juiz de Fora, ano 1, n. 1, v. 1, p. 24-39, jul./dez. 1997.

_____. A questão da construção do sentido e a revisão da agenda dos estudos da linguagem. **Veredas**, Juiz de Fora, no 3, n. 1, v. 3, p. 61-79, jan./jun. 1999.

_____. In XAVIER, Antônio Carlos; CORTEZ, Suzana. (Org.) **Conversas com Lingüistas: virtudes e controvérsias da Lingüística**. São Paulo: Parábola, 2003.

SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de Lingüística Geral**. Trad. Antônio Chelini, José Paulo Paes, Izidoro Blickstein. 20. ed. São Paulo: Cultrix, 1995

SOUZA FILHO, Danilo Marcondes de. Prefácio. In: AUSTIN, John Langshaw. **Quando dizer é fazer: palavras e ação.** Trad. Danilo Marcondes de Souza Filho. Artes Médicas: Porto Alegre, 1990.

SOUZA, Hebert Paulo de. **A pressuposição lingüística na estrutura da língua portuguesa.** 2000. 210 f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Programa de Pós-Graduação em Língua Portuguesa, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2000.

STRAWSON, P. F. Escritos Lógico-Lingüísticos: sobre referir. In SILVA, Osvaldo Porchat de Assis Pereira da Silva. (Orgs.) **Os pensadores.** Trad. Balthazar Barbosa Filho. 1 ed. São Paulo: Editora Abril, 1975.

TAMBA-MECZ, Irene. **A Semântica.** Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Investigações Filosóficas.** Trad. Marcos G. Montagnoli. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.